

Elisângela Maria Barbosa Santos

**Parques por decreto: um estudo de caso do  
Parque Nacional do Caparaó**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em História.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Horta Duarte.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, Abril de 2004.

333.783 Santos, Elisângela Maria Barbosa  
S237p Parques por decreto : um estudo de caso do Parque Nacional  
2004 do Caparaó / Elisângela Maria Barbosa Santos.- 2004

184 f. : inclui ilustrações e anexos

Orientador: Regina Horta Duarte  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Departamento de História

1. História - Teses. 2. Parques nacionais – Brasil - Minas  
Gerais – Teses 3. Parques nacionais – Brasil- Espírito Santo –  
Teses. 4 – Reservas naturais – Teses 5. Parque Nacional do  
Caparaó (ES e MG) - Teses . I. Duarte, Regina Horta II. Universi-  
dade Federal de Minas Gerais. Departamento de História.  
III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 - PAMPULHA  
31270 - 901 - BELO HORIZONTE - MG  
e-mail: [ppghis@fafich.ufmg.br](mailto:ppghis@fafich.ufmg.br) FONE: (31) 499-5068 - FAX: (31) 499-5044

## ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DE ELISÂNGELA MARIA BARBOSA

Aos 02 (dois) dias do mês de abril de dois mil e quatro reuniu-se a banca examinadora da dissertação de Mestrado em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, com o título "*Parque por Decreto: um estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó*", composta pelos professores doutores Regina Horta Duarte (Orientadora – Deptº História/UFMG) Maria Eliza Linhares Borges (Deptº de História – FAFICH/UFMG) e José Augusto Drummond (UnB) . Procedeu-se à argüição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da dissertação. Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores. Belo Horizonte, 02 de abril de 2004.

### Banca Examinadora:

Profª. Regina Horta Duarte

Prof. José Augusto Drummond

Profª. Maria Eliza Linhares Borges

## *Agradecimentos*

Muitas foram as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho. Seria impossível nomear todas elas sem incorrer em omissões. Assim, desde já, agradeço a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste estudo.

Agradeço a Deus, pela luz que me fez seguir adiante, mesmo com tantos contratempos.

Agradeço à minha mãe, Vicentina, meu porto alegre e seguro, meu rumo e meu refúgio. Obrigada pelo apoio incondicional, pela paciência, pelo carinho e pelo amor que sempre demonstrou. Tenha certeza de que você é o meu maior tesouro.

Agradeço aos meus irmãos, Ailton, Angela, Rosângela, ao meu padrasto Bemvindo e ao meu cunhado Luiz pelo encorajamento, pelo apoio e pelo carinho que sempre demonstraram.

Agradeço aos meus sobrinhos Wesley, Anderson, André, Aline, Natália e Luiz Gustavo, pela alegria contagiante.

Agradeço ao Sérgio, amigo e companheiro. Obrigada pela paciência, pela força, pelo carinho e pelo amor que me dedicou. A você meu eterno amor.

Agradeço à Leonor, pela compreensão e apoio constantes.

Agradeço à Regina Horta, muito mais que uma orientadora, uma amiga, sempre presente na minha vida acadêmica. Exemplo de sensibilidade e competência. Graças a você tive coragem de alçar novos voos.

Agradeço à Maria Eliza, que esteve presente na Banca de qualificação, com sugestões pertinentes. Firme e atenciosa, foi grande responsável por um maior amadurecimento intelectual. Obrigada por aceitar fazer parte da Banca de mestrado.

Agradeço à Andréa Zhouri, que também esteve presente na Banca de Qualificação, enriquecendo o meu trabalho com o seu vasto conhecimento sobre o campo ambiental. Espero que nossas discussões não parem por aqui.

Agradeço a José Augusto Drummond, minha fonte de inspiração. Foi o seu estilo envolvente de escrever que me fez enveredar pela área ambiental. Obrigada pelas inúmeras críticas durante a confecção do trabalho e por aceitar fazer parte da Banca de Mestrado. Sei que eu só tive a ganhar com esta escolha.



Agradeço ao Marcão, Coordenador geral do Projeto Caparaó, e aos coordenadores de área, José Eduardo, Adson, Gisele e Paulo, pela oportunidade de participar deste maravilhoso trabalho. Graças a vocês, eu me tornei uma pessoa muito mais forte.

Agradeço a todos os bolsistas do Projeto Caparaó, em especial à Simone. Obrigada pelo convívio agradável e pelo apoio demonstrado.

Agradeço a todas as instituições que gentilmente cederam os seus espaços para minha pesquisa: ao IBAMA, ao Parque Nacional do Caparaó, ao IBGE, às prefeituras de Caparaó e Alto Caparaó e muitos outros. Não seria possível a realização desta pesquisa sem tal apoio.

Agradeço aos muitos amigos que fiz em minhas viagens a Caparaó e Alto Caparaó, em especial, a Sara, Wellington, Patrícia e Janaína, meus eternos amigos.

Agradeço a todos os depoentes, que abrilhantaram o trabalho com importantes relatos de suas vidas. Saibam que vocês também são autores desta obra.

Agradeço ao Departamento de História da UFMG pela oportunidade de fazer parte do grupo de alunos do Mestrado. Foi uma experiência ímpar, da qual nunca me esquecerei.

Agradeço aos amigos do Mestrado e do Doutorado pelas conversas calorosas e pelo apoio constante.

Agradeço às secretárias da Pós-Graduação, Aninha e Magda, por tornarem mais fácil meu trabalho.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos que possibilitou minha dedicação a este trabalho.

## *Resumo*

O presente trabalho é um histórico do Parque Nacional do Caparaó, realizado a partir da análise de três visões diferentes: do governo, dos excursionistas e da população local. Com relação ao governo federal observamos a atuação do IBDF, com uma postura mais preocupada com o desenvolvimento econômico do que com a preservação da natureza. Depois de 1989, focalizaremos o IBAMA que, a partir da década de 1990, em meio ao *boom* do pensamento ambientalista no Brasil, começou a defender a necessidade da interação com a população local para realizar a sua missão de conservação das áreas naturais protegidas, o que antes era pouco aceito.

Descrevemos a implementação da política ambiental no território brasileiro; as motivações e as influências das diferentes conjunturas na política de criação de parques nacionais. Como o nosso fio condutor é o Parque Nacional do Caparaó, fizemos uma relação entre a sua história e o contexto local, nacional e internacional. Descrevemos a sua infraestrutura e as suas principais atrações.

Com relação aos excursionistas (a Associação dos Moços de Presidente Soares - AMPS) e todos aqueles que lutaram pela concretização do Parque, acompanhamos a sua trajetória. Abordamos também os interesses em relação àquela região antes mesmo de ser cogitada a ideia de transformá-la num parque. Tentamos perceber em que momento se explicitou e fortaleceu o desejo pela sua criação, fazendo com que inúmeras pessoas em diversos âmbitos da sociedade civil e política se mobilizassem em torno deste objetivo. Analisamos a atuação e os embates políticos em que se engajaram em torno da consolidação do Parque Nacional do Caparaó. Examinamos o porquê desse engajamento e a relação com a comunidade de Alto Caparaó, além de registrar o que aconteceu com a AMPS após a criação e consolidação do Parque Nacional do Caparaó.

Com relação à população local, nos limitamos à cidade de Alto Caparaó, onde se encontra a principal entrada para o Parque Nacional do Caparaó. Analisamos como foi a ocupação e o uso da área do Parque Nacional do Caparaó, do final do século XIX até a saída definitiva dos moradores do interior do Parque, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Sem nos determos em uma ampla revisão bibliográfica, procuramos, em fontes primárias, *flashes* da história de Alto Caparaó que poderiam nos auxiliar na compreensão da ocupação da região. Abordamos a história da cultura material desta cidade a partir de três formas principais que a população local encontrou para usufruir os recursos naturais da Serra do Caparaó: a exploração madeireira, a criação de gado e a plantação de café. Isso não quer dizer que não tiveram outras, ou que estas outras não fossem importantes, e sim que, foram estas três as que mais se refletiram na paisagem onde hoje se localiza o Parque.

## *Sumário*

RESUMO .....	6
AGRADECIMENTOS .....	4
SUMÁRIO .....	7
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1-O GOVERNO E O PARQUE .....	24
O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ NO CONTEXTO DAS QUESTÕES CONSERVACIONISTAS BRASILEIRAS.....	24
1 – PARQUES NACIONAIS: INICIATIVAS E REGULAMENTAÇÕES .....	25
2 – O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ .....	39
2.1 - PRIMÓRDIOS .....	39
2.2 – ESTABELECIMENTO .....	44
2.2.1 – NOMES .....	44
2.2.2 – LOCALIZAÇÃO.....	47
2.2.3 ASPECTOS NATURAIS DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ .....	50
2.2.4 – INFRA-ESTRUTURA E PRINCIPAIS ATRAÇÕES DO PARNA CAPARAÓ.....	52
2.2.5 – TURISMO.....	58
3 – CONCEPÇÕES CONSERVACIONISTAS EM TRANSFORMAÇÃO .....	66
4 - PARQUES E SOCIEDADE .....	72
INTERREGNO: PRESERVACIONISTAS X CONSERVACIONISTAS .....	78
CONCLUSÃO .....	85
CAPÍTULO 2-OS EXCURSIONISTAS E O PARQUE .....	88
1 - OS CIENTISTAS SOBEM A SERRA DO CAPARAÓ.....	88
2 - O INTERESSE TURÍSTICO PELA SERRA .....	92
2.1 - O EXCURSIONISMO.....	92
2.2 - O EXCURSIONISMO CHEGA À SERRA DO CAPARAÓ .....	93
3 - AMPS – UM POUCO DE SUA HISTÓRIA.....	94
4 - A LUTA PELO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ.....	96
4.1 - O VEREADOR INIMÁ E O PARQUE .....	96
4.2 - A AMPS E A LUTA PELO PARQUE .....	100

4.3 - PELOS CAMINHOS DA POLÍTICA .....	104
5. A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ .....	111
CONCLUSÃO .....	114
CAPÍTULO 3 – OS MORADORES E O PARQUE .....	118
1 - VIAJANDO PELA ZONA DA MATA.....	120
2 - UMA PARADA EM ALTO CAPARAÓ.....	127
3 - ALTO CAPARAÓ: O CAMPO E A MADEIRA .....	130
4 - ALTO CAPARAÓ: O CAMPO E O GADO.....	141
5 – ALTO CAPARAÓ: O CAMPO E O CAFÉ .....	146
6 - A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ .....	154
CONCLUSÃO .....	157
FONTES.....	162
1) INSTITUIÇÕES PESQUISADAS .....	162
2) JORNAIS.....	162
3) RECORTES DE REVISTAS E JORNAIS E CORRESPONDÊNCIAS .....	162
4) DOCUMENTOS OFICIAIS .....	164
5) LEGISLAÇÃO.....	165
6) ENTREVISTAS .....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	169

## *Lista de ilustrações*

FIGURA 1 - Localização estratégica do Parna Caparaó.....	
FIGURA 2 - Vale Verde.....	
FIGURA 3 - Instalações para visitantes no Vale Verde.....	
FIGURA 4 - Foto da Cachoeira Bonita.....	
FIGURA 5 - Foto do mirante da Tronqueira.....	
FIGURA 6 - Foto da vista a partir do mirante da Tronqueira.....	
FIGURA 7 - O Pico do Cristal (1).....	
FIGURA 8 - O Pico do Cristal (2).....	
FIGURA 9 - Vista do alto do Pico da Bandeira.....	
FIGURA 10 - Cruzeiro junto ao Pico da Bandeira.....	
FIGURA 11 - O nascer do sol visto do alto da Serra do Caparaó.....	
FIGURA 12 - Mapa das trilhas do Parna Caparaó.....	
TABELA 01 – Visitantes no Parna do Caparaó.....	
FIGURA 13 - Foto da passeata realizada pelo Parna Caparaó.....	
FIGURA 14 – Mapa da marcha de povoamento na Zona da Mata.....	
FIGURA 15 - Exemplo de como era um antigo sítio com paiol e curral.....	
FIGURA 16 - Município de Alto Caparaó.....	
FIGURA 17 - Casa de pau-a-pique na região do Caparaó.....	
FIGURA 18 - Rua principal de Caparaó. Estação Ferroviária com vagão ao centro.	
FIGURA 19 – Modelo de estaleiro.....	
FIGURA 20 - Serraria em Alto Caparaó.....	
FIGURA 21 - Transporte realizado pela tropa de burros no Parna Caparaó.....	
FIGURA 22 – Carro-de-boi.....	
FIGURA 23 – Bois pastando aos pés do Pico do Cristal.....	
FIGURA 24 – Casa de pedra no Terreirão.....	
FIGURA 25 – Tronqueira, com cerca e porteira.....	
FIGURA 26 – Café plantado morro acima em Alto Caparaó.....	
FIGURA 27 – Casa embaixo e cafezal plantando em curva de nível.....	

## *Lista de abreviaturas*

- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis.
- IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
- FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.
- UC – Unidade de Conservação.
- IEF – Instituto Estadual de Florestas.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- AMPS – Associação de Moços de Presidente Soares.
- CEB – Centro Excursionista do Brasil.
- UBE – União Brasileira de Excursionistas.
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- SISNAMA –
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- PAE – Plano de Ação Emergencial.
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.
- FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- COLTEC – Colégio Técnico.
- IBC – Instituto Brasileiro do Café.
- SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente.
- IUCN – União Mundial para a Natureza.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente.
- MA – Ministério da Agricultura.
- WCED – World Commission on environment and development.
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- ONG – Organização Não-Governamental.
- APA – Área de Proteção Ambiental.

## *Introdução*

Em 1999, fui<sup>1</sup> convidada a participar do “Projeto Educação Ambiental em Caparaó: proposta de construção de uma comunidade de Aprendizagem”, projeto de extensão da UFMG, desenvolvido pelo Colégio Técnico da UFMG e patrocinado pela Fundação W. K. Kellogg – mais conhecido como Projeto Caparaó. A minha função era pesquisar e organizar as fontes documentais para a confecção de um livro sobre a memória das cidades de Caparaó e Alto Caparaó, municípios da Zona da Mata mineira, no leste de Minas Gerais, área de abrangência do projeto.

Pareceu-me, a princípio, um trabalho semelhante a outros que já havia realizado. Entretanto, à medida que o projeto caminhava, comecei a notar suas peculiaridades. Além de historiadores, o Projeto Caparaó contava com biólogos, farmacêuticos, jornalistas, arquitetos, químicos, entre outros, facilitando o contato entre diferentes áreas do conhecimento. Além disso, como o próprio nome sugeriria, o projeto tinha uma forte inclinação para a área ambiental. Isso ampliou o escopo do meu trabalho, que passou de uma pesquisa histórica para uma pesquisa histórica e ambiental. Ou seja, as pesquisas de campo e documental, além das leituras, deveriam também dar conta dessa nova dimensão.

Nesse ínterim, procurei temas interessantes para um projeto de Mestrado, mas não havia tempo para me dedicar a outros assuntos, pois era bolsista com quarenta horas semanais. Para completar, já estava seduzida pelo tema ambiental. Passei, então, a procurar algo naquelas cidades que pudesse ser o meu objeto de estudo sem, contudo, desviar-me do trabalho no Projeto Caparaó. Foi quando me deparei com o livro de José Augusto

---

<sup>1</sup> Fiz uso eventual da primeira pessoa nos momentos em que estiver me referindo a minha trajetória pessoal mas sempre consciente da importância do coletivo.

Drummond, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*<sup>2</sup>, e me encontrei com a possibilidade de estudar algo que estava bem a minha frente e de que eu nem havia me dado conta: o Parque Nacional do Caparaó. Assim, em conjunto com o trabalho que vínhamos realizando, comecei a pesquisar a história do Parque.

A partir deste tema, a história do Parna Caparaó (como é mais conhecido), procurei ater-me às práticas políticas em torno da questão ambiental no Brasil contemporâneo, principalmente, no período entre 1961, ano de criação do Parque Nacional do Caparaó, e 1995, ano da publicação do seu Plano de Ação Emergencial<sup>3</sup>. Se, na década de 1960, não havia incentivo nem interação das referidas práticas governamentais com as populações locais, nem com a sociedade civil como um todo, a partir da década de 1980 e, principalmente, na década de 1990, começou a ser reforçada a ideia de que o futuro das Unidades de Conservação estaria diretamente ligado ao envolvimento da sociedade civil, principalmente o das populações locais. A partir desta constatação, busquei entender essa transformação no contexto brasileiro e verificar se, na prática, ela realmente aconteceu até o fim da década de 1990 na Serra do Caparaó. Resolvi centrar-me no estudo das relações entre as decisões governamentais e as populações locais da região do Parna Caparaó – na Serra do Caparaó – tomando como base a cidade de Alto Caparaó – onde se localiza a principal entrada do Parque.

Como resultado dessas pesquisas, percebi dois tipos de população local a serem estudadas: aqueles que foram indenizados e retirados de dentro dos limites do Parque e

---

2 Esse livro faz um apanhado da história ambiental do Rio de Janeiro e das unidades de conservação do estado, principalmente dos seus parques nacionais.

3 O Plano de Ação Emergencial - PAE é uma espécie de preparação para o Plano de Manejo. Com relação ao Parna Caparaó, o PAE serve atualmente como referência para a atuação de gerenciamento do parque até que fique pronto o novo Plano de Manejo.



aqueles que residiam no entorno do Parna Caparaó, mais especificamente na cidade de Caparaó<sup>4</sup> e Alto Caparaó. Chamamos de entorno a

zona de amortecimento da unidade de conservação, onde as atividades humanas podem estar sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos que porventura atinjam a unidade. O decreto federal n.º 99274/90 define que nas áreas que circundam as unidades de conservação, num raio de 10 Km, qualquer atividade que afete a biota ficará subordinada às normas editadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.<sup>5</sup>

Como eu nunca havia trabalhado com algo parecido, procurei por autores que pudessem me ajudar. Constatei que havia poucos trabalhos de historiadores nessa área no Brasil.

Nos Estados Unidos existe, desde 1976, uma associação de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento visando ao estudo das várias interações do homem com o meio natural, a *American Society for Environmental History*. Essa Associação edita uma revista trimestral originalmente intitulada *Environmental Review*, desde 1996 reintitulada *Environmental History*. Os pesquisadores ligados a essa Associação faziam o que se passou a denominar *environmental history*.<sup>6</sup> A história ambiental produzida por estes pesquisadores rejeita a ideia de as experiências humanas estarem desvinculadas das condições e das restrições naturais. O objetivo, então, seria entender como o ambiente natural afetou o ser humano e foi afetado por ele através dos tempos.

---

4 Trabalharemos com alguns dados do município de Caparaó, devido ao fato de o atual município de Alto Caparaó ter pertencido ao mesmo até 1994.

5 PROJETO DOCES MATAS. *O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.

6 Como exemplos de alguns trabalhos realizados por estes pesquisadores podemos citar: CRONON, Willian. *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*. New York: Hill & Wang, 1983; CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*. São Paulo, Cia das Letras, 1993; Dean, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820–1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; PYNE, Stephen J. *Fire in América: a cultural history of wildland and rural fire*. Princeton: Princeton University Press, 1988; TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza*. Rio de Janeiro: Campus, 1990; WORSTER, Donald. *Rivers of empire: water, aridity and the growth of the American West*. New York: Pantheon, 1985.

Autores como Stephen Pyne, Willian Cronon e Donald Worster realizaram a proeza de transformar uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria. Devolvendo à terra e ao clima o tipo de imprevisibilidade convencionalmente reservada aos atores humanos, esses escritores criaram histórias nas quais o homem não é tudo.<sup>7</sup>

As principais características metodológicas dessa produção são: focalizar uma região com alguma homogeneidade natural; dialogar sistematicamente com quase todas as ciências naturais; explorar interações entre o quadro de recursos naturais e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas; utilização de grande diversidade de fontes e do trabalho de campo.<sup>8</sup>

De acordo com Gallini, haveria três direções dentro do campo da história ambiental: o estudo das interações de determinadas sociedades com os ecossistemas, noções culturais da relação homem-natureza e as ideias que diferentes sociedades têm da natureza. Além de abranger a discussão sobre a política ambiental, incluindo a história dos movimentos sociais e, ainda, dos Parques Nacionais e outros tipos de unidades de conservação como expressão de políticas conservacionistas.<sup>9</sup>

---

7 SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 23.

8 Para saber mais sobre este assunto consultar: DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa, In: *Estudos Históricos*, RJ: Fundação Getúlio Vargas, vol. 4, n.º 8, 1991, p. 177-1997. WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental In: *Estudos Históricos*, RJ: Fundação Getúlio Vargas, vol. 4, n.º 8, p. 198-215, 1991.

9 GALLINI, Stefania. Invitación a la historia ambiental. *Cuardenos Digitales*: Publicación Eletrónica em Historia, Archivística y Estudios Sociales. ISSN: 1409-4681. Vol. 6. Nº 18. octubre 2002.

No Brasil, apesar de não se autodenominarem historiadores ambientais, diversos autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior<sup>10</sup> também enfatizaram em seus textos a relação entre homem e natureza.<sup>11</sup>

No entanto, a maioria dos trabalhos escritos por brasileiros do século XX relacionando homem e natureza foi produzida por cientistas naturais e os que foram realizados nas ciências humanas são de cientistas sociais, antropólogos e cientistas políticos, em sua maioria. As minhas principais dificuldades consistiram em (1) como realizar um trabalho como historiadora, tendo tantas influências de outras áreas e (2) como ser o mais imparcial possível, estando influenciada por tantos autores militantes da causa ambiental e, até mesmo, fazendo parte de um projeto ambiental. Por outro lado, as facilidades logísticas e de troca interdisciplinar com que podia contar por causa da minha inserção no Projeto Caparaó e da possibilidade de ter como interlocutor o Departamento de História, ao qual eu estava ligada enquanto mestranda, possibilitaram-me relativizar a militância e assumir uma postura mais acadêmica, dando-me fôlego para seguir adiante.

Ao longo dos primeiros dois anos de projeto, procuramos as fontes históricas. Depois, tratamos de sistematizá-las para facilitar a sua utilização. O resgate desta história foi feito

---

10 Esses autores produziram importantes trabalhos que integram com facilidade esta área, como: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1990; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996; FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981; FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

11 Para saber mais a respeito de autores brasileiros que escreveram sobre história e natureza nas décadas de 1930 e 1940, consultar: DUARTE, Regina Horta. *Nature and historiography in Brazil, 1937-1945. Iberoamericana*, Berlin, 3 (10), 23-36, 2003.

através de pesquisas sistemáticas<sup>12</sup> em arquivos, bibliotecas, instituições públicas e privadas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Brasília e de algumas cidades da Zona da Mata. Buscou-se entender a ocupação da região da Serra do Caparaó e a utilização anterior da região, além de, especificamente, trabalhar o Parna Caparaó como memória espacial e patrimônio natural e histórico. Conceitualmente devemos entender região como

um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos. Sua identificação, delimitação e construção estão ligados a noção de diferenciação das áreas, ao reconhecimento de que o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas.<sup>13</sup>

No que diz respeito à documentação específica referente ao Parna Caparaó, pesquisamos nos escritórios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - de Belo Horizonte, Vitória e Brasília, no Parna Caparaó, e junto a ex-funcionários do Parque e a moradores de Alto Caparaó. Além da documentação manuscrita arquivística, usamos fotografias, mapas, artigos de jornais e revistas<sup>14</sup> (especializadas ou não), filmes e relatos orais. A legislação foi muito útil, pois serviu como referência para percebermos como as leis eram ou não aplicadas no caso de Caparaó. Os artigos de jornais e revistas foram encontrados, sobretudo, nos arquivos do Parna Caparaó, ou nos arquivos de ex-funcionários e moradores de Alto Caparaó. Consultamos outros periódicos na Hemeroteca Pública de Minas Gerais, visando complementar o trabalho com os recortes, já que em muitos casos as reportagens encontradas com particulares poderiam ser consideradas tendenciosas. Assim, precisávamos de um contraponto para entendermos

---

12 Todos os locais pesquisados estão listados na bibliografia.

13 LEITE, Maria Ângela F. P. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994, P. 49.

14 As notas de pé de página dos recortes jornalísticos serão citadas de maneira incompleta devido à impossibilidade de encontramos todos os dados necessários, pois usamos recortes e sem referências.

melhor todo o contexto sem nos influenciarmos demasiadamente pela documentação encontrada no início da pesquisa.

Os Boletins Informativos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – (IBDF) e da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza –(FBCN) foram de grande auxílio. Além de tratarem da parte teórica e conceitual a respeito das unidades de conservação no Brasil, noticiavam práticas conservacionistas em curso no Brasil, fazendo com que ficássemos a par do que pensavam e de como agiam os conservacionistas brasileiros integrantes dessas instituições.

Optamos também por utilizar a fotografia como fonte documental, pois como coloca Sontag,

a fotografia permite interpretar, infinitamente, um fato, um acontecimento, uma cena. Ela constitui uma interpretação do mundo, ou pelo menos de parte dele, e que pode ser visto, sentido e tocado. A fotografia é a testemunha virtual da dissolução do tempo inexorável, pois parece interromper e petrificar um determinado instante.<sup>15</sup>

Nesse sentido, trabalharemos com a fotografia como mais uma fonte de informação e interpretação da história do Parna Caparaó, tomando os devidos cuidados, pois este tipo de documento, como qualquer outro, é uma construção histórica e deve ser assim tratado.<sup>16</sup> O mais importante é que essas fotos nos possibilitaram visualizar paisagens do passado, que não podem ser mais vistas, devido às mudanças ocorridas ao longo dos tempos no município de Alto Caparaó e no Parna Caparaó. As fotos foram coletadas com moradores da região da Serra do Caparaó, em periódicos, no Parna Caparaó e nos arquivos da Prefeitura Municipal de Caparaó e do Projeto Caparaó, entre outros. Elas foram escaneadas e devolvidas aos

---

15 SONTAG, S. *Ensaio sobre a fotografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arbor, 1981 apud ALVES, Paulo. & MASSEI, Roberto. Fotografia e História. *História*, São Paulo, nº 8, 81-86, 1989, p. 84.

16 VON SIMSON, Olga R. M. Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica: reflexões de pesquisa. *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP*. Campinas, v. 3, nº 5, 14-24, jan./jun., 1991.

proprietários. A grande maioria das fotos aqui usadas foi incorporada do acervo do Projeto Caparaó.<sup>17</sup>

Com relação à organização e análise desse material fotográfico, procedemos da seguinte forma: elaboramos ficha técnica no Excel, contendo legenda composta a partir de dados fornecidos pelo informante. Foi difícil definir as condições dos registros, pois poucos se lembravam delas. Além disso, algumas fotografias praticamente só traziam as informações visuais constantes do registro fotográfico, não sendo possíveis outras considerações a respeito da foto.

Nesse trabalho, a própria paisagem se transformou num documento histórico necessitando ser adequadamente “lido” e analisado, pois seria difícil imaginarmos um só sistema natural que não tenha sido transformado substancialmente pelo homem e pela sua cultura.<sup>18</sup> Para melhor discutirmos esse aspecto, torna-se necessário definirmos qual conceito de paisagem utilizaremos aqui. Para tanto, recorreremos a Milton Santos, que entende paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza.”<sup>19</sup> A leitura da paisagem<sup>20</sup> da Serra do Caparaó facilitou nossa percepção a respeito das consequências da intervenção humana nesse ambiente. De acordo com Shama, é essa interação entre homem e

---

17 As fotos que tratam das belezas naturais do parque são meramente ilustrativas.

18 SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

19 SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. apud SUERTEGARAY, Dirce M. A., Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona, nº 23, 15 de julio de 2001, p. 5.

20 Essa leitura foi feita através das fotos, dos depoimentos e do trabalho de campo realizado desde o ano 2000, na região da Serra do Caparaó.

natureza, ou seja, é a nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.<sup>21</sup>

Em nossa pesquisa utilizamos também a história oral como mais uma metodologia de trabalho. Apesar de muitas vezes colocado em segundo plano no trabalho acadêmico, o testemunho oral representou o núcleo da nossa investigação, e não uma parte acessória. Isso nos obrigou a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como, por exemplo, as relações entre escrita e oralidade, memória e História ou tradição oral e História.<sup>22</sup>

Quando trabalhamos com o documento oral, é necessário levar em consideração a questão da memória. Durante o processo da entrevista, várias lembranças do passado vêm à tona, lembranças estas construídas no contexto das relações sociais. Dessa forma, a rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos.<sup>23</sup> "Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva"<sup>24</sup> e este ponto de vista se altera de acordo com o lugar que ocupamos e as relações que mantemos.

Devemos, então, analisar o testemunho oral com relação ao coletivo e de maneira contextualizada, não individualmente e fora de contexto. Dessa maneira, verificaremos os confrontos entre a “memória individual” e a “memória coletiva” na medida em que a

---

21 SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

22 Para trabalharmos essas questões entre outras que questionam a utilização do documento oral e da memória, contamos com a ajuda do professor Luiz Arnaut - professor auxiliar do Departamento de História da FAFICH-UFMG e consultor do Projeto Caparaó. Em reuniões semanais tentávamos, a partir da literatura sobre o assunto, extrapolar a teoria para entendermos o caso de Caparaó.

23 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

24 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva...*, p. 51.

constituição da memória está, segundo Halbwachs, relacionada ao convívio entre pessoas que vivenciaram algo em comum e com o presente que irá estimular a lembrança.<sup>25</sup>

Devemos sempre respeitar o fato de a memória ser uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado. Assim, o entrevistado estará se referindo ao passado a partir do seu olhar do presente, com as suas novas concepções. Nas entrevistas que fizemos, verificamos, em vários momentos, conflitos entre ações do passado e convicções do presente.

A memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Assim, devemos estar sempre atentos a esses jogos, para percebermos as divergências e as convergências entre os grupos sociais. Cada grupo luta para que a sua memória se firme como memória coletiva. São esses mosaicos de memórias que pretendemos conhecer para perceber de que forma uma ou outra se tornou hegemônica.

De acordo com Nora, há locais de memória e são estes lugares que permitem a cristalização da memória.<sup>26</sup>

Assim, quando rememoramos algo, logo nos vêm a lembrança de alguns pontos de referência tais como: monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens históricos, tradições e costumes, regras de interação, folclore, música. Neste trabalho, estamos “usando” a Serra do Caparaó para suscitar essas memórias. Ou seja, são memórias individuais referenciadas nas vivências sociais na Serra do Caparaó pois, de acordo

---

25 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva...*

26 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, 1993, p. 07.



com Le Goff, a memória é “o que fica no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado.”<sup>27</sup>

O uso sistemático do testemunho oral permitiu-nos esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tinham como ser entendidos ou elucidados de outra forma. No nosso caso, em particular, para reconstruirmos a história desses municípios inseridos numa região como a Zona da Mata mineira – nos quais, na maioria das vezes, não existem arquivos ou eles são pouco organizados e/ou com uma quantidade de documentação escrita disponível muito pequena o documento oral representou uma ferramenta essencial e, em muitos casos, a única.

As entrevistas foram feitas com moradores ou ex-moradores da região e com funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó. Utilizamos, como critério de escolha dos depoentes, a sua representatividade, ao ver da própria comunidade, na história do município e do Parna Caparaó. Na maioria das vezes selecionamos pessoas mais velhas (a grande maioria com mais de 50 anos) que participaram de alguma maneira dessas histórias. Muitas entrevistas haviam sido realizadas desde o início da década de 1990 por outros historiadores e foram complementadas a partir do ano 2000. As entrevistas pertencem ao acervo do Projeto Caparaó e a sua utilização para este trabalho foi devidamente autorizada pelo coordenador do Projeto. Por se tratar de uma história recente, contendo questões ainda pendentes, achamos por bem proteger a identidade dos entrevistados. Não revelamos a identidade dos depoentes; utilizamos iniciais fictícias, acompanhadas de suas idades aproximadas na data da entrevista. Citamos também o ano da entrevista. Quando citadas em notas de pé de página, as entrevistas estarão identificadas por números, que listaremos no final deste trabalho. Para realizar estas

---

27 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. SP: Unicamp, 1990.p.472.

entrevistas, fizemos, primeiramente, uma pesquisa para subsidiar a elaboração dos roteiros. Quando necessário, realizávamos uma entrevista exploratória para ajudar na confecção de um roteiro específico para cada depoente. Era nesse momento que buscávamos um bom relacionamento com o entrevistado, visando estabelecer um laço de confiança para que o depoente não ficasse constrangido durante a entrevista.

Pelo fato de a distância entre Belo Horizonte e os dois municípios ser significativa (cerca de 334 km) e de haver um grande número de possíveis depoentes – mais de cem pessoas -, não nos foi possível realizar entrevistas com todos eles nem várias entrevistas com um mesmo depoente. Diante disso, as entrevistas foram temáticas, ou seja, visaram elucidar temas mais específicos.

Depois de realizadas, as entrevistas gravadas eram transcritas, e as transcrições eram conferidas quanto à fidelidade em relação ao que estava gravado. Após eram lidas, divididas e catalogadas por depoente e por tema. Os principais temas eram o Parna Caparaó, a origem do povoamento, a agropecuária, a alimentação, o café, o namoro, a religiosidade, a infraestrutura, entre outros.

Definitivamente, a nossa escolha pelo documento oral não ocorreu apenas pela falta de outro tipo de documento, mas, sim, porque queríamos a participação da comunidade na reconstrução da memória dos dois municípios e do Parque Nacional do Caparaó. De acordo com Thompson, a história oral possibilita diferentes versões da história, ao dar voz a diversos narradores. Propicia a democratização da história, deixando para as próprias comunidades a construção da sua história, a partir de suas próprias palavras, vivências, e, de acordo com as suas referências e o seu imaginário.<sup>28</sup>

---

28 THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

No caso do Parna Caparaó, foi, principalmente, através das entrevistas que percebemos os conflitos e as tensões existentes em torno de sua criação e implementação ao longo destes anos. Como se trata de um fato recente, a maioria dos atores que participaram desta história estão vivos, podendo cada um, a seu modo, reconstruir este passado, atuar em seu presente e lutar por outro futuro.

Com os documentos coletados percebemos três discursos a respeito do território onde foi criado o Parna Caparaó. Neles conseguimos separar, grosso modo, três maneiras de conceber e utilizar aquele lugar. Em razão desses discursos, esta dissertação se divide em três capítulos: o primeiro mostra a visão do governo federal; o segundo, a dos excursionistas e de todos aqueles que lutaram pela criação do Parque; o terceiro, a dos moradores de Alto Caparaó. Assim, vemos como necessário definir nossos conceitos de território e de lugar. “Observa-se que, historicamente, a concepção de território associa-se a ideia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder”<sup>29</sup>. No caso do Caparaó, analisaremos os embates em torno do Parna Caparaó, entendido como um território onde os atores estão em constante conflito pelo poder sobre o mesmo. Lugar constitui “a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições – onde cooperação e conflito são a base da vida em comum”<sup>30</sup>. Como dito, este trabalho visa a elucidar as formas de cooperação e conflito em relação ao Parna Caparaó.

---

29 SUERTEGARAY, Dirce M. A., Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona, nº 23, 15 de julio de 2001, p. 6.

30 SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. apud SUERTEGARAY, Dirce M. A., Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona, nº 23, 15 de julio de 2001, p. 7.

## ***Capítulo 1-O GOVERNO E O PARQUE***

### ***O Parque Nacional do Caparaó no contexto das questões conservacionistas brasileiras***

O presente capítulo trata da visão do governo federal. Primeiro, abordaremos o IBDF, com uma postura mais preocupada com o desenvolvimento econômico do que com a preservação da natureza e, depois de 1989, com o IBAMA, que, a partir da década de 1990, em meio ao *boom* do pensamento ambientalista no Brasil, começa a defender a necessidade da interação com a população para realizar a sua missão de conservação das áreas naturais protegidas.

Neste mesmo capítulo, esboçaremos uma retrospectiva histórica da relação homem/natureza. Discutiremos como, no mundo ocidental, forjou-se uma política de separação de espaços especialmente protegidos, seguida do surgimento destas áreas, na forma de parques nacionais. Veremos quais os seus preceitos básicos, a mudança da política de parques nacionais modificou-se com o passar do tempo e da forma que as posições de preservacionistas e conservacionistas contribuíram para estas mudanças. Descreveremos como essa política foi implantada no território brasileiro. Como o nosso fio condutor é a criação do Parna Caparaó, faremos uma relação entre a criação e a história do Parna Caparaó e o contexto local, nacional e internacional de sua criação. Daremos atenção aos aspectos naturais do Parna Caparaó: vegetação, clima, relevo. Aproveitaremos também para descrever sua infraestrutura e suas principais atrações.

## *1 – Parques Nacionais: iniciativas e regulamentações*

Em 1961, o governo Jânio Quadros determinou através do Decreto n.º 50.646, de 24 de maio de 1961<sup>31</sup> a criação do Parque Nacional do Caparaó, localizado na região montanhosa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Ele foi um dos oito parques criados naquele mesmo ano, baseados no Código Florestal de 1934 e na Constituição de 1937, nos quais se previa a preservação de áreas e paisagens passíveis de serem consideradas patrimônio nacional.

No mundo ocidental, o estabelecimento de espaços de preservação de uso público iniciou-se na era moderna.<sup>32</sup> Antes da Revolução Industrial, os ingleses ainda tinham uma convivência hostil com a natureza selvagem “*wilderness*” - que não sofreu a interferência humana. “Um dicionário poético de meados do século XVII sugere, como epítetos apropriados a uma floresta: “terrível”, “sombria”, “selvagem”, “deserta”, “agreste”, “melancólica”, “desabitada” e “assolada por feras.”<sup>33</sup> A natureza em seu estado selvagem era considerada inimiga da própria civilização humana. Nessa natureza, então, o homem deveria intervir a fim de domesticá-la, civilizá-la. Pouco a pouco ela seria transformada em jardins “domados”, criados a partir de verdadeiros projetos paisagísticos e, só depois disso, seria passível de valorização estética.

---

31 Texto integral deste decreto em anexo no final desse trabalho.

32 QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983. Segundo a autora, no mundo ocidental, a prática de separar lugares para a preservação da flora e fauna começou na Europa durante a Idade Média. Normalmente, estes territórios eram resguardados visando a sua utilização futura pelos seus proprietários: nobres interessados em caçar ou instituições religiosas preocupadas com o futuro suprimento de madeira. Sendo assim, estas áreas de forma alguma eram reservadas ao uso público, serviam apenas a uma minoria privilegiada, diferente do que aconteceu na era moderna, com a criação dos parques nacionais e outros tipos de áreas de preservação de uso público.

33 THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 232.

No século XIX, a Revolução Industrial trouxe para a Inglaterra o desenvolvimento econômico e, como ele, o aspecto acinzentado das cidades e o ar quase irrespirável dos centros fabris. Com o passar do tempo essa “paisagem sombria” começou a incomodar muitos ingleses, principalmente os das classes mais abastadas, que procuravam recantos naturais para se refugiar. De acordo com Thomas, a visão do inglês em relação à natureza, a partir daí, sofreria muitas alterações até que a natureza selvagem, antes abominada, fosse valorizada, não apenas como fonte de matéria-prima mas também de uma maneira contemplativa. Agora ela serviria para satisfazer os olhos de seus observadores. A partir desse momento, comportamentos visando a destruição da natureza, antes tão valorizados em nome da civilização e do desenvolvimento da espécie humana, se tornaram absurdos e impensáveis ao modo de ver deste “novo homem”.<sup>34</sup> Apesar de ainda haver uma tensão entre aqueles que apoiavam a dominação da natureza e aqueles que lutavam por sua conservação, podemos dizer que, pelo menos no plano estético, surgiu uma nova sensibilidade com relação à natureza, que teoricamente, ganhou um novo *status* e passou a ter um valor intrínseco, independentemente de sua utilidade econômica. Desde então, iniciou-se a movimentação de uma parte da população inglesa visando à constituição de espaços de lazer de uso público em áreas naturais que, na Inglaterra, teriam de ser rurais, pois fronteira ou *wilderness* acabara por lá há centenas de anos.

Nas Américas houve também uma mudança de sensibilidade em relação à natureza a partir do século XIX. Apesar dessa mudança não ter a mesma força que o desejo de crescimento econômico, surgiram vários naturalistas daqui interessados na preservação do mundo natural. Muitos deles apregoavam a ideia do homem como destruidor implacável da

---

34 THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural...

natureza. “Para o naturalismo de proteção de natureza do século passado (XIX), a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la”.<sup>35</sup> Inicialmente, o referencial teórico utilizado nas propostas de criação de Unidades de Conservação levou tais ideias em extrema consideração.

Os Estados Unidos foram os primeiros a estabelecerem este tipo de área de lazer para a população, sob o nome geral de parques nacionais<sup>36</sup>. O parque nacional<sup>37</sup> é uma das formas mais conhecidas de Unidade de Conservação<sup>38</sup> no mundo contemporâneo. Este conceito foi esboçado pelo americano George Catlin, em 1830<sup>39</sup>, e, desde então, muitas áreas protegidas foram criadas. Entretanto, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, representou o marco fundamental no que diz respeito à concepção de áreas de preservação, por causa do pressuposto “da socialização das belezas cênicas existentes nesses

---

35 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998, p. 13.

36 MILANO, Miguel Serediuk. Por que existem as unidades de conservação? In: MILANO, Miguel Serediuk (org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, p.193 – 208.

37 A definição de Parque Nacional sofreu diversas modificações desde que foi criado. Atualmente, pela nova definição do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), "Art 11 Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico." BRASIL. Leis, decretos. LEI Nº 9.985, de 18 de junho de 2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, p.4. [www.redeprouc.org.br/snuc](http://www.redeprouc.org.br/snuc)

38 Unidade de Conservação, de acordo com o SNUC, é definida como “Art 2º - I - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” BRASIL. Leis, decretos. LEI Nº 9.985, de 18 de junho de 2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, p. 1. [www.redeprouc.org.br/snuc](http://www.redeprouc.org.br/snuc)

39 MILANO, Miguel Serediuk. Por que existem as unidades de conservação? In: MILANO, Miguel Serediuk (org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, p.193 – 208.

territórios, por toda população<sup>40</sup> e a proibição do uso direto dos recursos naturais do lugar, quaisquer que fossem - florestal, mineral, animal, etc. Sendo assim, a presença humana dentro desses espaços era totalmente proibida.<sup>41</sup>

Na África do Sul foi criado o Krüger National Park, em 1898, para impedir o massacre de animais<sup>42</sup>. Na Europa, a Suécia e a Suíça foram os primeiros a estabelecerem parques nacionais. Nos Alpes suíços, o parque criado tinha como objetivo manter um laboratório para pesquisas sobre flora e fauna<sup>43</sup>.

Através desses exemplos de parques nacionais, anteriormente citados, com diferentes objetivos uns dos outros, podemos argumentar que, apesar de existir o conceito de parque nacional até o início da década de 1930, ainda não estava clara a sua definição geral em termos internacionais. Para definir internacionalmente o conceito de parque nacional, representantes de vários países se reuniram, em Londres, na Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em 1933, e assim resumiram as três características principais de um parque nacional: deveriam ser áreas controladas pelo poder público para preservação da fauna e

---

40 BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000

41 ROCHA, Leonardo G. M. da. *Os parques nacionais do Brasil e a questão fundiária: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

42 HARROY, J. P. National Parks – a 100 years Appraisal, In: OSTER, R. *World National Parks. Progress and Opportunities*. Hayez, Brussels. apud QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983.

43 COOLIDGE, H. Evolution of the Concepts, Role and Early History of National Parks. In: *World National Parks. Progress and Opportunities*. Ed. Osten, R. Hayes, 1972. apud QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983.



flora; deveriam ser objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, nos quais a caça é proibida, e serviriam à visitação pública.<sup>44</sup>

No Brasil, de acordo com Pádua, haveria uma predisposição no universo mental brasileiro para o discurso ambiental, devido, principalmente, à visibilidade dos problemas ambientais no Brasil e à forte presença da natureza no imaginário brasileiro.<sup>45</sup> Apesar disso, muitas vezes esse discurso de exaltação da natureza caía no vazio, pois não se traduzia em práticas.<sup>46</sup>

A primeira proposta de criação de um parque nacional no Brasil foi feita por André Rebouças, em 1876. Entretanto, a ideia ficou só no papel, não tendo maiores repercussões, nem na esfera política, nem na sociedade civil.<sup>47</sup> Somente em 1937 foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, sob a base legal do artigo 9º do Código Florestal Brasileiro de 1934, que definia os parques nacionais como “monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares o mereçam”.<sup>48</sup> Além de servirem como locais de lazer para os habitantes das grandes cidades e de atender às instituições científicas<sup>49</sup>, os primeiros parques brasileiros tinham também uma intenção pedagógica, ou seja, ensinar a amar a natureza,

---

44 QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983.

45 PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

46 ARNT, Ricardo. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo (1895-1990)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

47 URBAN, Tereza. *Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR, 1998.

48 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Institui o Código Florestal. In: *Código Florestal Brasileiro*. São Paulo, 1958.

49 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

assim como se ama a pátria.<sup>50</sup> Warren Dean enfatiza que a relação do Estado com a natureza dizia respeito ao próprio projeto nacional que se pretendia construir para o País. Como resultado, “a vocação do pensamento ecológico político brasileiro foi sempre a de colocar e recolocar a questão do projeto nacional”<sup>51</sup>, mesmo que este projeto ficasse apenas nas palavras e não nas ações.

A década de 1930 foi realmente um marco no que diz respeito ao meio ambiente e à legislação ambiental brasileira. Várias normas sobre o meio ambiente foram criadas. À medida que se acumulavam experiências no exterior e as organizações conservacionistas começavam a se articular internacionalmente promovendo encontros, como o Congresso Internacional de Florestas, de 1913, burocratas e cientistas brasileiros eram tentados a participar.<sup>52</sup>

Não podemos falar em mobilização de grande parte da sociedade civil em torno de questões ambientais naquela época, mas é preciso levar em consideração a existência de grupos e associações em defesa do meio ambiente, apesar de elas serem formadas por funcionários públicos ou por pessoas, temporariamente, contratadas pelo governo. Cabe ressaltar que, neste período, a participação da sociedade civil na formulação de diversas políticas ainda era mínima e difusa, o que não era diferente nas questões de política ambiental.

Apesar de os defensores do meio ambiente representarem uma pequena minoria e serem, em sua grande parcela, funcionários do governo, eles já se organizavam em

---

50 DUARTE, Regina Horta. Nature and historiography in Brazil, 1937-1945. *Iberoamericana*, Berlin, 3 10, p. 23-36, 2003.

51 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p.299.

52 DEAN, Warren. *A ferro e fogo...*

associações civis apolíticas, como a Sociedade dos Amigos das Árvores, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, grupos excursionistas em vários estados, entre outras ligadas também ao discurso da consolidação da nacionalidade, tão presente naquela época. Distinguiam-se dos demais nacionalistas exatamente pela luta por uma nacionalidade com base na proteção da natureza.<sup>53</sup>

Para discutir assuntos ligados à proteção da natureza, organizavam palestras, encontros e conferências. A Primeira Conferência para Proteção da Natureza foi promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores, em 1934<sup>54</sup>, no Rio de Janeiro, Com o objetivo de pressionar o então presidente Getúlio Vargas a cumprir as novas medidas conservacionistas aprovadas neste mesmo ano, além de criar um sistema de parques nacionais brasileiros.<sup>55</sup> Nessa conferência, Alberto José Sampaio, relator do evento, citou cinquenta e um congressos realizados pelo mundo sobre natureza e meio ambiente entre os anos de 1884 e 1933. De acordo com Franco, isso confirmava a preocupação de estar sempre buscando referências a respeito das práticas conservacionistas e, assim, dar legitimidade ao conceito de proteção à natureza.<sup>56</sup>

Podemos perceber que, naqueles anos, a temática sobre a preservação da natureza já estava fortemente articulada em meios intelectuais e científicos. Dessa forma, quando Vargas empreendeu a normatização da proteção da natureza, na realidade, estava retomando

---

53 FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. *Varia Historia*, nº 26, Belo Horizonte: Depto de História da FAFICH, 77 – 96, 2002.

54 FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional...

55 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

56 FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. *Varia Historia*, nº 26, Belo Horizonte: Depto de História da FAFICH, 77 – 96, 2002.

temáticas advindas da própria sociedade, mesmo que minoritárias, “concedendo” algumas medidas que já eram reivindicadas há anos; agora, porém, sob uma lógica populista.

Destacamos que, a partir da década de 1930, o governo federal, impulsionado por esses “defensores da natureza” e por um momento histórico fortemente marcado pela tentativa de criação da Nação - e aqui o amor à natureza era uma das formas de amor à nação - tomaria medidas mais concretas para preservação de espaços naturais da degradação. Um exemplo foi a aprovação, em 1934, de diversos decretos visando à proteção do meio ambiente. Dentre os mais conhecidos estão o Código de Águas e Minas, o Código Florestal e o Código de Caça e Pesca. Esses códigos podem ser considerados como marcos fundadores da política ambiental brasileira.<sup>57</sup> Não podemos esquecer que o Código de Minas, o Código de Águas e o Código Florestal foram também reflexo de uma posição racionalista e anti-privatista de colocar o patrimônio natural sob controle estatal.

Após uma longa paralisação na criação de normas para assegurar a proteção da natureza, Jânio Quadros, no mesmo ano da criação do Parna Caparaó, determinou a formação de um grupo de trabalho responsável pela confecção do novo Código Florestal. Apesar de existirem, desde 1948, projetos de lei no Congresso Nacional visando mudar o Código Florestal brasileiro, o novo código só foi aprovado em 1965.<sup>58</sup>

Podemos ater-nos à ideia de que este Código Florestal de 1965 não significou a fusão de antigas leis, nem representou o aprimoramento de uma legislação anterior. Antes, ele foi o resultado do trabalho de um grupo restrito de especialistas, deixando de ser, então, um

---

57 Para saber mais sobre essa legislação ler: DRUMMOND. José Augusto, Legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Revista Ambiente e Sociedade*, ano II, nº 3, 4, 98/99, p. 127-149.

58 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal.

produto da cultura do direito ambiental do país.<sup>59</sup> Osny Pereira, que “coordenou a elaboração do Código Florestal brasileiro de 1965, e autor do livro *Direito Florestal brasileiro* até hoje considerado um dos mais completos documentos sobre o assunto”<sup>60</sup>, afirma que

enquanto nos demais ramos da ciência jurídica, os códigos resultam de uma imposição da cultura, são expressões de um dado nível do desenvolvimento doutrinário, aqui o ponto de partida é a Lei. Ela não é cúpula, mas, alicerces. Por essa razão, o Código Florestal, em vez de ratificar linhas de conduta ou de dar expressão legal a tendências favoráveis que prevaleçam no setor, apresenta-se como um estatuto impositivo, que gera restrições e cria objeções entre os que são compelidos a obedecê-lo.<sup>61</sup>

De acordo com os antigos funcionários do Parna Caparaó, esse Código<sup>62</sup> era o mais importante instrumento legal de que dispunham para a defesa do meio ambiente. Visto que o trabalho de parte dos funcionários era fiscalizar as ações dos homens no meio ambiente, evitando a degradação do parque e punindo o descumprimento das normas, eles precisavam de amparo legal para poder realizar seu trabalho. Por isso sempre estavam com um exemplar do código em mãos. Entretanto, o Código de 1965 era falho, apresentava multas em forma de portarias, dando margem à discussão e a requerimentos de anulação das multas por parte daqueles que eram flagrados depredando a natureza. Muitos eram autuados e multados dezenas de vezes pelo mesmo delito e nada acontecia, pois recorriam à Justiça e ganhavam a causa devido às brechas existentes na lei. Desta forma, o Código Florestal de 1965 deixava margem para uma utilização pouco racional da terra e dos recursos conexos como flora, água

---

59 ALVARENGA, Roberto de Mello. Problemas da Conservação da Natureza: conceituação e legislação. *Brasil Florestal*. Brasília, nº 15, p. 18 a 29, 1973.

60 URBAN, Tereza. *Saudade do Matão*: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998, p. 218.

61 PEREIRA, Osny. Direito Ambiental, apud ALVARENGA, Roberto de Mello. Problemas da Conservação da Natureza: conceituação e legislação. *Brasil Florestal*. Brasília, nº 15, p. 18 a 29, 1973, p. 21.

62 Cópia desta lei consta em anexo no final deste trabalho.

e fauna. Como resultado, os funcionários responsáveis pela fiscalização ficavam frustrados e descrentes de seu próprio trabalho.<sup>63</sup>

Você embargava, eles continuavam desrespeitando o embargo. Não tinha assim, um instrumento legal para você punir essas pessoas. Aqueles que tinham medo da lei obedeciam; aqueles que não tinham, continuavam fazendo! Então era comum você multar um proprietário aí, várias vezes. Isso era comum. A maioria dos Autos de Infração era cancelada porque as multas eram através de portaria. Portaria não tem força de lei, então a maioria era derrubada. Com isso a gente se sentia frustrado não é? Você se sentia assim até temeroso, porque você ia num proprietário para autuá-lo várias vezes pelo mesmo motivo... então você se sente assim desmotivado e até temeroso. Perde até o moral não é? *MBE, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

Três anos antes da aprovação do novo Código Florestal brasileiro, em 1962, foi realizado em Seattle, nos Estados Unidos, a Primeira Conferência Mundial sobre parques nacionais, recomendando principalmente o “estímulo à criação de parques nacionais marinhos, à educação ambiental, às pesquisas planejadas, à criação de unidades de proteção para cada espécie ameaçada e à proibição de usinas hidrelétricas dentro dos parques”.<sup>64</sup>

Seguindo as orientações dessa conferência, através da nova Lei Florestal, também em 1965, o Brasil estabeleceu o novo conceito de parque nacional.<sup>65</sup>

Criado em 1967, o IBDF passou a ser o responsável pela administração de parques nacionais. Apesar da participação do Brasil em diversas conferências internacionais sobre a conservação do meio ambiente e o cuidado com as áreas de proteção, agora “mais

---

63 Informações constatadas através de entrevistas feitas com antigos funcionários do Parna Caparaó em 2002, através do Projeto Caparaó - COLTEC/UFMG. Entrevistas nº 18, 31, 33, 46, 54, 33, principalmente.

64 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, P. 100.

65 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. "Art. 5º: O Poder Público criará: Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos." [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

explicitamente do que antes, parques e reservas brasileiros caíam sob a égide de um órgão produtivista”.<sup>66</sup>

O IBDF era um órgão que se preocupava com o desenvolvimento florestal. Então é... igual, por exemplo, o IBDF na época tinha o programa do Pró-Vargem, havia financiamentos para esgotar, drenar as vargens, as baixadas, então a água ia toda embora; o negócio era produção. Muita carvoaria, muita serraria, tudo isso com respaldo; havia esse incentivo. Na época do IBDF era até meio incoerente; era um órgão responsável pelo desenvolvimento a qualquer custo mas também era o órgão responsável pela proteção, então... não tinha coerência nas ações, por causa disso a dificuldade. *LM, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

Através da fala desse funcionário do Parna Caparaó, pode-se perceber a visão reinante, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com relação ao meio ambiente. O país era valorizado de acordo com o seu grau de desenvolvimento e este era medido pela produção, pela tecnologia e pelo uso que fazia de seus recursos, o que significava utilizá-los. Colocar florestas abaixo e em lugar erguer enormes plantações de florestas homogêneas<sup>67</sup> ou monoculturas ou até mesmo serrarias e carvoarias era sinal de progresso e desenvolvimento, e, por isso, extremamente valorizado. Tudo isso com a aprovação do IBDF.<sup>68</sup> Não podemos nos esquecer também que as fraudes e a corrupção no interior deste órgão colaboravam para o aumento do desmatamento.<sup>69</sup>

---

66 DRUMMOND, José Augusto. Legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo, *Revista Ambiente e Sociedade*, ano II, nº 3, 4, 98/99, p. 140.

67 FEAM. *A Questão Ambiental em Minas Gerais: Discurso e Política*. Belo Horizonte: FEAM/SEMAD/FJP/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. O decreto-lei nº 71.134 de 1970 dava 50% de desconto em impostos para projetos apoiados pelo IBDF, gerando amplo processo de criação de florestas homogêneas no Brasil.

68 Vale ressaltar que sabemos que a principal missão do IBDF seria solucionar o problema da demanda de madeira do mercado, nada mais justo então que incentivar a plantação de florestas homogêneas para fins comerciais a fim de preservar trechos das florestas nativas. O que estamos criticando aqui é a má utilização desta política, pois trechos de florestas nativas eram desmatados para plantação de florestas homogêneas para que pudessem receber os incentivos oferecidos pelo IBDF. Desta forma, a falta de normatização, controle e fiscalização incentivariam o desmatamento ao invés de reprimi-lo.

69 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Isso também se fez sentir em Alto Caparaó. Os antigos moradores se orgulhavam em falar do tamanho da área que haviam desmatado para dar lugar às plantações ou aos pastos<sup>70</sup>, ficando, assim, sem compreenderem por que seus antigos hábitos e costumes, antes tão valorizados, passaram a ser mal vistos e até mesmo coibidos. Nas entrevistas com antigos moradores da região, percebemos que todos se policiavam ao falar sobre o passado. O medo de serem criticados pelo desmatamento que provocaram fez com que tivessem muito cuidado em suas declarações<sup>71</sup>.

Em 1969 ocorreu em Nova Deli, na Índia, a 10ª Assembleia Geral da UICN, que recomendou um novo conceito de parque nacional. Muitas vezes utilizado de forma aleatória, agora o termo seria empregado para áreas com características iguais às que foram estabelecidas neste encontro.

Em 1972, aconteceu o Segundo Congresso de Parques Nacionais, em Yellowstone, em comemoração ao centenário desse pioneiro parque nacional dos Estados Unidos. Nesse encontro tornou-se explícita a preocupação com a integridade dos parques nacionais, requerendo dos países presentes maiores cuidados, mais pesquisas e mais educação ambiental. Além disso exigiu o incentivo à criação de mais parques nacionais e à formação de um sistema coordenado de parques nacionais e áreas correlatas. Por ora, optou-se por aceitar a definição de parque nacional estabelecida pela UICN, em 1969.<sup>72</sup>

---

70 Discutiremos melhor no capítulo 3 a respeito da utilização da área do parque pelos moradores e os impactos da instalação do parque na serra do Caparaó.

71 Observações feitas a partir de entrevistas feitas com antigos moradores de Caparaó e Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 05, 09, 11, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 25, 32, 33, 38, 41, 43, 44, 51, principalmente.

72 QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento...



Em 1972, ocorreu também, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. O Brasil, que nesse momento estava em pleno desenvolvimentismo, também mandou representantes para a conferência, mas alegava que “as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear a ascensão dos países em desenvolvimento”.<sup>73</sup> Pensando assim, o governo militar não se opunha à instalação de empresas poluidoras no Brasil, pelo contrário, propagandeava no exterior que aqui as empresas não precisavam gastar com equipamentos antipoluentes, podendo, assim, obter mais lucros. A poluição era bem-vinda se acompanhada por maiores oportunidades de desenvolvimento econômico para o País. Dupuy se lembrava “de um cartaz publicado no jornal *Le Monde* por conta do governo brasileiro que dizia: ‘Industriais, venham poluir nosso país, pois ainda é autorizado’”.<sup>74</sup> Visto que esse pensamento era hegemônico entre os políticos brasileiros, podemos concluir que o espaço reservado para as discussões sobre o meio ambiente era irrisório, se comparado às preocupações com o crescimento econômico do país.

Mais tarde, devido também às pressões internacionais<sup>75</sup>, foi criada, pelo decreto 73.030 de 30/10/1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Sua atribuição era cumprir as designações de alguns organismos internacionais que vinculavam sua criação à aprovação de empréstimos ao país. A partir da Conferência de Estocolmo, a maioria dos países criou instituições públicas especiais para lidar com o meio ambiente. A princípio, a

---

73 VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/ IUPERJ, 1987, p. 84.

74 DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 20.

75 PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991, p. 135 - 161.

atuação da SEMA era tímida e seu poder muito limitado.<sup>76</sup> Apesar disso, posteriormente podemos verificar que as principais medidas normativas da atualidade sobre o meio ambiente tiveram sua origem nesse órgão.

Portanto, nem a criação de uma secretaria responsável especialmente pela proteção ambiental significou uma mudança imediata de postura do País frente às questões relacionadas à conservação da natureza. De acordo com José Augusto Drummond, no Brasil, o período entre 1930 e 1980 foi um período desenvolvimentista que nada teve de ambientalista. A criação de órgãos e leis para a defesa da natureza não representou uma mudança de pensamento da população e dos governantes, e sim uma imposição vinda de cima e com pouco valor, pois o próprio governo era incompetente e omissos nas questões que diziam respeito à proteção ambiental.<sup>77</sup>

Apesar de toda esta movimentação internacional e da criação da SEMA, no período entre 1967 e 1978, o IBDF criou apenas três parques nacionais. Houve quase uma paralisação da política de parques e reservas nacionais.<sup>78</sup> Apesar de o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) estabelecer medidas para unir desenvolvimento à proteção ambiental<sup>79</sup>, esses doze anos conheceriam um momento de estagnação da política ambiental.

---

76 VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 63 - 110.

77 DRUMMOND, José Augusto. Legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo, *Revista Ambiente e Sociedade*, ano II, nº 3, 4, p. 127 - 149.

78 DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988...

79 QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983.

## *2 – O Parque Nacional do Caparaó*

### *2.1 - Primórdios*

Já nas primeiras décadas do século XX, existia a intenção de alguns conservacionistas de criar uma área protegida na Serra do Caparaó<sup>80</sup>. Entretanto, essa possibilidade não seria mais cogitada até a década de 1940. Talvez porque, apesar de o Código Florestal de 1934 ser inovador em questões ambientais, não havia muita clareza em relação aos parques nacionais, apenas uma alusão à possibilidade de sua criação em áreas devolutas. Nas décadas de 1930 e 1940 foram criados apenas quatro parques nacionais e, por duas décadas, eles foram os únicos do País. Note-se que o Parque Nacional de Paulo Afonso, criado em 1948, foi extinto em 1981 para a construção de uma hidrelétrica.<sup>81</sup>

Internacionalmente, a criação destas unidades de conservação – UCs - tinham como principal pressuposto a socialização do usufruto de áreas desabitadas e ainda pouco manipuladas pelo homem. Apesar disso, no Brasil, ainda em 1937 e 1939, as primeiras UCs foram criadas em locais estrategicamente próximos aos grandes centros urbanos. A área escolhida, mesmo para abrigar o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, tinha parte de sua paisagem já muito descaracterizada e profundamente modificada pelo homem além de a área contar com inúmeros moradores.<sup>82</sup> No caso do Parna Caparaó, criado vinte e quatro anos mais tarde, também não podemos falar que ele foi criado para proteção de mata virgem. A região já havia sido profundamente modificada pelo homem

---

80 Missão Belgo-Brasileira em excursão nos campos de Caparaó. *O Carangola*, Carangola, 17 de fevereiro de 1922.

81 DRUMMOND, José Augusto. *O sistema brasileiro de parques nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental*, Niterói: EDUFF, 1997.

82 Para saber mais sobre o Parque Nacional do Itatiaia, ler: DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

através da extração madeireira e de atividades agropecuárias, principalmente no lado mineiro do Parna Caparaó.<sup>83</sup>

Em 1940 foi assinada, entre diversos países, a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América<sup>84</sup>, que, retomando as discussões de 1933, buscava uniformizar os conceitos nela definidos como “parques nacionais”, “monumentos naturais” e “reservas de regiões virgens”, além de discutir outros aspectos da conservação da natureza. O Brasil tornou-se signatário da Convenção só a partir de 1948, pelo Decreto Legislativo n.º 3 de 13 de fevereiro<sup>85</sup>. De acordo com as definições instituídas por essa convenção, entre 1959 e 1962, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas estabeleceu uma “Lista de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes”, visando a esclarecer o significado dessas e de outras categorias de manejo estabelecidas internacionalmente.<sup>86</sup>

Entre 1937 e 1961, Caparaó voltou à pauta de discussão. O Serviço Florestal, órgão federal responsável pelo meio ambiente, realizou algumas expedições à Serra, na década de 1940, para avaliar a possibilidade de criação de uma área de preservação nesta região.<sup>87</sup> Em nenhum momento a população dos municípios envolvidos foi indagada a respeito<sup>88</sup>, isso não

---

83 Informações constatadas através da observação e de entrevistas feitas com antigos moradores da região, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG, principalmente entrevistas nº 02, 05, 06, 09, 12, 16, 17, 19, 22, 23, 25, 27, 41, 43, 44, 51.

84 Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América. *Boletim Informativo da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN*. Rio de Janeiro, n. 03, 1968, p. 30.

85 PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. Áreas de preservação: parques nacionais e reservas biológicas. *Brasil Florestal*. Brasília, no 31, p. 6 a 14, jul/ago/set. 1977.

86 MAGNANINI, Alceo. Política sobre as unidades de conservação – dificuldades e sucessos no pensamento de Alceo Magnanini. In. MILANO, Miguel Serediuk (org.). Unidades de conservação: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, p.151 – 160.

87 BRADE, Alexander Curt. Excursão à Serra do Caparaó. *Rodriguésia – Revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. v. 6, n.15, p.87-92, jun. 1942.

88 Informações constatadas através de entrevistas feitas com antigos moradores da região nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Principalmente entrevistas nº 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 41, 43, 44, 51.

era pré-requisito na época. Além disso, a opção pela criação de uma unidade de conservação sem moradores era clara. A prioridade do Serviço Florestal com essas expedições era estudar e analisar os componentes biológicos que faziam com que a Serra fosse considerada importante para ser preservada. Neste momento, relevantes, eram seus aspectos naturais e estéticos. Opção que, de acordo com Rodman;

obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos. (...) Este modo de preservação é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como florestas, grandes rios, *canyons*, discriminando áreas naturais *menos nobres* como pântanos e brejos, etc, ainda que esses ambientes possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas.<sup>89</sup>

Em 1948, o administrador do Parque Nacional Serra dos Órgãos foi nomeado pelo Serviço Florestal como responsável por analisar as possibilidades da criação de um parque nacional na Serra do Caparaó e pelas negociações que se fizessem necessárias para tal. Gil Sobral Pinto avaliou todas as condições do lugar: problemas na obtenção de terras, topografia, meios de comunicação, clima, relevância nacional. Segundo Pinto, os governos mineiro e capixaba estavam dispostos a doarem à União as terras sob o seu domínio. Em outubro do mesmo ano, o administrador enviou um relatório para o Serviço Florestal contendo todas as suas impressões<sup>90</sup>. Apesar dos esforços, o chefe do Serviço Florestal, Renato Domingues, deu parecer desfavorável à criação do Parque naquele momento, pedindo

---

89 RODMAN, J. What is living and what is dead in the political philosophy of T. H. Green, *The Western Political Quarterly* 26, p. 566-586 apud DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO. Célia Maria de Toledo e BRUHNS. Heloísa Turini (orgs.) *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas. SP: Papyrus, 1997, p. 86-87.

90 MA. Serviço Florestal. Correspondência do administrador do Parque Nacional da Serra dos Órgãos ao Chefe da Seção de Parques Nacionais. Relatório em anexo, outubro de 1948.

adiamento da proposta.<sup>91</sup> Como sempre, a falta de recursos financeiros foi a principal razão dada pelo governo para adiar a criação do Parna Caparaó.

Também em 1948, na Europa, era criada uma organização não-governamental visando à conservação dos recursos naturais pelo mundo, a União Internacional para a Proteção da Natureza<sup>92</sup>, depois rebatizada União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN), hoje União Mundial para a Natureza mantendo a mesma sigla.

A UICN, desde sua criação, passou a desempenhar papel fundamental para o desenvolvimento da filosofia de áreas naturais protegidas no mundo inteiro, atuando tanto no processo de definição e atualização conceitual como no próprio assessoramento a países em desenvolvimento para o planejamento e manejo dessas áreas.<sup>93</sup>

O Brasil manteve um tênue contato com essa instituição até a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza - FBCN, em 1958, quando houve um estreitamento de relações. Apesar disso, de acordo com Pádua, a FBCN teria tido pouca atuação no espaço público, mobilizando mais uma elite de naturalistas.<sup>94</sup>

Enquanto isso, no final da década de 1940 e durante a década de 1950, ambientalistas mineiros e capixabas, principalmente dos do próprio governo – vereadores, deputados estaduais, federais, funcionários do Serviço Florestal etc. – articulavam para que fosse criado um Parque Nacional na Serra do Caparaó. Pressionado por estes conservacionistas, Renato Domingues, em janeiro de 1954, muda seu parecer de 1948, passando a apoiar o

---

91 PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. COIMBRA, Ademar F. *Os parques nacionais do Brasil*. Coleção: A natureza na Iberoamérica. Instituto de Cooperação Iberoamericana, edição especial do IBDF, 1979.

92 IUCN – União Internacional para conservação da natureza e recursos naturais. *Boletim Informativo da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 52 a 53, 1978.

93 MILANO, Miguel Serediuk, BERNARDES, Ângela Tresinari, FERREIRA, M. Lourdes. *Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das unidades de conservação*. Brasília: IBAMA, 1993, p. 04.

94 PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

estabelecimento do Parque Nacional do Caparaó.<sup>95</sup> Mesmo assim, ainda se passariam mais sete anos até ser finalmente decretada a sua criação.<sup>96</sup> Novamente, a justificativa para o adiamento foi a falta de verbas para a implementação e manutenção do Parna Caparaó.

Depois da criação dos primeiros parques nacionais brasileiros, entre 1937 e 1948, somente em 1959, com Juscelino Kubitschek, foi retomada a política de criação de novos parques. Dois deles, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional de Brasília, localizavam-se perto da região onde estava sendo construída a nova capital do País, Brasília. Em 1961, mais dois parques foram criados em Goiás, o Parque Nacional das Emas e o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (este último no governo de Jânio). De acordo com José Augusto Drummond, esses foram os primeiros parques brasileiros implementados em lugares realmente remotos.<sup>97</sup>

No entanto, eles foram uma consequência da 'interiorização administrativa', promovida com a construção de Brasília, e não o resultado de uma política autônoma de interiorização de parques. A principal justificativa citada à época para a criação foi a oferta de lazer e turismo para os funcionários governamentais que se transferiram para Brasília nos anos seguintes.<sup>98</sup>

Reforçava-se, portanto, a prática de criação de parques nacionais a serviço, prioritariamente, dos moradores dos centros urbanos.<sup>99</sup> O Parque Nacional do Caparaó não fugiu a esta regra como podemos observar com a figura 1.

---

95 PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. COIMBRA, Ademar F. *Os parques nacionais do Brasil*. Coleção: A natureza na Iberoamérica. Instituto de Cooperação Iberoamericana, edição especial do IBDF, 1979.

96 Discutiremos melhor estas mobilizações em torno da criação do parque no Capítulo 2.

97 Para saber mais sobre o sistema brasileiro de criação de parques nacionais e as suas peculiaridades, ler: DRUMMOND, José Augusto. *O sistema brasileiro de parques nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental*. Niterói: EDUFF, 1997.

98 DRUMMOND, José Augusto. *O sistema brasileiro de parques nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental*, Niterói: EDUFF, 1997, p.17.

99 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.



FIGURA 1 - Localização estratégica do Parna Caparaó, entre as principais capitais brasileiras.  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

Jânio Quadros criou sete parques durante o seu governo, entre eles, o de Caparaó, em 1961<sup>100</sup>. A principal razão da escolha deste local - a Serra do Caparaó - para abrigar uma área de proteção era a de proteger o pico da Bandeira, que até 1964 foi considerado o mais alto do Brasil, além da tentativa de proteção de resquícios de Mata Atlântica na região.<sup>101</sup>

## 2.2 – Estabelecimento

### 2.2.1 – Nomes

Ainda não se sabe realmente a origem do nome Caparaó, mas há três definições mais conhecidas entre a população de Alto Caparaó. A primeira é a definição dada por SAMPAIO: Caparaó vem de “Igapara-og”, em que “Caa-apara” é “pau torto” ou “folha torta” e Ig-apara é “o rio torto”. Então, Caparaó significaria “casa do rio torto”.<sup>102</sup> A segunda definição é a mais popular, mas carece de fundo científico. Teria sido “criada” pela jornalista Paula

---

100 Ver a relação de parques brasileiros em anexo, no final do trabalho.

101 IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981.

102 SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1987, p. 63.



Saldanha durante um programa de televisão<sup>103</sup>: Caparaó seria, então, “Águas cristalinas que descem da montanha”. A terceira versão teria advindo da tradição oral do município de Alto Caparaó: O nome teria sido dado em homenagem a um boi chamado Ó, muito bonito e bravo, que, antigamente, havia dado muito trabalho aos donos, que, então, resolveram capá-lo.

O boi era um boi que ninguém podia com ele, grande! Eu vi ele, eu conheci muito ele. Andava para o lado dele, ele enfreava e entrava mesmo; precisava dois no pau não cercava ele fácil não. Era dilatado. Muito mais alto do que esse armário. Era um colosso! Era um boi cortado, com uma força, então, ele chamava Ó. Então o dono falou: “- Cadê o Ó? Já trancaram ele? Cadê o Ó, já mataram ele?” Precisou quatro homens pra laçar o boi, aí vem, o boi chamava Ó, então perguntaram assim: “Mataram o Ó? Não, caparam o Ó”, o xente. Então vai ficar Capara o "O". Aí ficou Caparaó, por causa do boi.” *OLB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 90 anos, 2000.*

Também pouco se sabe por que o Pico da Bandeira recebeu este nome. A sabedoria popular diz que o nome é devido à determinação do Imperador do Brasil D. Pedro II em 1859, para que fosse colocada uma bandeira no pico mais alto do Brasil. Nesta época, esse pico ficava na Serra do Caparaó.

Ainda há vários nomes anteriores à criação do Parna Caparaó. Alguns advêm de histórias trágicas, como Cachoeira do Aurélio e Cruz do Negro:

Cachoeira do Aurélio é o seguinte, tinha um valentão aqui embaixo que chamava Aurélio, ele era tirador de pedra, fazer túneis, esse negócio assim. E a polícia doida para pegá-lo, mas não tinha jeito, o reforço era pouco na época, não era igual hoje. Aí ele chegou no túnel com os capangas dele, para tirar as pedras – era dia de eles pegá-lo, parece – largou os armamentos dele tudo do lado de fora do túnel assim e entrou para o túnel; aí a polícia chegou, tudo de uma vez, o batalhão e o pegou. Levaram ele para essa cachoeira e mandaram ele correr. Falaram com ele assim: “*Você corre Aurélio, se você der sorte e nós errarmos você sai vivo!*” Quando ele subiu a última pedra assim que tem a cachoeira direitinho... a base da gente é que ele deu uma passo assim, eles atiraram nele. Caiu dentro da água! Aí a cachoeira recebeu este nome. *WMF, morador de Alto Caparaó, guia local, aproximadamente 35 anos, 2002.*

Ali naquele rancho do terreirão, tem uma montanha, que eles tratam de Cruz do Negro. Era um crioulo que tinha aqui; um tal de Antônio Deolindo, ele

---

103 Conclusões tiradas a partir de reuniões realizadas com o coordenador do Projeto Caparaó, Marcos Antônio Nicácio, em 2001.

era caçador, e ele subiu; foi para lá para caçar, ele tinha três cachorros. Naquela época, tinha anta. E ele subiu para lá e começou a chover e a névoa abaixou muito e ele veio descendo, coitado! Estava no terreirão ali, no lugar de sair para vir embora, ele perdeu o equilíbrio e virou. Foi parar lá na Cruz do Negro, nesse lugar que eles falam Cruz do Negro, chegou lá, enfiou debaixo de uma pedra, e apanhou um feixe de capim, uns ramozinhos, umas coisas e morreu, com um feixe de capim na mão e o isqueiro na outra e não conseguiu riscar! Para acender o fogo! Morreu agachado ali! Ele ficou nove dias lá em cima! E... os cachorros foram indo... a fome foi muita, eles vieram em casa. Quando chegaram e eles viram os cachorros todos varados, falaram: “- Ah! Alguma coisa aconteceu!” Aí, trataram dos cachorros, chamaram os cachorros...pegou e amarraram um cachorro, senão eles não acompanhavam os cachorros, e foram. E o cachorro levou eles certinho onde estava o crioulo! Morto! Chegaram lá, ele estava lá com o isqueirozinho na mão e o feixe de capim na outra! *NBS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente, 74 anos, 2000.*

Outros nomes foram dados por razões de semelhança, como Arrozal, ou de algum uso anterior como macieira.

Por que chama Macieira? Porque tinha maçã, o campeiro plantou uns pés de maçã nessa Macieira, mas só que a maçã que ele plantou lá não saiu doce – aquelas maçãs todas amargosas – aí tinha lá. *WMF, morador de Alto Caparaó, guia local, aproximadamente 35 anos, 2002.*

O Arrozal é um lugar por nome de Arrozal porque tem uma baixada lá que tem um mato igualzinho arroz maduro. Você precisa conhecer para ver que lugar bonito! É a mesma coisa de você ver um arrozal, uma moita de arroz maduro assim. *WMF, morador de Alto Caparaó, guia local, aproximadamente 35 anos, 2002.*

Muitos dos nomes estabelecidos no Parna Caparaó como Macieira, Terreirão, Cachoeira do Aurélio, entre outros, já existiam antes mesmo da criação do Parna Caparaó. O ato de nomear demonstra que algo é significativo. Desta forma, as próprias pessoas que utilizavam esta área já significavam esses locais, ou seja, aqueles lugares já representavam algo na vida delas,<sup>104</sup> muito antes da criação do Parna Caparaó. E o seu modo de ver, de sentir e de utilizar aquele lugar era bem diferente da visão do visitante e do próprio governo.

---

104 Falaremos mais sobre a relação entre estes lugares e a população no Capítulo 3.

### 2.2.2 – Localização

O Parna Caparaó está localizado na Zona da Mata, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Abrange, parte dos municípios mineiros de Caparaó, Alto Caparaó, Espera Feliz e Alto Jequitibá (7.800 ha), a 334 km de Belo Horizonte; e os municípios capixabas de Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Ibitirama e Iúna (18.200 ha), a 248 km de Vitória.

Teoricamente, o Parna Caparaó teria uma área de 26.000 hectares<sup>105</sup> e um perímetro de aproximadamente 160 km<sup>106</sup>, mas essa área ainda era passível de modificações até há pouco tempo, pois apesar de o *Plano de Manejo*<sup>107</sup> de 1981 estabelecer que os limites do Parna Caparaó deveriam compreender as terras que estivessem acima da cota de 1.300 m de altitude, o decreto de criação do Parna Caparaó mencionava que só depois de um estudo mais aprofundado seriam fixados os limites exatos, o que ocorreu em 1997.<sup>108</sup> Ou seja, durante décadas não se sabia exatamente onde era área do Parque ou onde não era, o que certamente dificultou qualquer iniciativa de controle da área e de conservação da biodiversidade, situação comum à maioria dos parques nacionais brasileiros em seus primeiros anos, até mesmo, durante décadas de existência.

Em 1978, foram realizados trabalhos de levantamento topográfico e cadastramento de moradores do interior do Parque com os objetivos de demarcar a área do Parna Caparaó,

---

105 O tamanho atual é de aproximadamente 31.800 ha. E seu perímetro é de 165 km. [parnacaparao.vila.bol.com.br](http://parnacaparao.vila.bol.com.br)

106 IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981.

107 IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981, p. 09. “Plano de Manejo é o instrumento que fornece diretrizes básicas para o planejamento de uma unidade de conservação. Os recursos da unidade são analisados dentro do contexto nacional e regional, e seus objetivos específicos definidos”.

108 BRASIL. Decreto de 20 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a definição dos limites do Parque Nacional do Caparaó, criado pelo Decreto 50.646, de 24 de maio de 1961, e dá outras providências. [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

regularização fundiária de parte do seu território e sua desocupação.<sup>109</sup> Como naquela conjuntura não era imperativo consultar a população, em nenhum momento os moradores foram informados sobre o que estava acontecendo. Ficavam sabendo apenas que deveriam se retirar daquelas terras, pois agora era uma área reservada à proteção ambiental de uso indireto, que não admite a presença de moradores. Os habitantes de Alto Caparaó nem sabiam o que era um parque nacional e quais consequências poderiam advir de sua instalação. Como resultado, a situação em Alto Caparaó no período entre 1961 e 1979 era tensa e delicada. Ao mesmo tempo em que aquele lugar era um parque nacional também era, por sua vez, um conjunto de propriedades particulares, já que, ainda não haviam sido feitas as desapropriações e indenizações. Por quase duas décadas o Parna Caparaó sofreu as consequências dessa ambiguidade.<sup>110</sup> Na verdade, ele existia apenas no papel. Ainda em 1995, a administração do Parque se queixava de atividades contrárias à preservação realizadas dentro de seus limites, em locais ainda não indenizados.<sup>111</sup>

Em 1979 foi oficializado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros<sup>112</sup> segundo as recomendações do Segundo Congresso de Parques Nacionais, de 1972. A partir deste ano, a criação de unidades de conservação foi definitivamente retomada. Nesse mesmo ano, o Parna Caparaó foi efetivamente implantado, e, através do pagamento de indenizações, os moradores das principais áreas de visitação foram retirados do interior do Parna Caparaó,

---

109 IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981.

110 Informações constatadas através de entrevistas feitas com antigos moradores da região, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó nos anos de 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 02, 04, 05, 06, 09, 16, 17, 33, 41, 43, 45, 51, principalmente.

111 MMA. IBAMA. Parque Nacional do Caparaó. Documento de alerta ao IBAMA sobre atividades em áreas não indenizadas no Parna Caparaó, 29 de maio de 1995.

112 BRASIL. Decreto n.º 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. In: *Coletânea de Legislação Ambiental*, Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, 2ª ed., p. 84-92, 1990.

em terras pertencentes ao município de Alto Caparaó, principalmente.<sup>113</sup> Mesmo depois das desapropriações, as pessoas da região continuavam a ser vistas pelos funcionários do Parna Caparaó como "degradadores ambientais em potencial". Esses moradores, por sua vez, viam esses funcionários como pessoas de fora que vieram para proibir práticas já enraizadas em suas vidas. Isso tudo causou grande hostilidade entre os dois grupos.<sup>114</sup> Como resultado vieram as queimadas, problema constante na história do Parna Caparaó.<sup>115</sup> Alguns incêndios eram acidentais. Ao colocarem fogo em terrenos vizinhos ao Parque, muitas vezes o fogo fugia ao controle e penetrava nas fronteiras do Parque. Outras eram propositais.

Então com a desapropriação, decretou o Parque Nacional do Caparaó e tiveram que tirar esses animais. Quer dizer, viram ameaçada a sua fonte de renda. Então muitos ainda faziam fogo, queimavam, colocavam fogo fora do Parque para entrar no Parque, revoltados com a situação de ter criado o Parque. *JAS, ex-Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente, 66 anos, 2002*

Então por isso que nós passamos vários anos lá com problema sério que tinha um incêndio que sempre acontecia, que era alguém que tinha algum problema com o Parque, colocava fogo. Nós tivemos que passar lá quatro, cinco anos com esse problema. Época seca, tinha um local para começar, até a gente marcava no relógio: "*Hoje o fogo vai começar seis ou sete horas da noite!*" *ALS, ex-diretor do Parna Caparaó, aproximadamente, 50 anos, 2002.*

No ano de 1962, durante a gestão de João Maria Belo como diretor do Parna Caparaó, o fogo provocou grande destruição. Os vales da região e a mata abaixo da Tronqueira (importante local de visitação do Parque) foram devastados pelo incêndio. As entidades locais que lutavam pelo Parque acusavam o Ministério da Agricultura, então responsável

---

113 A retirada dos moradores do interior do parque e suas consequências serão melhores abordadas no Capítulo 3.

114 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 04, 08, 09, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 31, 32, 41, 43, 44, 50, 51, 56, principalmente.

115 Algumas destas queimadas foram documentadas em relatórios administrativos do Parna Caparaó e levadas a público pela mídia, mas outras ficaram perdidas, sem registro.

pelos parques, de ser inoperante diante os incêndios ocorridos na região, limitando em mandar técnicos para analisar a situação. Na realidade, mesmo depois da instalação do Parque, moradores locais ainda eram considerados responsáveis por colocarem o fogo em suas propriedades, que, por vezes, teimava em atingir o Parque.<sup>116</sup>

Apesar disso, até a década de 1990 não haviam sido registrados no Parque incêndios de grandes proporções. Em 1993 houve cerca de dez pequenos incêndios destruindo 3.000 ha. Em 1994, uma única queimada, ocorrida nos meses de setembro e outubro, época mais seca e de ventos fortes, atingiu cerca de 7.500 ha do Parque, comprometendo diversas espécies vegetais e animais.<sup>117</sup>

Ao que parece, o fogo começou nas proximidades do Parque na queimada de uma pastagem e subiu de maneira descontrolada a Serra em direção ao Pico da Bandeira. A batalha contra o fogo demorou cerca de 20 dias e contou com mais de 70 homens do Grupamento da Polícia Florestal em Alto Caparaó, da Brigada de Combate a Incêndios de Manhumirim e alguns homens contratados em Mundo Novo (ES). Ainda havia diversos voluntários. De acordo com o IBAMA, a falta de recursos, tanto materiais quanto humanos, juntamente com a inexistência de uma infraestrutura de apoio para o combate a incêndios foram as principais razões para este incêndio ter tomado grandes proporções.<sup>118</sup>

### **2.2.3 Aspectos naturais do Parque Nacional do Caparaó**

A região do Parna Caparaó apresenta um clima tropical de altitude, com temperatura média de 19° a 22°. O maciço do Caparaó forma uma pequena ilha de um tipo climático à

---

116 MA cruzou os braços e fogo destruiu vales no Caparaó. *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1962.

117 MMA. IBAMA. Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1995.

118 MMA. IBAMA. Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Caparaó...

parte. A maior altitude provoca não só temperaturas mais amenas, mas também chuvas orográficas bem distribuídas em relação aos meses do ano e à superfície do Parque.<sup>119</sup>

A pluviosidade gira em torno de 1.000 mm a 1.200 mm anuais, sendo que entre os meses de novembro e fevereiro a precipitação é mais intensa e entre os meses de abril e julho as chuvas são mais escassas. O período mais seco é o mais propício para excursões ao Pico da Bandeira pois, além da escassez de chuvas, o céu fica mais limpo – sem nuvens - proporcionando uma melhor visibilidade àqueles que se aventuram pela Serra do Caparaó.

O relevo é fortemente ondulado, predominando altitudes entre 1500 e 2000 m, A partir dos 2 200 metros de altitude começa no maciço do Caparaó o relevo Peri glacial: vales em U, vales suspensos, solo turfoso, lagos nos vales, caos de pedras.<sup>120</sup>

O ponto culminante da Serra do Caparaó é o pico da Bandeira, com 2890 m. Os outros picos de destaque são os picos do Cristal (2.798 m), do Cruzeiro (2.861) e do Calçado (2.766 m)<sup>121</sup>.

O Parna Caparaó tem numerosos rios perenes, de pequeno e médio porte – entre os mais conhecidos, o rio José Pedro e Caparaó - que, devido à topografia, apresentam forte declividade, sendo comum a ocorrência de quedas d'água de grande beleza cênica, como a Cachoeira Bonita. No verão, apesar de ser um período mais chuvoso, o calor é propício banho nas cachoeiras e rios do Parque e do entorno.

A vegetação característica é de Floresta Pluvial Tropical, mas, na realidade, esse tipo de vegetação é comum apenas em lugares de difícil acesso, principalmente na área

---

119 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

120 VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais..., p. 14-15.

121 IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981.

pertencente ao estado do Espírito Santo. No lado do território mineiro, a floresta foi supressa ou, onde o desmatamento não foi total, foram retiradas as madeiras mais antigas e valiosas. Portanto, a Floresta Pluvial Tropical no Parna Caparaó constitui uma formação de origem secundária ou remanescente em vários níveis de regeneração, dependendo da localização. Na mata do Parque pode-se observar embaúbas até a altitude de 1.300 metros, e, a partir dos 1400, a criciúma (*Chusquea pinifolia*), um bambu fino. Estes dois tipos vegetais crescem em formações densas, precisamente em clareiras ou trechos devastados das florestas.<sup>122</sup>

O Vale Verde, um dos principais locais de visitação pública do Parna Caparaó, foi extensivamente utilizado por moradores na extração de madeiras nobres e para a agricultura.<sup>123</sup> Depois de 24 anos de desocupação, podemos observar ali a regeneração da mata em meio às culturas abandonadas, principalmente às de café e às árvores frutíferas.<sup>124</sup> Nas altitudes maiores, desenvolve-se a vegetação típica de campos rupestres, com flora adaptada às condições climáticas rigorosas de frio.<sup>125</sup>

O clima frio da região fez com que a vegetação e a fauna se adaptassem, o que também ocorreu com o homem, que usa roupas mais quentes e impermeáveis, constrói abrigos e, além de tudo, respeita os limites impostos pela natureza. Nem o melhor guia dispõe-se a caminhar pela Serra em meio a um nevoeiro, pois provavelmente se perderia naquela imensidão, o que poderia ser fatal.

---

122 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

123 IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981.

124 Informação obtida através da pesquisa de campo na Serra do Caparaó entre os anos de 2000 e 2003, através do Projeto Caparaó – COLTEC/UFMG.

125 IBDF. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó*. Brasília, 1981. Entre as espécies vegetais mais comuns, encontramos embaúbas, angicos, jacarés, quaresmeiras, adragos, jequitibás, canjeranas, cedros, trepadeiras, cipós orquídeas, bromélias, líquens, musgos e samambaias, taquaras ou bengalas, palmeiras, candeias, pau-ferro, bambuzinho do campo, ananás do campo, vassoura do mato, fedegozinho do campo.



A fauna do Parna Caparaó<sup>126</sup>, característica de região de Mata Atlântica, foi reduzida com o passar dos anos. Atualmente são encontrados apenas pequenos animais como gambás, cuícas, tapitis, pacas, caxinguelês, tatus, iraras, entre outros, assim como aves comuns de grande parte do Brasil, como urubus-pretos, inhambu-chitã, gaviões, jacu etc. Além deles são encontradas algumas espécies de animais em extinção, como o macaco mono, a jaguatirica, a onça-pintada e o gato-mourisco.<sup>127</sup>

#### 2.2.4 – *Infraestrutura e principais atrações do Parna Caparaó*<sup>128</sup>

O Parna Caparaó, como muitos parques brasileiros, tem diversos problemas com relação à sua infraestrutura: número insuficiente de funcionários, necessidade de mais benfeitorias e melhores condições de trabalho. Pode-se dizer, no entanto, que, a cada ano, a situação do Parna Caparaó fica menos desconfortável. A construção da sede, do centro de visitantes e de diversas benfeitorias por todo Parque promoveram uma grande melhoria para os visitantes do Parque. As benfeitorias estão bem cuidadas, na medida do possível. As trilhas são bem feitas e os funcionários procuram mantê-las sempre limpas e a vegetação preservada. Na entrada do Parna Caparaó, em Alto Caparaó, existe uma portaria, vigiada 24 horas por

---

126 Para saber mais sobre a fauna do Parna Caparaó, ler: RUSCHI, Augusto. Mamíferos e aves do Parque Nacional do Caparaó. *Boletim do Museu de Biologia*. Série Zoologia, nº 95, Espírito Santo, 25 de outubro de 1978.

127 IBDF. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó*. Brasília, 1981. Animais mais comuns: gambás, cuícas, pacas, tapiti, caxinguelê, ratos do mato, tatus, quati, cachorro do mato, guaxinim, irara, gato do mato, jaguatirica, onça pintada, mono ou miqui, macaco prego, furão, preá, coelhos, sauá, raposa, catetu e diversas espécies de cobras. Entre as aves temos o inhambu-chitan, urubu preto, vários gaviões sendo o mais frequente o gavião carijó. Há também o carrapateiro, o cara-cará, o jacu, o beija flor, a seriema, o bacurau, o tico-tico, o sabiá, os canários da terra, o galo do campo, os papagaios, as andorinhas, o sabiá una, diversas espécies de sanhaços e saíras, juriti, trinca ferro, alma de gato, coleiros.

128 Nesta parte do texto, estarei me referindo às condições atuais do Parna Caparaó. As informações aqui contidas foram retiradas do site oficial do Parna Caparaó: [parnacaparaó.vilabol.com.br](http://parnacaparaó.vilabol.com.br) e dos folders de divulgação do parque.

dia, mesmo com o horário de visitação sendo de 6 às 22 horas. Ali os visitantes se identificam e recebem informações a respeito do Parque.

Atualmente, o Parna Caparaó conta com 16 funcionários do IBAMA; seis funcionários de empresas de vigilância, dez da conservadora, 14 brigadistas e dois cedidos pela Prefeitura Municipal de Espera Feliz/MG e dois da Prefeitura de Dores do Rio Preto/ES. Além do contingente humano, o Parque dispõe de duas residências funcionais, um alojamento para pesquisadores, dois alojamentos para funcionários, uma sede administrativa (com sala de reuniões, recepção, sala de rádio, xerox, sala do diretor, quatro salas técnicas, uma dispensa, dois banheiros e uma cozinha), um centro de visitantes, uma sala de exposição (s/ exposição no momento), dois sanitários e uma sala de retroprojeção; duas portarias; três postos de vigilância (Santa Marta, Pedra Roxa e Terreirão); 14 km de estradas internas; quatro Toyotas (anos 1992, 1991, 1995, 1995); um caminhão (ano 1997); uma Sprinter com 12 lugares (ano 1997); um carro passeio (ano 1993); uma moto (ano 1997); um trator New Roland (ano 2002) com periféricos; um Veículo Mitsubishi TL 200; sistema de comunicação (telefone, fax, e-mail e 57 rádio transmissores e rede elétrica e hidráulica).

A sede do Parna Caparaó localiza-se no interior do Parque. Nela trabalham os funcionários administrativos do Parque.

No caminho até a Tronqueira, o visitante conta com uma estrada ensaiada, trafegável por automóveis. Já o trânsito da Tronqueira até o Pico da Bandeira e demais picos do Parque é feito através de trilhas, percorridas a pé ou com o auxílio dos burrinhos.

A primeira parada se dá a 800 metros da portaria de Alto Caparaó, onde se encontra o Vale Verde (FIG. 3 e 4). Cortado pelo rio Caparaó e cercado por matas, é uma das atrações mais procuradas pelos visitantes, para banhos. Tem piscinas naturais, além de toda infraestrutura para piqueniques, com vestiários, sanitários e churrasqueiras.



FIGURA 2 - Foto do Vale Verde  
Fonte: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)



FIGURA 3 - Foto das instalações para visitantes no Vale Verde  
Fonte: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

A 500 metros de distância da Tronqueira, localiza-se a Cachoeira Bonita, com 80 metros de queda livre (FIG. 4). O acesso é possível através de uma trilha até o mirante que proporciona uma ampla visão da cachoeira, localizada no rio José Pedro, divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.



FIGURA 4 - Foto da cachoeira Bonita  
FONTE: [parnacaparao.vila.bol.com.br](http://parnacaparao.vila.bol.com.br)

A Tronqueira (FIG. 5), a 1.970 metros de altitude, conta com área de acampamento, equipada com lava-pratos, mesas, quiosques, chuveiros e sanitários. Há um mirante natural com uma vista panorâmica, de onde se enxerga o município de Alto Caparaó (FIG. 6).



FIGURA 5 - Foto do mirante da Tronqueira.  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)



FIGURA 6 - Foto da vista a partir do mirante da Tronqueira Lá embaixo, a município de Alto Caparaó.  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

A 400 metros de distância da Tronqueira se chega ao Vale Encantado. Existem aí lagos naturais cercados de uma diversificada vegetação.

O Terreirão fica 4,5 quilômetros da Tronqueira, a 2.370 metros de altitude. Esse é o lugar preferido dos visitantes que acampam pois é o último ponto de apoio antes do Pico da Bandeira. Nessa área, os visitantes podem contar com área de camping com infraestrutura de sanitários, lava-pratos, abrigo para visitantes e a tradicional Casa de Pedra - ponto de apoio antes do Pico da Bandeira.

O Pico do Cristal (FIG. 7 e 8), a 2.798 metros de altitude, é um dos locais mais procurados por montanhistas. Sua escalada é mais difícil do que a do Bandeira mas lá do alto podem-se avistar as cadeias de montanhas do Parque e os diversos tipos de vegetação.



FIGURA 7 - O Pico do Cristal  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

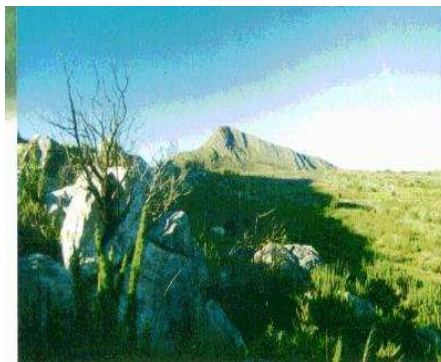


FIGURA 8 - O Pico do Cristal  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

O Pico da Bandeira (FIG. 9 e 10) é o ponto mais alto do Parna Caparaó e também o mais procurado pelos visitantes. Muitos visitantes preferem subir ao pico pela madrugada, a tempo de presenciarem o nascer do sol (FIG. 11) e usufruírem da ampla vista que se descortina em todas as direções.

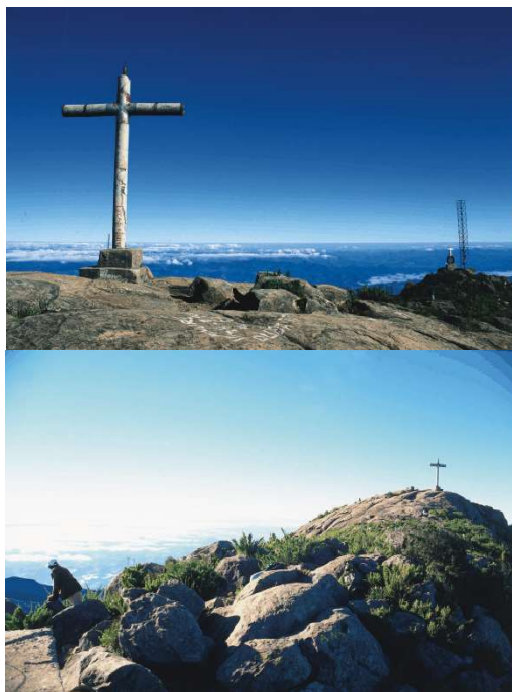


FIGURA 9 - Vista do alto do Pico da Bandeira  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

FIGURA 10 - Cruzeiro junto ao Pico da Bandeira, ao fundo.  
FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)



FIGURA 11 - O nascer do sol visto do alto da Serra do Caparaó.

FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

### 2.2.5 – Turismo

No que se refere ao turismo, a falta de infraestrutura adiou por muitos anos qualquer investimento turístico em Alto Caparaó. Entretanto, a vinda de visitantes para a região era uma realidade muito antes da implantação do Parna Caparaó, crescendo muito depois de sua implementação, no fim da década de 1970.

Antes, porém, nas duas primeiras décadas da história do Parque, a visitação também significou um problema para a preservação da natureza. Visto que o Parna Caparaó havia sido criado com a intenção de ser uma área protegida, onde a biodiversidade estaria resguardada, o local não poderia servir de lazer para as pessoas, pois ambos os objetivos não se conciliavam no Parque. Muitas vezes, a visitação trazia ainda mais prejuízo no que tange à proteção ambiental. “José Olímpio, então diretor do Parna Caparaó, considerou insensatez estimular o turismo nesse Parque – e, aliás, em outros – sem primeiro criar uma infraestrutura capaz de garantir a sua preservação”.<sup>129</sup>

---

129 Trecho de uma entrevista do Diretor José Olímpio Vargas ao Jornal *A Gazeta*. - Por uma política de preservação. *A Gazeta*, Vitória, 03 de agosto de 1993.

Em princípio, não havia qualquer preparação para a entrada de visitantes no Parna Caparaó. Eram feitas apenas algumas recomendações verbais sobre como eles deveriam se portar dentro do Parque, o que não impediu a depredação frequente e de difícil controle. Devido ao clima frio, os visitantes chegavam a desmontar as benfeitorias de madeira a fim de usá-las como lenha para fogueiras. Alguns pichavam as instalações e as grandes pedras, comuns na região, enquanto outros deixavam uma enorme quantidade de lixo pelas trilhas (FIG 12), contribuindo para a poluição do solo e da água, colocando em risco a biodiversidade local. Com o número sempre insuficiente de funcionários, era praticamente impossível manter o Parna Caparaó sem lixo por toda parte, a natureza conservada e as benfeitorias seguras. Além disso, por muitos anos não havia limite para o número de visitantes admitidos simultaneamente no Parna Caparaó e, por muitas vezes, a superlotação aliada ao número insuficiente de funcionários agravava ainda mais os problemas.<sup>130</sup>

A relação, era a seguinte. As pessoas vinham. Só que naquele tempo não era observado muito claramente o regulamento. as pessoas traziam muita bebida, traziam material para cortar árvores, armar barracas, fazer fogo; havia uma certa destruição. As pessoas vinham para passear, mas não tinham uma consciência ecológica conforme têm hoje. Deixavam muito lixo, pichavam muito as instalações do Parque, colocavam fogo. Era uma visitação que não trazia muito benefícios. Trazia situações até de prejuízo para o Parque. *MBE, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

---

130 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 02, 18, 31, 32, 33, 38, principalmente.



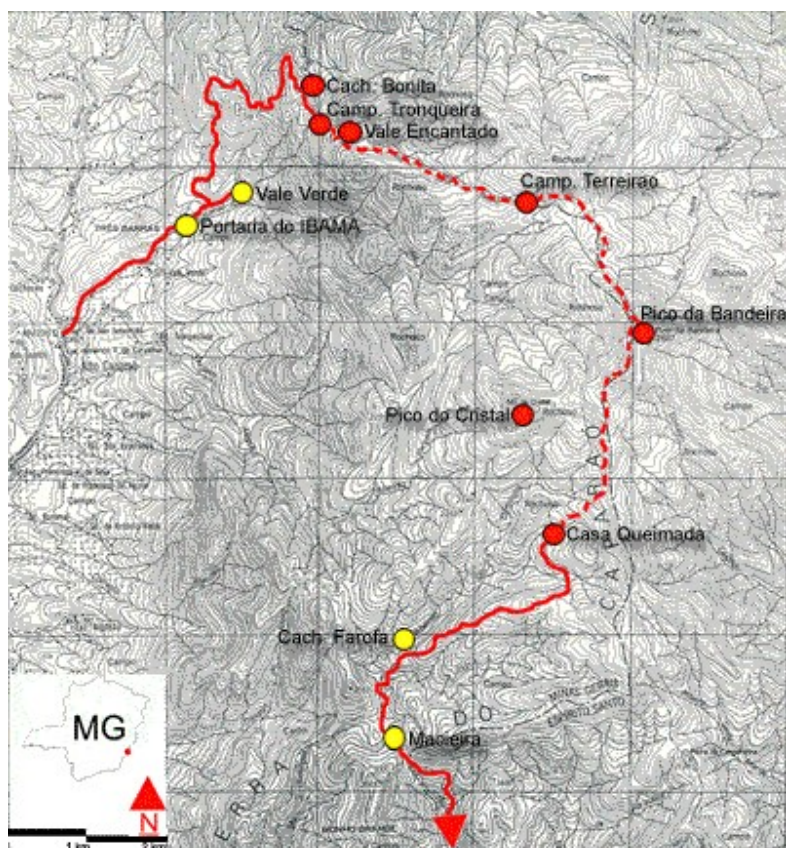


FIGURA 12 - Mapa das trilhas do Parna Caparaó e dos principais locais de visitação do Parque. A parte pontilhada representa as trilhas. No início à esquerda está localizado o município de Alto Caparaó.  
 FONTE: [www.caparaohotel.carangola.br](http://www.caparaohotel.carangola.br)

Inicialmente, o turismo não era ativamente empreendido pela população local; as poucas pousadas eram de pessoas de fora do município. Os moradores não viam vantagem alguma em se ter um parque nacional no município e muito menos a obrigação de preservá-lo. Ao mesmo tempo, estas pessoas não queriam abdicar de suas antigas atividades, como a agropecuária, para se dedicarem ao turismo, pois não acreditavam na sua lucratividade. O Parna Caparaó era visto como o lugar que eles foram proibidos de utilizar. Como não podiam mais usufruí-lo como faziam antes, por que então se importar com aquele lugar?



Em Alto Caparaó, o asfalto chegou em 1988<sup>131</sup>, com a pavimentação da rodovia estadual Reverendo Cícero Siqueira, ligando o lugarejo à rodovia MG 111. Apesar de desejado desde muito antes, o asfalto chegou apenas na década de 1980 como demanda do turismo (para o Parna Caparaó). A pavimentação desta rodovia trouxe várias mudanças para o município. Além de facilitar o escoamento da produção agrícola (neste momento o café já era a principal cultura, assim como hoje em dia), o asfalto incentivou a vinda de, cada vez mais visitantes para o Parna Caparaó, aumentando, assim, a necessidade de casas comerciais, restaurantes, pousadas e hotéis. Isso exigia uma melhoria das condições de infraestrutura do município e da renda das famílias, já que incentivou a diversificação das atividades produtivas que antes se concentravam nas atividades rurais.<sup>132</sup>

<b>VISITAÇÃO ANUAL NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ</b>	
<b>Ano</b>	<b>Número de visitantes</b>
1977	1.802
1979	3.500
1989	5.514
1992	15.701
1993	18.619
1994	18.399
1995	27.593
1996	29.347

Tabela 1: Visitação anual no Parque Nacional do Caparaó.

FONTE: IBDF. Relatório do Parque Nacional do Caparaó. 1978. IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1981. IBDF. Questionário com informações gerais sobre o Parque Nacional do Caparaó. 1989. [parnacaparaó.vilabol.com.br](http://parnacaparaó.vilabol.com.br). MMA. IBAMA. Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 1995.

Analisando o número de visitantes entre as décadas de 1970 e 1990, com base nos dados da tabela 1, constatamos o crescimento gradual do número de visitantes no Parna

131 Trecho pavimentado favorece o acesso ao Parque do Caparaó. *Estado de Minas*, Belo Horizonte. 02 de julho de 1988.

132 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 08, 09, 16, 17, 18, 21, 22, 30, 33, 38, 41, 43, 50, 51, principalmente.

Caparaó. Em 1979, com a efetiva implantação do Parque, o número de visitantes aumentou 50% em relação aos anos anteriores. Em 1989, depois do asfaltamento da rodovia Reverendo Cícero Siqueira, que dá acesso à portaria do Parna Caparaó em Alto Caparaó, o aumento foi superior a 130% se comparado a 1977. Na década de 1990 percebemos um aumento ainda mais significativo de visitas. O crescimento do número de visitantes entre 1977 e 1996 foi superior a 1.000%.<sup>133</sup>

Os visitantes, em sua maioria, são da região Sudeste, principalmente de Minas Gerais (Zona da Mata), Espírito Santo e Rio de Janeiro. A maior quantidade vem dos municípios vizinhos ao Parque. Geralmente, visitam o Parque em família ou com amigos, tendo uma média de permanência de dois dias. O período de maior concentração é nas férias escolares, principalmente as de julho, quando o clima é melhor para subir ao Pico da Bandeira.<sup>134</sup>

Vendo este novo mercado se abrir como um filão, alguns moradores resolveram investir no turismo, mas sem deixar suas principais atividades econômicas (a agricultura e a pecuária). Muitos transformaram as suas próprias casas em pequenas pousadas. Outros alugavam quartos e até mesmo suas casas em temporadas de visitação. Outros faziam comida e artesanato para vender aos visitantes. Como resultado, começaram a se preocupar com a preserva o do Parna Capara o, visando a assegurar essas novas formas de renda.

Por outro lado, mesmo com o crescimento turístico verificado na década de 1980 e no início da década de 1990, a situa o do Parna Capara o não era nada confortável para receber os visitantes. Esse desconforto com rela o   falta de infraestrutura poderia ser

---

133 MMA. IBAMA. Plano de A o Emergencial do Parque Nacional do Capara o. Brasília, 1995.

134 IBDF. Relatório do Parque Nacional do Capara o. 1978. IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Capara o. Brasília, 1981. IBDF. Questionário com informaçoes gerais sobre o Parque Nacional do Capara o. 1989. [parnacaparao.vilabol.com.br](http://parnacaparao.vilabol.com.br). MMA. IBAMA. Plano de A o Emergencial do Parque Nacional do Capara o. Brasília, 1995.

estendido à maioria dos parques nacionais brasileiros. As condições de funcionamento eram tão precárias que muitos fechavam suas portas por falta de estrutura.<sup>135</sup> O Parna Caparaó por vezes ficou praticamente fechado à visitação, pois não oferecia mínimas condições de funcionamento.

O Parque parava de funcionar por falta de recursos financeiros. Já chegamos época de não termos um litro de gasolina, por várias vezes. No tempo do IBDF mesmo era comum. Chegava no princípio do ano não tinha um litro de gasolina, então parava o carro, parava todo mundo. Você só ficava andando à pé ou a cavalo. Mesmo com estes problemas, a visitação algumas vezes continuava, só que não havia um acompanhamento dos funcionários do Parque em relação aos visitantes. E era muito limitada a entrada de visitantes. *LM, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

Além desses problemas, o número de funcionários, sempre aquém do necessário, foi motivo de reclamação por parte de todos os administradores que passaram pelo Parna Caparaó.<sup>136</sup> Muitas vezes havia apenas cinco funcionários para fiscalizar todo o Parque. Em entrevista ao jornal *Hoje em Dia*, em 1990, o então diretor do Parna Caparaó afirmou que havia apenas 13 funcionários, enquanto que o número necessário, de acordo com o Plano de Manejo, seria de 182 funcionários.<sup>137</sup> Lembremos que na década de 1990 o número de visitantes já era significativo para tão poucos funcionários.

Uma das soluções encontradas para amenizar os problemas enfrentados, tanto com a população do entorno quanto com a falta de condições financeiras, foi as parcerias. Primeiro, isso foi feito através da regularização do transporte dentro do Parna Caparaó. Na década de 1980, a partir de um grupo existente (todos moradores do entorno), a administração do Parna

---

135 Podemos perceber isso através de reportagens nos principais jornais e revistas da década de 1980 e 1990. Todos chamavam a atenção para a situação alarmante em que se encontravam os parques nacionais brasileiros.

136 Isso pode ser percebido em todos os relatórios sobre o parque feitos pela administração do Parque Nacional do Caparaó.

137 Parque Nacional do Caparaó faz 29 anos e está fechado. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte 25 de maio de 1990.

Caparaó procurou cadastrar, regularizar e autorizar esses transportadores. Assim, esse grupo ficou responsável pelo transporte de visitantes, bagagens e material de acampamento e se tornou um elo de ligação entre os funcionários do Parna Caparaó e as comunidades do entorno.

Quando esse grupo de transportadores veio ali para ganhar dinheiro, coisas muito interessantes aconteceram, porque estes vão perceber a dificuldade que o IBAMA tinha de controlar o turismo, porque o turismo dava problema. O visitante deixa lixo, se perde, machuca o pé, isso e aquilo, estes transportadores veem dificuldade e eles também vão ver o seguinte: a dificuldade de lidar com o turismo, a fragilidade do IBAMA, a dificuldade do clima, a distância de andar a pé; então eles passam a ter uma certa solidariedade. E então eles veem. *“O pessoal está fazendo um trabalho sério, o turismo, o visitante é complicado, ..fuma maconha aqui...”* alguns passaram a fazer o trabalho voluntário. *“Olha, eu vou ajudar a tampar um buraco de estrada, eu vou ajudar a tampar a trilha do Terreirão, eu vou ajudar a fazer isso!”* Muitos ajudavam a apagar fogo, vendo que o IBAMA não dava conta sozinho por causa da sua estrutura física, outros pagavam alguém para apagar o fogo, tiveram aquela preocupação. E foi muito interessante quando eles tiveram um combate a incêndio e vendo a dificuldade nossa e deles ali, aquilo ali criou um elo. Então eu acho que isso aí começou a criar outra imagem do Parque porque eles vão levando essas informações para fora, lá para a comunidade. *MBE, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

O Parna Caparaó já foi o centro de várias parcerias. Contudo, trataremos de apenas duas que, a nosso ver, geraram transformações mais recentes e significativas no universo mental dos moradores de Alto Caparaó a respeito da proteção ambiental e do Parna Caparaó: Os projetos “Doces Matas” e o “Projeto Caparaó”.<sup>138</sup>

O Projeto Doces Matas é fruto da cooperação técnica entre Brasil e Alemanha, através da Agência de Cooperação Técnica – GTZ, em parceria com a Fundação Biodiversitas, o Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG e o IBAMA. Seu principal objetivo é a articulação entre as instituições interessadas na preservação do Parque Nacional do Caparaó e o

---

138 Os dois projetos são complexos e abrangentes, não sendo possível falar deles em sua totalidade. Assim, faremos apenas um breve comentário sobre cada um deles. Para maiores informações entrar em contato com o projeto e sua coordenação através dos sites [www.ief.mg.gov.br/docesmatas](http://www.ief.mg.gov.br/docesmatas) e [www.coltec.ufmg.br/~proj-caparao](http://www.coltec.ufmg.br/~proj-caparao).

fortalecimento da participação comunitária do entorno do Parque para assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável de uma maneira mais participativa.<sup>139</sup> Dentre as principais formas de atuação do Projeto Doces Matas podemos citar o incentivo à diversificação da produção, evitando, assim, a dependência das oscilações do mercado do café, campanha de prevenção e controle de queimadas, produção de material educativo, palestras, encontros e visitas de técnicos a moradores.<sup>140</sup>

O Projeto Caparaó<sup>141</sup>, do Colégio Técnico da UFMG, teve início em 1985, com o projeto "Cultura e Natureza", desenvolvido junto às comunidades de Caparaó e Alto Caparaó. A partir de 1991, duas outras linhas de ação foram inclusas, uma na área da Educação, através do "Curso de Capacitação em Educação Ambiental"; outra na área da Saúde, com a criação do "Estágio Rural". A partir de 1994, foi aberta uma nova linha de pesquisa, tratando da Memória Histórica da região.

Após o financiamento da Fundação Kellogg, a partir de 1999, o projeto passou a basear-se no conceito de "Comunidade de Aprendizagem", buscando a construção de uma comunidade educativa onde as instituições e as pessoas se educam e são educadoras, em uma formação para a ação autônoma e continuada, tecendo uma rede de intercâmbio, fortalecendo o desenvolvimento comunitário, através da construção "aberta" da escola, das casas de cultura e bibliotecas municipais bem como da zona histórica do Parque Nacional do Caparaó. Ou seja, o principal objetivo do Projeto era que, após o seu término, as comunidades de

---

139 PROJETO DOCES MATAS. O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.

140 PROJETO DOCES MATAS. O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação...

141 Informações obtidas através da análise dos vários relatórios do Projeto Caparaó entre os anos de 2000 e 2003.

Caparaó e Alto Caparaó estivessem preparadas para resolverem suas próprias questões culturais, ambientais, educacionais, políticas, entre outras, de maneira autônoma e consciente.

### ***3 – Concepções conservacionistas em transformação***

Na década de 1980 aconteceram dois eventos internacionais importantes: o lançamento da Estratégia Mundial para a Conservação, em 1980 (pela IUCN), e o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Bali, na Indonésia, em 1982.<sup>142</sup> De acordo com Diegues, nestes eventos

houve evolução no conceito de parque nacional, sobretudo no tocante à sua integração com o desenvolvimento socioeconômico [...] Começou a aparecer nesse Terceiro Congresso, de forma mais clara, a relação entre as populações locais e as unidades de conservação.<sup>143</sup>

Agora as populações locais afetadas pela criação de parques deveriam ter mais relevância para as políticas de conservação ambiental no mundo inteiro.

Entre 1979 e 1989 foram criados no Brasil mais 17 parques nacionais<sup>144</sup> e dezenas de outros tipos de unidades de conservação.<sup>145</sup> Vale ressaltar que a existência dos decretos de criação de parques não significou a sua real implementação. Eram antes “parques de papel”, ou seja, parques não efetivos. Esse foi o caso do Parna Caparaó, que só depois de anos foi realmente implementado e em condições muito precárias. Até hoje grande parte de sua área ainda não está regularizada, sendo alvo de disputas judiciais. Apenas 35% da área total

---

142 QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983.

143 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 100.

144 Lista de parques nacionais brasileiros em anexo no final deste trabalho.

145 URBAN, Tereza. *Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR, 1998.

proposta pelo Plano de Manejo está regularizada. Note-se que o IBAMA, apesar de não ter a posse de toda a área do Parque, detém o seu controle total.

Paralelamente à participação do Brasil nos encontros internacionais sobre o meio ambiente, os quais incentivavam um melhor relacionamento das UCs com as populações locais, a princípio essa não melhorou muito e, muito menos houve incentivo à participação comunitária nas unidades de conservação visando à proteção da biodiversidade.

Mesmo depois da efetivação do Parque havia muita caça, muita captura de pássaros, muita queimada, muito desmatamento. Isso trouxe vários prejuízos para o Parque. Então o desmatamento foi uma coisa drástica na nossa região! Quase todo córrego que dava em direção ao Parque, tinha uma carvoaria e uma serraria, autorizadas pelo governo, através do IBDF. *LM, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

No Brasil, até a década de 1980, tanto a implantação quanto a gestão das unidades de conservação se deram de forma alheia aos processos regionais de desenvolvimento, aos anseios e às preocupações das populações locais. A ação e a cooperação com o entorno dos parques nacionais praticamente inexistiram. Geralmente a população nem era consultada, ou mesmo adequadamente informada, sobre a existência ou significado da presença de uma unidade de conservação em sua região.

As UCs, depois de criadas, eram totalmente descompassadas de seus contextos históricos e geográficos e se transformavam em ilhas de conservação completamente descontextualizadas.<sup>146</sup> Isso pode ser aplicado no caso de Caparaó. De acordo com um ex-diretor do Parna Caparaó,

da década de 1960 ao final da década de 1980 havia uma tendência do gerente da área tratar aquilo como uma ilha, isolado, comunidade lá e ele aqui, intocável. Não podia haver participação de fora e nem importava o que estava acontecendo fora do parque. A obrigação dos funcionários era

---

146 Para saber mais sobre estes e outros problemas relativos ao padrão de criação e gestão de unidades de conservação no Brasil, ler BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados.* São Paulo: Annablume, 2000

zelar por tudo o que estava dentro daquele parque e impedir qualquer intervenção de fora. Era como se para olharmos para o parque tivéssemos de dar as costas para as cidades do entorno. *ALS, ex-diretor do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2001.*

Até a década de 1980, nem a sede administrativa do Parna Caparaó se localizava próxima à entrada do Parque em Alto Caparaó e era praticamente inexistente qualquer interação com a comunidade local. A administração ficava no município de Alto Jequitibá<sup>147</sup>, distante 18 km da entrada do Parque e, no então lugarejo de Alto Caparaó havia apenas um posto de fiscalização. Ali havia uma placa de parada obrigatória, era cobrado o ingresso e tentava-se fiscalizar carros e visitantes. A explicação para a distância entre a administração e a entrada do Parque era a falta de infraestrutura adequada em Alto Caparaó para abrigar a sede do Parna Caparaó e para receber os visitantes e pesquisadores que vinham para a região. De acordo com um ex-diretor do Parque, inicialmente não havia hotéis, restaurantes ou asfalto. Muitas vezes, imensas pedras impediam a passagem pelos caminhos improvisados pelos próprios moradores e funcionários do Parna Caparaó e era árduo o trabalho de retirá-las.

Não tinha médico, não tinha dentista, não tinha padaria nem posto de gasolina, não tinha nada! Não tinha restaurante, não tinha hotel, não tinha pousada! Era uma coisa mesmo, primitiva! Então aqui desenvolveu muito rapidamente! Não tinha uma rua calçada, tudo era estrada de chão. Não tinha linha de ônibus, muito pouco carro havia aqui. Quase não vinha carro de fora. Às vezes as pessoas que visitavam o Parque vinham até a pé, de Presidente Soares para cá. Era muito difícil aqui! *LM, Funcionário do Parna Caparaó, 2002.*

De acordo com o governo, era preciso que algo fosse feito para mudar a situação em relação às comunidades locais, o que era comum à grande maioria dos parques nacionais do Brasil<sup>148</sup>. Mesmo assim, só a partir da década de 1980, mas principalmente na década de

---

147 Alto Jequitibá, antiga Presidente Soares, também faz parte do entorno do parque, mas não há entrada fiscalizada neste lado do parque.

148 PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. COIMBRA, Ademar F. *Os parques nacionais do Brasil*. Coleção: A natureza na Iberoamérica. Instituto de Cooperação Iberoamericana, edição especial do IBDF, 1979.



1990, se percebe um incentivo para interação das referidas práticas governamentais com as populações locais e com a sociedade civil como um todo. Foi quando começou a ser reforçada em todo mundo a ideia de que o futuro das UCs estaria diretamente ligado ao envolvimento da sociedade civil, principalmente das populações locais.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Comissão Brundtland, e a publicação do relatório dessa comissão, intitulado *Nosso Futuro Comum*<sup>149</sup>, em 1987, mostraram como o cuidado com o meio ambiente surgia em consequência da preocupação com a futura disponibilidade de recursos naturais.<sup>150</sup> Ou seja, formou-se quase consenso que, se a degradação dos recursos naturais continuasse nesse ritmo, a continuidade do próprio sistema de produção capitalista estaria em jogo. Portanto, era preciso então unir desenvolvimento e utilização racional do meio ambiente. De acordo com Leff, era necessário “construir um novo paradigma produtivo alternativo, fundado no potencial ecológico, nas inovações tecnológicas e na gestão participativa dos recursos”<sup>151</sup>. A partir daí, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser a solução para tal crise. Desenvolvimento sustentável seria “o desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.<sup>152</sup> A técnica que teria contribuído imensamente para a degradação ambiental aparecia agora como a solução para os problemas ambientais.<sup>153</sup>

---

149 WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

150 SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

151 LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

152 BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e Natureza*. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 33.

153 LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

De acordo com Brüseke, tanto na Comissão Brundtland quanto na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-CNUMAD, 1992), a “interligação entre o desenvolvimento socioeconômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas ignoradas, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo”.<sup>154</sup> O ambientalismo, que anteriormente era relacionado a modelos alternativos, muitas vezes conflitantes ou contrários ao tipo predominante de desenvolvimento, aos poucos veio perdendo a sua conotação de ‘alternativo’ para ser incorporado ao discurso desenvolvimentista.

Todos os encontros internacionais sobre a questão ambiental, juntamente com o crescimento dos movimentos ambientalistas e a mobilização da sociedade civil no Brasil e no mundo, fizeram com que, no País, a partir do final da década de 1970 e durante a década de 1980, houvesse um aumento significativo da quantidade e da qualidade dos regulamentos ambientais. A grande diferença estaria no delineamento de uma maior participação de movimentos organizados influenciados pelas ideias ambientalistas que já circulavam nos países desenvolvidos. Isso culminou na conquista de um capítulo inteiro da Constituição Federal de 1988 dedicado às questões ambientais.<sup>155</sup>

É notável que a origem desse capítulo esteja no trabalho parlamentar de um ambientalista, como que sublinhando a capacidade de um novo setor organizado da sociedade civil traduzir seus interesses em regulamentos, superando o padrão de o Estado se antecipar aos interesses sociais organizados.<sup>156</sup>

---

154 BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e Natureza*. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 34.

155 DRUMMOND, José Augusto. Legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo, *Revista Ambiente e Sociedade*, ano II, nº 3, 4, 98/99.

156 DRUMMOND, José Augusto. Legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988..., p. 144.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância deste capítulo para o futuro da preservação no Brasil, a falta de regulamentações para alguns dispositivos constitucionais e de leis deles derivadas fez com que muitas vezes eles não pudessem ser realmente aplicados. Questionados sobre a relevância da Constituição para o seu trabalho, os funcionários do Parna Caparaó disseram que a falta de regulamentação das leis fez com que muitas ficassem apenas no papel. Só na década de 1990, com o decreto 750<sup>157</sup>, é que foi definitivamente proibido qualquer desmatamento em região de Mata Atlântica, facilitando o trabalho dos funcionários do Parna Caparaó, pelo menos em tese. Apesar de esse decreto não ser específico para parques nacionais, a Serra do Caparaó foi beneficiada pois se tratava de uma área de Mata Atlântica.

Com a criação, ou melhor, com o decreto 750 de Mata Atlântica, fechou as autorizações e não pode mais desmatar. Pois muitos tinham autorização dos órgãos responsáveis para desmatar Então isso aí... com esse decreto foi uma vitória que nós tivemos! Porque agora não pode mais; corte raso não pode em área de Mata Atlântica. Com isso então veio evitar que a destruição fosse maior. *LM, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

As discussões mundiais a respeito do meio ambiente, unidas a uma melhor estruturação dos movimentos sociais, começaram a dar alguns frutos para a conservação no Brasil a partir da década de 1980. A SEMA, que sempre conviveu com a indiferença dentro do governo, começou a se aproximar mais da sociedade civil<sup>158</sup>, ficando também mais ativa a partir da década de 1980,<sup>159</sup> quando, a sociedade civil começou a emergir como sujeito

---

157 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Decreto 750 de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o Corte, a Exploração e a Supressão de Vegetação Primária ou nos Estágios Avançado e Médio de Regeneração da Mata Atlântica, e dá outras Providências.

158 PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

159 FEAM. *A Questão Ambiental em Minas Gerais: Discurso e Política*. Belo Horizonte: FEAM/SEMAD/FJP/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

ativo, exigindo maior participação nas decisões sobre a preservação do meio ambiente e em outras decisões sobre políticas públicas.

No que se refere à articulação da sociedade civil em relação às questões ambientais, podemos dizer que não era algo que se comparasse à dos países europeus, pois não havia muito espaço para este tipo de discussão. Além disso, o regime militar dificultou a atuação de qualquer organização civil autônoma. Apenas uma minoria estava engajada em questões ambientais, mas, com o passar dos anos, essa minoria passou, crescentemente, a se inserir no âmbito político para defender as suas posturas, conquistando várias vitórias nesse campo.<sup>160</sup>

Todas essas discussões ambientais culminaram na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, CNUMAD, 1992), realizada no Rio de Janeiro, mais conhecida como Eco-92. A partir de então ficaria evidente a maior disseminação de discussões referentes ao meio ambiente, e “a defesa do meio ambiente deixava de ser exclusividade do ‘movimento ecológico’ para se tornar uma preocupação de todos: desde empresários e governos até donas de casa e estudantes”<sup>161</sup>.

#### ***4 - Parques e Sociedade***

No Brasil, a partir da década de 1990, principalmente depois da Eco-92, houve grandes mudanças de postura frente à questão ambiental. Apesar de a degradação do meio ambiente continuar, a mídia passou a dar muito mais ênfase a questões relacionadas à proteção ambiental. Junto com o Ministério Público, ela começou a denunciar os casos de degradação. Ao mesmo tempo, as novas leis se tornaram mais duras e difíceis de serem

---

160 PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

161 ZHOURI, Andréa. Ambientalismo e antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais. *Teoria – Sociedade*, nº 8, 2001, p. 13.

burladas. Cada vez mais termos como ecologia, meio ambiente e degradação passaram a fazer parte do vocabulário das pessoas, ampliando a cada dia as discussões a respeito dessas questões.<sup>162</sup>

Nesse momento de efervescência das ideias ambientalistas no Brasil explicitou-se a necessidade urgente de resolução definitiva do problema fundiário, que assolava a grande maioria dos parques nacionais e outras áreas protegidas. Em relação ao Parna Caparaó, até 1995, registrava-se a aquisição de apenas 9.341 ha, ou seja, 35% da área total proposta no *Plano de Manejo* de 1981. Em outras palavras, depois de 34 anos da criação do Parque, nem a metade do seu território estava regularizada. O processo de regularização fundiária do Parna Caparaó, até então, estava completamente parado, juntamente com o da definição final de seus limites.<sup>163</sup>

Além do problema fundiário, ainda persistia a dificuldade de interação com a comunidade do entorno das UCs. Diante dessa situação, o IBAMA, numa mudança de cultura institucional que ainda não se completou, julgou necessário assumir uma nova atitude na sua relação com os moradores vizinhos de parques nacionais e outras UCs, fazendo com que estas pessoas deixassem de ser meros espectadores e participassem realmente do seu manejo.<sup>164</sup> Assim como toda a sociedade civil, essas populações deveriam ser chamadas e incentivadas a participarem das discussões em torno da política ambiental brasileira. Enfatizava-se o cuidado de nunca deixar que interesses particulares sobrepujassem os

---

162 MILANO, Miguel Serediuk. BERNARDES, Ângela Tresinari. FERREIRA, M. Lourdes. *Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das unidades de conservação*. Brasília: IBAMA, 1993.

163 MMA. IBAMA. *Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Caparaó*. Brasília, 1995.

164 MANNINGEL, Elke. PARAÍSO, Luciana Braga. PARREIRAS, Charles Pierre. Participação como estratégia para resolução de conflitos na gestão de três unidades de conservação ambiental da Mata Atlântica em Minas Gerais, Brasil. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 433-442.

interesses públicos, ou seja, um parque nacional é um patrimônio público e deve ser utilizado em benefício de todos, e não só da população local.<sup>165</sup>

O governo brasileiro verificou a ineficácia dessa forma de gestão da unidade de conservação totalmente desvinculada da comunidade local, pois,

neste contexto, as UCs acabavam sendo consideradas corpos estranhos ao tecido da paisagem regional, gerando ações de resistência, por parte da população afetada e posturas de desconfiança por parte dos administradores das áreas. Entretanto, a experiência internacional com UCs tem deixado cada vez mais claro que o destino das UCs está ligado ao suporte e, portanto, ao destino das populações locais<sup>166</sup>.

No Parna Caparaó, apesar de pouco acesso a cursos de capacitação, os funcionários aceitaram, antes mesmo da década de 1990, quando isso se tornou mais debatido, a impossibilidade de cuidar e manter aquele Parque sem a colaboração da população do entorno e sem parcerias.

Acho que mais ou menos desde 1985, 1986; a gente já começou a visitar escolas, sem recursos, sem material. A gente reunia as escolas, agendava, ia lá e plantava árvores em volta das escolas, como uma coisa simbólica. Fazia palestras despertando já a consciência dessas crianças, das pessoas quanto à preservação do Parque. Depois veio... aí a gente começou a lutar conseguindo algumas fitas de vídeo, algum material e começamos a procurar as organizações não-governamentais, as autoridades, as escolas, que é uma coisa que a gente sempre tem feito. A gente jamais pode abandonar as escolas. Íamos à Associação de proprietários, participando dos eventos da comunidade, levando material. Então a gente tem trabalhado com as comunidades; as comunidades têm sido uns aliados, parceiros. As instituições da região como a EMATER, o Sindicato Rural, também participam então isso tudo tem ajudado. *MBE, Funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente cinquenta e cinco anos, 2002.*

---

165 Podemos ver que essa mudança de atitude com relação aos moradores era defendida nos congressos internacionais, por ONGs e até mesmo pelo governo brasileiro.

166 BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. In: VEIGA, José Eli (org.) *Ciência Ambiental: primeiros mestrados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998, p. 224.



FIGURA 13 - Foto da passeata realizada pelo Parna Caparaó. Nota-se como os funcionários do IBAMA se vestiam como policiais. Década de 1980.

FONTE: acervo do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG

A figura 13, anterior à pavimentação da rodovia Rev. Cícero da Siqueira e da rua principal de Alto Caparaó, mostra como a comunidade foi mobilizada por funcionários a favor da preservação do Parna Caparaó, através da divulgação de dados sobre os problemas ambientais da região. Através das palavras na faixa que alguns moradores carregavam pelas ruas do município, o IBAMA buscava convencer a população de Alto Caparaó de que, apenas a união das forças dos funcionários do Parna Caparaó e dos moradores permitiria preservar a área do Parna Caparaó e outras áreas da região. Argumentava que, além de ser “ecologicamente correto”, poderia ser economicamente útil a preservação daquela área. Ou seja, com a melhoria das condições de infraestrutura do município e com a conservação da natureza, aumentaria o poder de atração de visitantes para a região e, com isso, cresceriam as divisas para o município.<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> Conclusões tiradas a partir da análise da foto e dos depoimentos de algumas pessoas que participaram daquela manifestação.

Percebemos através das falas dos funcionários do Parna Caparaó e de seu modo de atuação nas comunidades do entorno que o discurso ambientalista apresentado por estes funcionários, por ONGs ambientalistas que atuavam em defesa do Parna Caparaó, e por ambientalistas em geral apresentou-se revestido de uma neutralidade tão grande que encontrou lugar para penetrar em todos os âmbitos da sociedade. Até mesmo pessoas com matizes ideológicos muitas vezes opostos aderiam ao discurso ambientalista.<sup>168</sup> Isso tanto em Alto Caparaó como no resto do Brasil, prosperando o que Viola denomina ambientalismo multi-setorial.<sup>169</sup> Era como se fosse estabelecido que ter consciência ecológica era “politicamente correto” e cientificamente comprovado como o certo, ou seja, não havia o que discutir. Os ecologistas vieram então como portadores desta verdade e o trabalho deles era o de levar aquela verdade àqueles que não a tinham alcançado.

De acordo com esta visão contemporânea do que seria ecologicamente correto, percebemos que ocorreu uma mudança de postura frente ao meio ambiente em Caparaó, principalmente depois da criação do IBAMA, em 1989, e da Eco-92. Houve maior preocupação com a capacitação dos funcionários do Parna Caparaó e a execução de projetos ambientais de outras instituições públicas e privadas e de ONGs presentes na região<sup>170</sup>. Pouco a pouco, administradores e demais funcionários do Parna Caparaó procuraram estreitar as relações com a população local, incentivando a participação dos moradores nas atividades do Parque e chamando-os a colaborar. O ex-diretor do Parna Caparaó, José Olímpio, e os demais

---

168 RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova Ideologia/Utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, p. 59-101, 1991.

169 VIOLA, Eduardo J. LEIS, Héctor R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez/UFSC, 1995.

170 As mais conhecidas eram: Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG, desde 1985 e Projeto Doces Matas, desde 1995.



funcionários afirmaram que, sempre que possível, participavam dos eventos dos municípios do entorno e aproveitavam as ocasiões para organizar palestras nas escolas sobre meio ambiente, passeatas, entre outras atividades educativas. O objetivo era fazer com que as pessoas se sentissem parte daquele projeto de conservação e percebessem que poderia ser ecologicamente útil e economicamente viável para todos a preservação daquela área.<sup>171</sup>

Apesar desta maior aproximação entre unidade de conservação e população do entorno, não podemos dizer que a população passou a ter uma participação ativa na gestão do Parna Caparaó. A centralização administrativa ainda vigorava. Ou seja, até 1995 a participação da população ou até mesmo de ONGs nas questões que envolviam o Parna Caparaó era passiva ou no máximo por consulta<sup>172</sup>. Não havia uma efetiva participação no que diz respeito à tomada de decisões sobre o Parna Caparaó. A palavra final ainda era do administrador do Parna Caparaó, hoje chamado de chefe, e do IBAMA.<sup>173</sup> A gestão ainda partia de princípios técnicos.

A mudança que percebemos é que, com a melhoria na infraestrutura do município de Alto Caparaó<sup>174</sup> - asfalto, comércio, luz, telefone -, devida à presença da principal entrada para o Parna Caparaó estar no município, as pessoas passaram a considerar economicamente

---

171 Informações adquiridas através de entrevistas feitas com antigos moradores, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC-UFMG. Entrevistas 01, 02, 09, 16, 17, 18, 31, 33, 38, 41, 43, 44, 50, 51, principalmente.

172 Para saber mais sobre níveis de participação ler PIMBERT, Michel P. PRETTY, Jules N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo 'participação' no manejo de áreas protegidas In: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

173 CORBUCCI, Eliana Maria. *Em busca da construção do espaço público na gestão de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional do Jaú*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Mestrado em Geografia)

174 Antes distrito de Caparaó, Alto Caparaó se emancipou em 1995.

útil ter por perto uma unidade de conservação e passaram a se preocupar com a sua preservação.

### ***Interregno: Preservacionistas x Conservacionistas***

Internacionalmente, podemos dizer que existem diversas correntes de discussão a respeito das formas de conservação da natureza. Os ambientalistas parecem concordar com a necessidade de se delimitar espaços naturais especialmente protegidos para resguardar os recursos naturais. O que diferencia os discursos em relação à forma de conservação, principalmente no que tange à relação homem-natureza no seu interior. Estas correntes estão divididas basicamente em dois grupos antagônicos: os conservacionistas (sócio ambientalistas, antropólogos, etno-ciência, “gente” e “gente e árvore”, etc.) e os preservacionistas (ambientalistas, biologia da conservação, ecologia profunda, biocentrismo, “árvores”<sup>175</sup>, etc.).

As raízes do preservacionismo e do conservacionismo atuais remetem-nos ao século XIX, com Henry David Thoreau, que “rejeitava o critério exclusivamente utilitarista de avaliação dos elementos não-humanos e afirmava enfaticamente que a saúde do mundo civilizado dependia da existência da wilderness”<sup>176</sup>. No início do século XX, estas ideias foram sistematizadas de formas bem diferentes entre si por John Muir e Gifford Pinchot. Muir é considerado o teórico mais importante do preservacionismo e defende a ideia de que

---

175 ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional. As dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. *Revista de Antropologia*, volume 44, nº 1, São Paulo: Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2001. A autora discute estas questões usando as metáforas ‘árvore’ e ‘gente’, a primeira podendo ser entendida como preservação, proteção ambiental, e a segunda como questões relativas à justiça social, direitos humanos, etc. A união dos dois seria uma forma de uso sustentável do meio ambiente.

176 BARBOSA, Livia Neves de Holanda. DRUMMOND, José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 7, nº 14, p. 265 a 289, 1994, P. 268.

se deveria reverenciar a natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Pinchot, engenheiro florestal, adepto ao uso racional dos recursos naturais, criou o movimento de conservação dos recursos. Para ele, a conservação deveria se basear nos princípios do uso racional pela geração presente, da prevenção de desperdício e do uso para o benefício da maioria dos cidadãos.<sup>177</sup>

Atualmente, as principais diferenças entre estes dois grupos poderiam ser resumidas desta forma. Os preservacionistas se mobilizam pela preservação integral de paisagens, espécies e ecossistemas e consideram que a presença humana precisa ser eliminada para que o meio natural seja preservado.<sup>178</sup> Para eles, a biodiversidade só seria preservada quando os espaços reservados à preservação estiverem totalmente desabitados, pois, além de o homem ser inexoravelmente um destruidor da natureza<sup>179</sup>, de acordo com esta corrente, diversas espécies “são intolerantes a atividades como a exploração madeireira, caça e a competição humana por recursos, enquanto a maioria das que toleram se sai muito melhor na ausência daquelas”.<sup>180</sup>

Para os conservacionistas, a concepção que separa homem de natureza está evocando o “mito do paraíso perdido”, no qual a natureza intocada pelo homem serviria agora para o seu deleite e contemplação. Apesar de esta visão de natureza intocada vigorar muitas vezes

---

177 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

178 MILANO, Miguel Sereciuk. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 11-25.

179 FERNANDEZ, Fernando A. S. As ações humanas sobre a natureza na pré-história, ou o poema imperfeito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 162-173.

180 OLMOS, Fabio. (et al) Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001, p. 280.

até hoje em dia, Diegues discorda dela, pois depois de milhares de anos de ocupação humana se torna difícil aceitar a possibilidade da existência de um lugar completamente intocado pelo homem. De maneira que as áreas transformadas em unidades de conservação apontadas como regiões naturais “primárias”, ou seja, ainda não remexidas pelo homem, normalmente corresponderiam a áreas já manipuladas em algum momento histórico, em maior ou menor intensidade.<sup>181</sup> Além disso, o conceito de wilderness (área selvagem) como terra intocada é uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural. Para aqueles que moram nesses ambientes, essas áreas não são consideradas selvagens.<sup>182</sup>

Os conservacionistas também estão preocupados com o uso mais racional dos ‘recursos naturais’. Para eles, seria perfeitamente possível aliar preservação ambiental com a presença humana nas áreas protegidas, desde que os moradores fossem comunidades tradicionais<sup>183</sup>. De acordo com esse grupo, o termo “conservação pode não fazer parte de seu vocabulário (destas comunidades tradicionais), mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do relacionamento humano com o mundo da natureza”.<sup>184</sup> Esses conservacionistas apontam que as dificuldades com relação à proteção da natureza, pelas quais têm passado os países do em desenvolvimento, seriam reflexo da importação do modelo norte-americano de parque nacional. Esse modelo de preservação de áreas naturais, que se

---

181 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

182 GÓMES-POMPA, Arturo. KAUS, Andréa. Domesticando o Mito da Natureza. In: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

183 DIEGUES, Antônio Carlos. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio ambiental do Saco de Managuá*. RJ, SP: NUPAUB/USP, 1994 – De acordo com Diegues, um aspecto relevante na definição de ‘comunidades tradicionais’ é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais e a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas”.

184 GÓMES-POMPA, Arturo. KAUS, Andréa. Domesticando o Mito da Natureza In: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000, p. 130.

espalhou rapidamente, teria “recriado a dicotomia entre povos e parques”.<sup>185</sup> Principalmente nos países do terceiro mundo, isso teria acarretado um efeito devastador sobre as populações localizadas nos locais onde se pretendiam criar tais áreas. De acordo com o antropólogo Antônio Carlos Diegues, “essa visão importada, e inadequada às condições ecológico-sociais dos países do sul, constitui um elemento importante da chamada ‘crise do conservacionismo’ no Terceiro Mundo”.<sup>186</sup> Isso porque a maioria dos parques nacionais, nos referidos países, já foi ou ainda é habitado, acarretando graves problemas fundiários e sociais. Uma pesquisa feita em 1987<sup>187</sup> apontava a existência de moradores no interior de 83% dos parques federais brasileiros. Os conflitos em torno de tais ocupações levavam, muitas vezes, à visão de que os conservacionistas dariam mais valor à natureza do que ao ser humano, o que seria muito complicado se tratando de um país com tantos problemas sociais como o Brasil. De acordo com Echeverria, a nossa cultura, sempre recorrente ao discurso da pobreza e do desenvolvimento, ainda não conseguiu estabelecer o nexos doloroso entre estes dois e a natureza.<sup>188</sup>

Para os preservacionistas, a atuação daqueles que defendem as comunidades ditas tradicionais estaria prejudicando e ameaçando as áreas protegidas. Para eles, o mito do “bom selvagem ecologicamente correto”<sup>189</sup>, que coloca as comunidades tradicionais como

---

185 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

186 DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas protegidas, o turismo e as populações tradicionais In: SERRANO. Célia M. Toledo (org.). *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 2ª edição 1999, p. 89.

187 Esta pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. (Nupaub/USP)

188 ECHEVERRIA, Thaís Martins. As relações homem-natureza e o dilema ecológico. *Revista Temáticas*. Ano 4, nº 7, 1996.

189 WHELAN, R. J. *Wild in woods: the myth of the noble eco-savage*, IEA Studies on the Environment 14, London: Institute of Economic Affairs, 2000. apud OLMOS, Fabio. (et al) Correção política e biodiversidade:

defensores natos da natureza, seria um grande equívoco e que, para piorar a situação, têm servido como referência para políticas governamentais, que causam perdas ambientais terríveis, talvez irreversíveis.<sup>190</sup> De acordo com Fernandez, definitivamente o homem é o maior destruidor da natureza, e a extinção de numerosas espécies está intimamente relacionada com chegada do homem aos continentes.<sup>191</sup>

Já os conservacionistas acreditam que o modo de vida dessas comunidades é sustentável e defendem a posição de que as populações tradicionais, através de seu modo de vida e sua relação mais estreita com a natureza e dependente dela, seriam responsáveis em alguns casos até mesmo pelo aumento da biodiversidade. Diegues e outros autores<sup>192</sup> citam alguns exemplos de como isso se processou em diversos continentes.

Os preservacionistas discordam totalmente dessa posição. Eles defendem que

a sustentabilidade na exploração de recursos naturais pelas populações tradicionais é antes regulada pela sua baixa densidade populacional e deficiência de aparato tecnológico do que por atitudes conscientes ou mecanismos culturais endógenos.<sup>193</sup>

Ou seja, de forma alguma essas populações seriam ambientalistas natas. Sendo assim, a partir do momento em que essas comunidades passassem a interagir com a economia de mercado

---

a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

190 OLMOS, Fabio. (et al) Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

191 FERNANDEZ, Fernando A. S. As ações humanas sobre a natureza na pré-história, ou o poema imperfeito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. V. 1, p. 162-173.

192 Para saber mais sobre o pensamento conservacionista e exemplos de modelos de unidades de conservação pelo mundo com presença humana que deram certo e sem presença humana que deram errado ler DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

193 OLMOS, Fabio. (et al) Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

e ter acesso à tecnologia, elas se tornariam tão destruidoras da natureza como qualquer outra. Olmos *et al*<sup>194</sup> citam vários exemplos de perdas ambientais causadas por populações ditas tradicionais.

Os conservacionistas acreditam que os parques estão se tornando ilhas, e que, dessa forma, o seu isolamento condenaria a manutenção da biodiversidade e seria prejudicial principalmente para aqueles animais que precisam de mais espaço.<sup>195</sup> Em resposta a essa colocação, a corrente preservacionista alega que muitas destas áreas não se encontram isoladas. Com relação àquelas que se encontram isoladas, estão sendo providenciadas soluções, como os corredores ecológicos.<sup>196</sup>

Com relação à crítica dos conservacionistas sobre a forma autoritária e sem participação da comunidade local no que se refere à criação dos parques nacionais<sup>197</sup>, os preservacionistas concordam com o manejo participativo, contanto que ele seja efetivo e busque a preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, consideram prejudicial consultar previamente a população a ser afetada sobre criação de uma unidade de conservação de uso indireto pois isso poderia significar pressão local, principalmente daqueles que não concordassem com a ideia, prejudicando a proteção da natureza.<sup>198</sup>

---

194 Para saber mais sobre o pensamento preservacionista nos dias atuais ler OLMOS, Fabio. (et al) Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

195 DOUROJEANNI, Marc J. Conflictos socio-ambientales en unidades de conservación de América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 36-56.

196 DOUROJEANNI, Marc J. Conflictos socio-ambientales en unidades de conservación de América Latina...

197 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

198 MILANO, Miguel Serediuk. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 11-25.

Como podemos perceber, essas discussões são extremamente relevantes para entendermos a política de preservação de áreas naturais no Brasil, pois, em determinados momentos, uma corrente ou outra influenciará o modo como o poder público irá lidar com as questões ambientais.

Até 1980 a teoria preservacionista vigorou no ideário político ambiental brasileiro; a partir da década de 1980, estudiosos das comunidades tradicionais passaram a pressionar no sentido de se buscar repensar o modo como eram criadas as unidades de conservação, totalmente alheias a essas pessoas, para uma forma mais sensível às mesmas. Na realidade, o que percebemos, mesmo depois de 1980, é uma constante tensão no modo de se pensar estas questões, ora pendendo para um lado, mais preservacionista, ora pendendo para outro, mais conservacionista.



## ***Conclusão***

Neste capítulo, percebemos como a relação do homem com a natureza sofreu mudanças em vários momentos da história. Primeiramente, houve uma desvalorização da 'wilderness', considerada selvagem, terrível para uma posterior revalorização a partir da ausência de espaços verdes para recreação durante a Revolução Industrial na Inglaterra. Nota-se que essa 'nova' visão sobre a natureza não abrangeu a grande maioria dos ingleses, além de ser uma revalorização estética da natureza. Desde então, a população inglesa começou a se mobilizar para a criação de áreas de lazer em espaços naturais.

Antes, porém, em 1872, foi criado nos Estados Unidos, o primeiro parque nacional, servindo como referência para outros países do mundo. De acordo com esse modelo o principal motivo para a escolha de uma área a ser transformada em parque nacional era a beleza estética. Além disso, a presença humana nessas áreas era totalmente proibida, a natureza apenas serviria para a contemplação. Esse dado foi e continua sendo motivo de fervorosas discussões entre conservacionistas e preservacionistas de todo mundo.

Em relação à criação do Parna Caparaó, vimos que a principal razão da escolha desse lugar para ser transformado num parque nacional foi a beleza cênica e o fato de a Serra do Caparaó abrigar o que se considerava, na época, o maior pico brasileiro.

Com relação à atuação do governo federal referente à Serra, constatamos que, desde a década de 1940, havia uma preocupação do então órgão responsável pela conservação da natureza, o Serviço Florestal, em transformar a região da Serra do Caparaó em área preservada. Sempre o motivo alegado para a não criação do Parque era a falta de recursos financeiros, mas o que acontecia na realidade era a falta de vontade política.

Nas décadas de 1940 a 1970, os discursos ambientalistas ainda não encontravam no Brasil terreno fértil, a não ser numa pequena minoria de naturalistas que desde as primeiras décadas do século XX se articulavam em torno de questões conservacionistas.

Com o IBDF, os parques passaram a ser regidos por um órgão mais produtivista, que tinha como principal preocupação a racionalização da produção florestal. Infelizmente, devido às fraudes, corrupção e falta de fiscalização, o desmatamento aumentaria ainda mais. Com relação aos parques nacionais, vigorou ainda o isolamento entre funcionários dos parques e populações locais. Além disso, essas áreas seriam entregues a um profundo descaso. Só a partir da década de 1980, com a valorização da participação popular nas questões referentes às unidades de conservação é que percebemos uma maior abertura para à população do entorno, com o IBAMA.

Em Caparaó, durante o período analisado, de 1961 a meados da década de 1990, quando foi feito o Plano de Ação Emergencial, os conflitos entre a população local e os funcionários do Parque Nacional do Caparaó foram constantes, principalmente no que tange às desapropriações<sup>199</sup>. Era nítido o isolamento do Parna Caparaó em relação às comunidades do entorno. Além disso, suas precárias condições de funcionamento, aliadas ao despreparo dos funcionários e à falta de infraestrutura do Parna Caparaó e do município de Alto Caparaó prejudicavam ainda mais a inserção do Parque no contexto local. Anos mais tarde, a partir de meados da década de 1980, percebe-se uma tentativa de interação entre o Parna Caparaó e comunidade. Essa tentativa, porém, era unilateral, ou seja, os funcionários do Parna Caparaó iam até à comunidade como portadores de uma verdade incontestável: a necessidade da sua “conscientização ecológica”. Ainda não havia o interesse em saber o que essas pessoas

---

199 Este assunto será retomado e analisado a partir do olhar das comunidades locais no capítulo 3.

pensavam a respeito disso tudo. Mesmo assim a aproximação não deixou de ser importante. É difícil dizer se realmente houve uma mudança de postura dos moradores de Alto Caparaó frente às questões ambientais depois da década de 1990 ou se houve apenas uma adequação às leis ambientais. Entretanto, uma legislação mais severa e um melhor aproveitamento do turismo, além do trabalho realizado por projetos como o “Projeto Caparaó”, o “Projeto Doces Matas”, entre outros, fizeram com que a relação entre a população local e o Parna Caparaó fosse mais tranquila, e o contato entre funcionários do Parna Caparaó e moradores se tornasse mais ‘amistosa’. A própria população passou a alertar os visitantes sobre como deveriam se comportar dentro do Parna Caparaó. Os guias – moradores da região que conheciam muito bem o Parna Caparaó e acompanhavam os visitantes em passeios - e os responsáveis pelo transporte de visitantes no Parna Caparaó passaram a zelar também pela limpeza e conservação.

Ainda não podemos estender esse grau de preservação a outras áreas dos municípios de Caparaó e Alto Caparaó. Hoje quase todo o lugar é ocupado por café e pastagens. O uso de agrotóxico é indiscriminado<sup>200</sup>. De acordo com os moradores de Alto Caparaó, o volume das águas dos rios teria diminuído assustadoramente.<sup>201</sup> Por ora, o Parna Caparaó continuaria sendo ainda hoje uma ilha de preservação no quadro geral da região onde está situado.

Não obstante, esse Parque não brotou somente de um decreto presidencial mas também de reivindicações e articulações de grupos que desejavam transformar a Serra do Caparaó em parque nacional. Esses grupos e estas histórias são o tema do capítulo a seguir.

---

200 Dado constatado através de pesquisas laboratoriais realizadas com amostras de água de diversos pontos do município por uma equipe de pesquisadores do Projeto Caparaó, em 2002. mimeo.

201 Informações obtidas através do trabalho de campo, observação e análise de entrevistas feitas com antigos moradores, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, principalmente entrevistas 01, 02, 04, 28, 30, 38, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG

## ***Capítulo 2 - OS EXCURSIONISTAS E O PARQUE***

Nesse capítulo acompanharemos o caminho trilhado por aqueles que almejavam a concretização do Parque Nacional do Caparaó. Pontuaremos também a respeito dos interesses existentes em relação àquela região, antes mesmo de ser cogitada a ideia de transformá-la num parque. A partir daí, tentaremos perceber em que momentos se explicitou o desejo pela sua criação e como esse desejo se fortaleceu, fazendo com que inúmeras pessoas em diversos âmbitos da sociedade civil e política se mobilizassem em torno desse objetivo. Trataremos da visão da Associação de Moços de Presidente Soares – AMPS - e de outras pessoas que desejavam e lutavam pela criação de um parque nacional em Caparaó para, principalmente, incentivar o desenvolvimento da região através da exploração do turismo. Veremos a atuação dessas pessoas e os embates políticos em que se engajaram em torno da consolidação do Parna Caparaó. Examinaremos o porquê desse engajamento e sua relação com a comunidade de Alto Caparaó, além de registrar o que aconteceu com a AMPS após a criação e consolidação do Parna Caparaó.

### ***1 - Os cientistas sobem a Serra do Caparaó***

A Serra do Caparaó, devido à sua fauna e flora e, principalmente, por abrigar o pico da Bandeira, considerado o mais alto do Brasil até a década de 1960<sup>202</sup>, despertou o interesse de inúmeros cientistas. Pesquisadores brasileiros e estrangeiros, patrocinados pelo poder público ou por particulares, realizavam pesquisas com interesse biológico e/ou geológico. Os principais estudos focalizavam a flora, a fauna, o clima, o relevo, o solo e a água.

---

202 Na grande maioria dos jornais pesquisados da década de 1950 e do início da década de 1960 é enfatizado o fato de o Pico da Bandeira merecer proteção por ser o mais alto do Brasil.

De acordo com os antigos moradores, a Serra do Caparaó sempre recebeu visitas de pesquisadores, principalmente de biólogos. Os próprios moradores os guiavam através da Serra. Por onde passavam coletavam amostras para análises posteriores.

Vinham alemães para aqui, eles matavam beija-flor, embalsamavam, levavam para a terra deles. Ficavam aí muito tempo fazendo pesquisas. Vinha todo tipo de gente, de fora e daqui, estudando a região. A gente acompanhava, ajudando no que podia. *AJV, morador de Alto Caparaó, ex. funcionário do Parna Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.*

A primeira visita científica de que há comprovação data da década de 1880, quando o botânico W. Schwacke realizou uma excursão ao Maciço do Caparaó a fim de estudar a flora e a fauna. Em seu relato, Schwacke reclamava que até recente data não podia se conhecer a região devido às hordas de índios que a rodeavam.<sup>203</sup> A Serra do Caparaó, realmente, apesar de pouco servir de abrigo para os índios, devido ao frio intenso, servia de local de passagem principalmente para os Puris. Algumas vezes foram encontrados objetos pertencentes a essas tribos na região do Caparaó. No entanto, não há notícia de conflitos entre índios e moradores locais. No século XIX, a maioria das tribos da região foi encaminhada para os aldeamentos, principalmente na região de Manhauçu<sup>204</sup>.

Apesar de não conseguirmos ter acesso à obra completa desse botânico, podemos dizer, a partir da literatura pesquisada, que Schwacke foi a principal referência para os pesquisadores que estudaram a região em momentos posteriores, mesmo que tenha havido outros em períodos anteriores, a obra dele é considerada a mais antiga já registrada.

Em 1911, outro pesquisador fez uma descrição minuciosa de sua subida à Serra. Analisava tudo o que encontrasse no caminho e descrevia toda a sua aventura: a longa jornada

---

203 DERBY, Orville A. Os picos altos do Brasil. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, SG-RJ, 1889-1890, t. V e VI, p. 129-149 e 69-70.

204 Para saber mais sobre estes aldeamentos ler: CUNHA Carneiro, Manuela. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

percorrida no lombo dos burrinhos e a pé; o frio; as intempéries; o cansaço e o medo dos nevoeiros, que nem os mais tenazes guias arriscam enfrentar, e outras dificuldades impostas pela natureza. Apesar de tudo isso, afirmava que o trabalho valia o sacrifício, pois pouco material existia sobre a região e era necessário conhecer mais sobre a Serra e tudo que ela teria guardado.<sup>205</sup>

Analisando esses dois textos, podemos afirmar que nenhum deles extrapolou a narrativa de viagem e defendeu a necessidade de conservação daquele ecossistema. São, sobretudo, estudos científicos das riquezas naturais. O que estava em jogo era a importância de se conhecer a região, não a sua preservação.

Em 1922, muda a postura com a vinda de uma missão belgo-brasileira à região. Conforme reportagem do jornal *O Carangola*, alguns pesquisadores que já haviam visitado o Itatiaia foram à Serra do Caparaó realizar estudos comparativos sobre a fauna e a flora da região. O objetivo era conhecer os aspectos naturais da Serra, mas já começavam a colocar a necessidade de se conservar integralmente aquele patrimônio, apesar de já um tanto degradado. Aqui, a região não era só descrita como também analisada em toda sua magnitude, ou seja, avaliavam-se os aspectos naturais que tornavam aquela região relevante para ser transformada em um parque e, dessa forma, ficar resguardada da devastação.

Consideram o Caparaó uma região rica e privilegiada que deve ser conservada *integralmente*, protegendo assim a sua Flora e Fauna, da devastação pelo fogo e pelo machado.<sup>206</sup>

Essa opinião era partilhada por pesquisadores brasileiros que, já nesta época, almejavam a criação de uma Reserva Florestal em Caparaó como a que havia em Itatiaia,

---

205 SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Tomo I e II.

206 Missão belgo-brasileira em excursão nos campos de Caparaó. *O Carangola*, Carangola, 17 de fevereiro de 1922.

queriam uma reserva que contasse com toda infraestrutura para a recepção de cientistas e estudiosos. Nesse momento ainda não se falavam em melhoramentos para se receber visitantes. Nesse sentido, podemos concluir que, mesmo com a mudança de postura observada em relação a outros grupos de cientistas, ainda não se pensava na utilização dessas áreas para a visitação.

No início da década de 1940, depois da criação dos primeiros parques nacionais brasileiros, o Serviço Florestal realizou, sob a coordenação do biólogo Brade, houve uma excursão à Serra do Caparaó para estudos científicos e observações sobre a região<sup>207</sup>. Vários pesquisadores, contando com o apoio logístico da população local, subiram a Serra e identificaram parte da flora e da fauna, além dos pontos mais altos. Nomearam tudo o que encontraram. O resultado dessa expedição foi páginas e páginas de fotos, desenhos e análises biológicas e geológicas sobre a região. O relatório final dessa equipe não fazia qualquer menção sobre a possibilidade de criação de uma reserva ou de um parque, nem fazia qualquer discussão sobre a preservação da região. Entretanto, o relatório mencionava o quanto a Serra tinha sido devastada, principalmente pelo machado e pelas queimas “acidentais ou provocadas”, fazendo com que a maior parte da cobertura vegetal fosse composta por vegetação secundária. Percebemos a indignação provocada pelo desmatamento da região entre os cientistas que lá estiveram:

Árvores mortas, troncos queimados ou resíduos, somente, indicam hoje a vasta extensão de valiosas matas anteriormente existentes e inutilmente devastadas.<sup>208</sup>

---

207 BRADE. Alexander Curt, Excursão à Serra do Caparaó. *Rodriguésia* – Revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. v. 6, n.15, p.87-92, jun. 1942.

208 BRADE. Alexander Curt, Excursão à Serra do Caparaó...p. 91.

## ***2 - O interesse turístico pela serra***

Além do interesse científico, a região do Caparaó sempre atraiu brasileiros e estrangeiros interessados em admirar suas paisagens. A visitação, mesmo que insípida, fez parte da vida do então arraial de Alto Caparaó desde o início do seu povoamento. Com a chegada desses visitantes, os moradores se transformavam em competentes guias, já que conheciam muito bem a região.

E eu sei que isso aqui é explorado há muitos anos. Eu fui guia oito anos, quando eu era novo, e desde a idade de sete anos a gente lidava no campo. *AJV, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.*

### ***2.1 - O excursionismo***

No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, constituíram-se algumas associações em defesa da natureza, como a Sociedade Amigos de Alberto Torres, Clubes de Amigos da Natureza, Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, Sociedade dos Amigos das Árvores, Sociedade dos Amigos da Flora Brasileira e diversos clubes excursionistas.<sup>209</sup> Apesar de essas associações representarem uma pequena fração da sociedade civil, elas tiveram uma importância sem igual, se pensarmos nas questões por ela discutidas, questões essas que seriam retomadas e redimensionadas pela sociedade brasileira décadas depois. Ao mesmo tempo, muitos dos membros dessas associações participavam também de movimentos excursionistas e incentivavam a criação de grupos similares em todo país. Diversas associações cívicas assumiram questões conservacionistas, principalmente o Centro Excursionista Brasileiro, cujos guias eram credenciados pelo Serviço Florestal como guardas-florestais nos primeiros dias de atuação dessa instituição.<sup>210</sup> Para eles, o contato com

---

209 DEAN. Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

210 DEAN. Warren, *A ferro e fogo...*



a natureza, através das excursões, incentivaria o gosto pela preservação. Além disso, o excursionismo fez com que crescesse o interesse pela visita às montanhas brasileiras, ampliando o desejo de preservação ao interior do país, pelo menos na região sudeste.

O Centro Excursionista do Brasil - CEB - foi criado em 10 de novembro de 1919. Muitos dos seus membros iriam pertencer mais tarde aos grupos ambientalistas brasileiros. O CEB organizava viagens e excursões por lugares representativos da beleza nacional, incentivando o turismo de montanha.<sup>211</sup> Tinha vários lemas de como deveria ser tratada a natureza. Por onde passavam, os membros propagavam esses lemas que visavam, sobretudo, a proteção das belezas naturais brasileiras.

## *2.2 - O excursionismo chega à Serra do Caparaó*

O excursionismo se espalhou rapidamente e outros grupos foram sendo criados, tanto no Rio de Janeiro como em outras partes do Brasil, havendo estreito contato uns com os outros. No Espírito Santo, no município de Alegre<sup>212</sup>, foi criado em 1955 o Centro Excursionista Pico da Bandeira. Dentre seus fundadores havia inúmeros cariocas que buscavam difundir naquele município o movimento excursionista<sup>213</sup>. Em Presidente Soares, atual Alto Jequitibá, um grupo de estudantes secundaristas e universitários criou, em 13 de junho de 1956<sup>214</sup>, a Associação de Moços de Presidente Soares, mais conhecida como AMPS, cujo o seu principal objetivo era a mobilização dos jovens da comunidade em prol do desenvolvimento do município e da melhoria da qualidade de vida da população. Seu símbolo

---

211 [www.ceb.org.br](http://www.ceb.org.br)

212 A cidade de Alegre faz parte do entorno do Parque Nacional do Caparaó.

213 Pico da Bandeira, o maior. *O Globo*, 06 de junho de 1961.

214 Em Presidente Soares, “moços” tem associação. *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1958.

fazia referência à Serra do Caparaó, que servia de moldura para a região.<sup>215</sup> Entretanto, apesar da forte inclinação para as questões ambientais e os vários passeios que realizavam até a Serra do Caparaó, a AMPS não era, a princípio, oficialmente, um grupo excursionista.

### ***3 - AMPS – Um pouco de sua história***

Os fundadores da AMPS eram pessoas instruídas, de origem imigrante, e protestantes. O associativismo é algo típico de protestantes, especialmente dos calvinistas.<sup>216</sup> A AMPS provavelmente foi influenciada por esses valores, já que seus associados eram, em sua grande maioria, presbiterianos. Como em sua doutrina religiosa não acreditavam em mediadores também para defender os seus interesses, preferiam unir-se em associações e reivindicar seus objetivos. Os associados tinham o hábito da leitura, incentivado tanto pelas famílias quanto pela religião. Mantinham uma estreita ligação com o Rio de Janeiro. Uma das razões disso eram raízes deixadas naquele estado<sup>217</sup>. A outra se devia ao caminho da Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava a Zona da Mata mineira ao Rio de Janeiro.<sup>218</sup> “Os vagões substituíram as antigas tropas de muares e a comunidade passou a sofrer influência direta da cultura litorânea”.<sup>219</sup>

O meu avô, que era descendente de alemão, eu sou Satler alemão e Gripp que é suíço. Naquela época eu era criança, ele já assinava o jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. O meu avô tinha muita cultura, era tratador

---

215 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com antigos funcionários do Parna Caparaó e ex. membros da AMPS, em 2002, através do Projeto Caparaó – COLTEC/UFMG. Entrevistas nº 02, 08, 09, 18, 31, 46, 50, principalmente.

216 SOUZA, Jessé, (org). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

217 Descendentes de alemães que migraram para a Zona da Mata mineira advinham da região serrana do Rio de Janeiro, principalmente de Nova Friburgo e Cantagalo. Eram, em sua maioria, ex-luteranos convertidos presbiterianos em Minas Gerais.

218 GRIPP, Cel Roberto. et all. *História da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá*. Belo Horizonte: Editora Betânia, 1991.

219 MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira*. Carangola: o Vale e O Rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990, p. 16.

de homeopatia [...]. Existia uma vertente cultural. A minha mãe lia muito. Então nós tínhamos notícias, informações. Vinha tudo pelo trem. *SG, um dos fundadores da AMPS, com aproximadamente 70 anos, 2002.*

Do Rio de Janeiro, capital federal na década de 1950, chegavam notícias de todo o Brasil, permitindo que as pessoas tivessem contato com quase tudo que estava acontecendo ou sendo debatido em outras localidades; podendo, assim, refletir sobre assuntos relacionados à monocultura, ao desmatamento, aos problemas de abastecimento de água, aos movimentos excursionistas, à criação dos primeiros parques nacionais, entre outros.

Discutia-se em Presidente Soares a respeito do perigo que representava a monocultura, pois, na década de 1930, a população já havia passado por uma violenta crise, que levou à falência muitos produtores de café da região<sup>220</sup>. Crises como aquela, muitas vezes, levavam à bancarrota municípios inteiros que dependiam exclusivamente da cultura do café. Nessas discussões, a maioria delas, em família ou entre amigos, tentavam perceber outras alternativas para o desenvolvimento da região.

O acesso a periódicos, entre outros tipos de literatura, aumentava as possibilidades de discussão e a mobilização em torno de temas que diziam respeito à preservação da natureza e ao turismo. Jornais cariocas que chegavam à região, entre eles, *O Globo*, o *Correio da Manhã* e o *Diário Carioca*, geralmente traziam várias páginas sobre assuntos ligados à natureza e à sua proteção. No jornal *Correio da Manhã* havia uma seção chamada *Vida Excursionista*, dedicada a esses assuntos. Em *O Globo* havia uma seção sobre Montanhismo, e no *Correio Carioca* uma seção denominada *Turismo pelo Mundo*.

Essas seções incentivavam o turismo ligado à natureza. Nos artigos que faziam a respeito usavam a expressão “turismo de montanha” para indicar a nova modalidade de

---

220 GRIPP, Cel Roberto. et al. *História da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá*. Belo Horizonte: Editora Betânia, 1991.

turismo que poderia ser mais bem explorada no Brasil, como já o era em outras partes do mundo, citando-se como exemplo os Alpes suíços e outras cadeias de montanhas visitadas por milhares de pessoas todos os anos.<sup>221</sup>

Em 1958, incentivados por amigos cariocas, os dirigentes da AMPS criaram um departamento dentro da Associação dedicada ao esporte, o *Departamento de Excursionismo*, aumentando cada vez mais o interesse pela Serra do Caparaó e o número de excursões para a região.

#### ***4 - A luta pelo Parque Nacional do Caparaó***

Com a criação desse novo departamento na AMPS, logo surgiu a ideia da luta pela criação de um parque para a preservação da natureza na Serra do Caparaó. Por trás da ideia de preservação havia o interesse de se atrair visitantes, promovendo, assim, outra forma de desenvolvimento para a região. O turismo, além de lazer, significaria também novas divisas. Também em 1958, o Centro Excursionista Pico da Bandeira, que almejava igualmente a criação do parque, realizou uma concentração de clubes excursionistas para homenagear a primeira subida de sócios do Centro Excursionista Brasileiro ao Caparaó, ocorrida em 1933. Tudo isso visava chamar a atenção dos brasileiros para a Serra do Caparaó.

##### *4.1 - O vereador Inimá e o parque*

A luta pela criação do Parque Nacional do Caparaó já havia sido iniciada alguns anos antes da criação da AMPS por Inimá Novais de Campos<sup>222</sup>, vereador de Espera Feliz, município a que pertencia Alto Caparaó na época. Nascido em Carangola, mudou-se para o

---

221 Parque Nacional do Caparaó – incentivo ao turismo. *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1960.

222 O vereador Inimá Novais de Campos já é falecido.

arraial de Alto Caparaó em 1948 e, de acordo com sua família, encantou-se pela Serra e decidiu que trabalharia em prol da preservação e desenvolvimento daquele lugar.

Nesse mesmo ano, o estado do Espírito Santo criou, pelo Decreto Estadual nº 55 de 20 de setembro de 1948, com um total de 5000 mil hectares, a Reserva Florestal do Pico da Bandeira, abrangendo uma parte da Serra do Caparaó<sup>223</sup>. Enquanto isso, nenhuma iniciativa similar era cogitada em Minas Gerais. Pelo contrário, o lado mineiro da Serra do Caparaó era cada vez mais utilizado para a extração madeireira e criação de gado.

Durante algum tempo, Inimá, com a ajuda de colaboradores, realizou estudos sobre a região e fez um relatório acompanhado de mapas para melhor visualização de suas propostas de criação do Parque.<sup>224</sup> Em 1953, enviou todo esse material para o presidente Getúlio Vargas, com a seguinte carta:

Na qualidade de Vereador do Município de Espera Feliz, estado de Minas Gerais e em nome da população que compõe o Arraial do Alto Caparaó que pertence ao citado Município, dirijo-me a Vossa Excia Senhor Presidente da República Getúlio Vargas, a fim de solicitar o seu apoio em favor da criação de um Parque Nacional (Parque Nacional do Alto Caparaó). Trata-se senhor presidente de um Parque tendente a estimular o turismo na região mais alta de nossa terra, que tem ali o ponto culminante do Brasil e onde a beleza da natureza com que Deus dotou a região é algo de deslumbrante e encantador, capaz de aumentar no turista o grande entusiasmo pelo Brasil [...].

A criação desse Parque Senhor Presidente Sr. Getúlio Vargas significará uma contribuição valiosa de seu governo no sentido de levar o turismo no ponto mais alto do País e o seu nome ficará mais ainda lembrado e guardado na gratidão Nacional principalmente nos corações da população daquele recanto montanhoso e belo de Minas Gerais.

Para melhor orientar a Vossa Excia segue em anexo, um relatório e dados da Região, na certeza e na esperança de ver atendida a nossa aspiração.”<sup>225</sup>

---

223 BRASIL. ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 55 de 20 de setembro de 1948. Ficam delimitadas para o fim de constituição de reservas florestais os terrenos devolutos do estado do Espírito Santo (...) nos municípios de Iúna e Alegre: uma reserva de flora alpina na Serra do Caparaó, Pico da Bandeira, com área aproximada de 5000 hectares. [www.redeprouc.org.br](http://www.redeprouc.org.br)

224 Capixabas e mineiros querem Parque Nacional no Caparaó. *O Globo*. 02 de setembro de 1958.

Inimá propunha que, junto à estrada que dava acesso ao Parque, pelo lado mineiro, fossem construídos a sede, uma estação experimental de flores, frutos e reflorestamento e um educandário para os filhos dos funcionários, além da instalação, ao longo do Parque, de diversos abrigos para visitantes. Para completar, a construção de um hotel no então arraial (hoje Alto Caparaó), campo de pouso, hospital, ampliação das vias de comunicação e transporte.<sup>226</sup> A sua esperança com esse relatório era de que o presidente responsável pela criação dos primeiros parques nacionais brasileiros se sensibilizasse com as potencialidades dessa região, transformando-a também em um parque nacional. Mas isso não aconteceu.

De acordo com o Chefe de Seção de Parques e Florestas Nacionais, em resposta aos apelos de Inimá:

o Serviço Florestal vem trabalhando no sentido de ser concretizado esse nosso desejo e o projeto de criação do Parque já foi objeto de Exposição de Motivos n.183, de 23/2/1954, apresentada ao Exmo. Sr. Presidente da República, para sanção, pelo sr. Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público, sem, entretanto lograr aprovação. E em outubro do mesmo ano, foi encaminhada outra Exposição de Motivos de nº 1640. [...] Mas esta foi devolvida já em 1º de novembro para aguardar ocasião propícia.<sup>227</sup>

Mesmo depois dessa tentativa frustrada, o vereador não desistiu do seu intento. Inimá Campos mobilizou amigos, moradores da região, excursionistas, entre outros, para iniciar as obras de uma estrada, no interior do futuro parque, para facilitar o acesso de veículos onde antes só havia espaço para os animais. Com exceção da Prefeitura de Manhumirim, o Sr. Inimá e os outros não conseguiram qualquer apoio governamental para realizar o empreendimento. Em 1958 já estavam quase prontos nove quilômetros de estrada ensaiada,

---

225 Cópia da carta que o vereador Inimá Campos enviou ao presidente Getúlio Vargas em 1953, manuscrita.

226 Capixabas e mineiros querem Parque Nacional no Caparaó. *O Globo*. 02 de setembro de 1958.

227 MA. Serviço Florestal. Corres do Chefe da Seção de Parque e Florestas Nacionais ao Sr. Inimá Novais Campos sobre o Parque de Caparaó, em 08 de julho de 1955.

chegando até a Tronqueira. Faltando só uma laje de quarenta e cinco metros para que todo esse trajeto pudesse ser trafegado por automóvel.<sup>228</sup>

O objetivo dessas pessoas era ligar esses nove quilômetros a outros cinco que levariam até ao Pico da Bandeira, mas isso não foi feito. Mesmo com a criação do Parque a proposta não foi aprovada.

O vereador Inimá também reenviou o seu projeto outras vezes ao governo federal, no mandato de outros presidentes, embora o resultado final fosse o mesmo. Em todos os pedidos, as respostas diziam a mesma coisa, ou seja, não havia fundos disponíveis para arcar com as despesas necessárias para um novo parque nacional:

De ordem, restituo o processo ao Ministério da Agricultura a fim de ser reexaminado em melhor oportunidade, dadas as difíceis condições do Erário público no momento atual. Em 1º de novembro de 1954.<sup>229</sup>

Em todas as cartas e exposições do poder público a respeito da criação do Parque Nacional do Caparaó percebemos, por parte do Serviço Florestal, com sua Seção de Parques e Florestas Nacionais, um desejo baseado em todo um trabalho que vinha sendo realizado desde a década de 1940, com estudos preliminares para viabilização da criação do Parque. Em outubro de 1948, Gil Sobral Pinto, diretor do Parque Nacional Serra dos Órgãos, produziu um relatório depois de sua ida à Serra do Caparaó, analisando a viabilidade da criação de um parque nacional naquele lugar. No final, seu parecer foi favorável.<sup>230</sup>

Entretanto, a falta de recursos financeiros continuava sendo um entrave para a constituição do Parque. Mas esse não era o único motivo para a não criação do Parna Caparaó.

---

228 Parque Nacional do Caparaó. *Correio da Manhã*, 05 de setembro de 1958.

229 MA. Serviço Florestal. Correspondência do Chefe da Seção de Parque e Florestas Nacionais ao Sr. Inimá Novais Campos sobre o Parque de Caparaó, em 08 de julho de 1955.

230 MA. Serviço Florestal. Correspondência do administrador do Parque Nacional da Serra dos Órgãos ao Chefe da Seção de Parques Nacionais. Relatório em anexo, outubro de 1948.

Nesse período desenvolvimentista, não era relevante nem para o governo nem para a grande maioria da sociedade civil a constituição de parques nacionais. Na realidade, não havia retorno político. E a pressão da opinião pública era mínima, se comparada com a da década de 1990.

Acreditamos que, mesmo que existissem esses fundos, naquele momento eles jamais seriam usados para a preservação da natureza, visto que isso não era prioritário nos projetos de desenvolvimento econômico do país. Nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimentismo ditava as regras do jogo no Brasil e era praticamente impensável despendar verbas para a conservação da natureza já que o desmatamento era visto com bons olhos quando representava maior desenvolvimento econômico.

#### *4.2 - A AMPS e a luta pelo parque*

Pensando que a preservação e o incentivo ao turismo pudessem significar desenvolvimento para a região, a AMPS, juntamente com outras associações, principalmente de excursionistas do Espírito Santo e Rio de Janeiro, entrou na luta pelo Parque em meados da década de 1950.

A AMPS... Eles pensavam também no turismo, no desenvolvimento da nossa região. Então eles achavam que com a criação do Parque, haveria uma divulgação, as pessoas viriam para cá, haveria melhoria nas estradas. Haveria pousadas, hotéis, restaurantes; então ia trazer dinheiro para a região. Evitava a monocultura, que naquela época já era o café também. Então eles tinham essa preocupação também com a monocultura, trazer o turismo para cá, formas alternativas de renda. *MBE, funcionário do Parna Caparaó, com aproximadamente 55 anos, 2002.*

Articulando-se entre a esfera política e a imprensa, vários interessados se uniram em torno desse objetivo. Paralelamente, para atrair a atenção das pessoas e arrebanhar mais adeptos para a sua causa, os integrantes da AMPS promoviam manifestações, palestras, excursões, pediam a colaboração dos jornais, enviavam fotografias e artigos aos periódicos



cariocas, iam ao Rio de Janeiro atrás das repartições competentes, telegrafavam a vereadores, deputados, governadores e cronistas. Até um concurso de redação, cujo tema era a natureza da região, foi feito com os estudantes de Presidente Soares para incentivar a reflexão e a discussão a respeito desse tema por parte de todos os segmentos da sociedade.<sup>231</sup>

A AMPS fazia diversas excursões não é? Eles promoviam excursões até o Pico da Bandeira, na região; divulgavam a região, faziam palestras. Então eles usavam os recursos da época. Iam nas rádios, rádios locais, jornaizinhos de colégios, associações de estudantes, divulgando a ideia. LM, *funcionário do Parna Caparaó, com aproximadamente 55 anos, 2002.*

O turismo era realmente uma nova alternativa de desenvolvimento e, para que ele fosse possível, era preciso garantir a preservação da natureza. Os visitantes estavam interessados em belas paisagens e não em ver lugares castigados pelo fogo e devastados pelo machado. Para a Associação, a própria constituição do Parque seria garantia de a proteção da natureza. Fato que não pôde ser constatado com a criação do Parque. Para a AMPS, a importância da Serra do Caparaó podia ser considerada sob três aspectos diferentes: turismo, agricultura e conservacionismo.

Com relação ao turismo, encontramos em um dos artigos da época expressões como “Indústria sem chaminés” e “Indústria da Paz”, para designá-lo tentando mostrar como era possível desenvolver-se por meios alternativos considerados não-poluentes.

O turismo, como elemento gerador de riquezas, é ainda pouco explorado no Brasil. Nós do interior, menos ainda sabemos sobre esta fabulosa atividade que em outros países, principalmente na Europa, constitui a chamada “Indústria sem chaminés” e “Indústria da Paz”.<sup>232</sup>

Para a Associação de Moços, não havia como incentivar o turismo sem oferecer ao visitante as mínimas condições, como meios de transporte, acomodações e comunicações.

---

231 Pico da Bandeira, o maior. *O Globo*, 06 de junho de 1961.

232 Parque Nacional do Caparaó – incentivo ao turismo. *Correio da Manhã*. 17 de junho de 1960.

Além, é claro, de inúmeras atrações. No caso de Caparaó, a principal atração seria o Pico da Bandeira, seguido da variada paisagem, a abundância de água e o clima.

Em relação à agricultura, os integrantes da AMPS valorizavam o café produzido na região, reconhecido pela qualidade, mas condenavam a monocultura. Para eles, o clima frio deveria ser incentivo à fruticultura de modelo europeu, tão pouco valorizada no Brasil. Além disso, preconizavam que o governo deveria investir na instrução técnica dos produtores rurais, para incentivar a diversificação dos produtos na região do Caparaó. Técnicas já conhecidas seriam ensinadas corretamente na plantação de cereais e produtos hortícolas, dando mais opções de trabalho e sobrevivência para a população local.<sup>233</sup>

Em terceiro lugar, o conservacionismo. Observamos a utilização do termo conservação e conservacionismo<sup>234</sup>, tido como a única forma de assegurar que não fosse devastada a flora e a fauna local, além de proteger as nascentes que alimentavam os rios da região. Rios revitalizados ajudariam na recuperação mais rápida da flora e da fauna, no maior equilíbrio climático e o melhor desenvolvimento das culturas.<sup>235</sup> Ao mesmo tempo, a recuperação da natureza serviria principalmente para o deleite dos visitantes.

Essa concepção ia ao encontro daquelas que serviram como inspiração para a criação dos Parques Nacionais no mundo inteiro, ou seja, a natureza deveria ser resguardada das ações do homem para ser apenas admirada por ele.<sup>236</sup>

---

233 Parque Nacional do Caparaó – incentivo ao turismo. *Correio da Manhã*. 17 de junho de 1960.

234 A palavra conservacionismo aqui tem a conotação de uma proteção mais rígida da natureza, proibindo a presença do homem.

235 Parque Nacional do Caparaó – incentivo ao turismo. *Correio da Manhã*. 17 de junho de 1960.

236 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Tanto Inimá quando a AMPS utilizavam os jornais cariocas como uma das formas de propagar as suas ideias a respeito da importância do turismo de montanha. Para isso, recheavam esses periódicos com artigos sobre o assunto. De 1958 a 1961, a AMPS, a Associação dos excursionistas de Alegre, a Câmara de Vereadores de Espera Feliz e moradores mais influentes da região polvilharam jornais cariocas e alguns jornais mineiros com uma infinidade de artigos sobre Caparaó. A campanha ficou cada vez mais acirrada.

Mesmo antes disso o vereador Inimá Campos já aparecia em jornais locais e enviava artigos para os jornais cariocas. Em 1954, no Jornal *Folha da Mata*, de Carangola, foi publicada uma reportagem de página inteira sobre a tentativa de criação do Parque Nacional do Caparaó. A reportagem resumia as intenções do vereador Inimá Campos e todos que o apoiavam:

Criação e instalação imediata do Parque Nacional do Caparaó, com finalidades turísticas e preservação de sua fauna e exótica flora. Para tanto, será construído um hotel moderno e típico, um hospital especializado para aproveitar a excelência do clima, uma estação experimental de fruticultura para fornecimento gratuito de mudas das frutas europeias adaptáveis à região e abertura e alargamento das estradas de acesso ao patrimônio de Caparaó Velho e também ao cume do Bandeira.<sup>237</sup>

Aqueles que apoiavam a criação do Parque passaram a difundir, veementemente, a importância da conservação da natureza e a necessidade do reflorestamento, para amenizar os efeitos da devastação já efetuada. Em 1959, lançaram uma campanha cujo lema era “Reflorestamento é essencial no combate ao deserto” que contou com a participação de representantes políticos e religiosos da região.<sup>238</sup> O *slogan* da campanha era “Para o deserto que se aproxima, crie seu oásis: Plante árvore”. Esperavam que as pessoas ficassem chocadas

---

237 Parque Nacional do Caparaó. *Folha da Mata*, Carangola, 29 de abril de 1954.

238 Lagartixas contra o deserto. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1959.

com a possibilidade de desertificação de várias regiões devido ao desmatamento e que lutassem pela preservação da natureza.

Outro colaborador para a causa foi o fotógrafo Antônio Zavatário<sup>239</sup>, antigo morador de Presidente Soares. Numa época em que câmara fotográfica era artigo de luxo e acessível a poucos, utilizou o seu instrumento de trabalho para imortalizar as belezas naturais da Serra do Caparaó e registrar todo o trabalho daqueles que lutavam por sua preservação. Era comum os seus trabalhos ficarem expostos em lugares públicos de toda a região, servindo de importante propaganda para o turismo.<sup>240</sup>

#### *4.3 - Pelos caminhos da política*

Para conseguir seus objetivos, o vereador Inimá, a AMPS e outros grupos excursionistas resolveram partir para a esfera política, procurando fazer contato com representantes das Assembleias Legislativas estaduais e no Congresso Nacional buscando apoio para seus objetivos. Eles sabiam que não adiantaria toda a sua luta se não tivessem o respaldo pessoal de integrantes das esferas políticas. Numa “sociedade relacional” como a brasileira, as relações pessoais são muito importantes para se conseguir algo.<sup>241</sup> Dessa forma, a AMPS e o Sr. Inimá trataram logo de fazer uso das suas relações para alcançar seus objetivos. Auxiliavam deputados na confecção de projetos em defesa da criação do Parque Nacional do Caparaó, para serem apresentados nas Assembleias estaduais e na Câmara dos deputados.

---

239 O Sr. Antônio Zavatário já é falecido.

240 Lagartixas contra o deserto. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1959.

241 BARBOSA, Livia Neves de Holanda. DRUMMOND, José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 7, nº 14, p. 265 a 289, 1994.

Em 25 de outubro de 1955, munido da pesquisa realizada pelo Sr. Inimá, o deputado estadual João Bello apresentou a indicação nº 462 à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reclamando a criação do Parque Nacional do Caparaó:

a criação do Parque Nacional do Caparaó é medida urgente e reclamada pelo interesse nacional. Se outros motivos, além dos que relacionem com a organização de um parque desse gênero e atinentes à preservação do solo, da fauna e da flora precisassem ser invocados, deveríamos lembrar que, na Serra do Caparaó, se encontra o mais alto ponto do Brasil – o Pico da Bandeira. Somente esse motivo poderia recomendar a providência da criação do Parque Nacional do Caparaó, porque ele inspiraria o turismo. [...] Criado o Parque, iriam tonificar os rios que nascem na Serra do Caparaó. [...] Tonificados, esses rios passariam a propiciar melhores quedas d'água para o aproveitamento hidroelétrico e água potável para o consumo da população e para o maior benefício das culturas [...].<sup>242</sup>

Novamente, a ideia de preservação vem associada à de desenvolvimento econômico.

Em vários momentos o pensamento desenvolvimentista se sobrepõe ao conservacionista.

Também na década de 1950, a AMPS reivindicava a ligação de Manhumirim à rodovia Rio-Bahia, passando por Presidente Soares e Divinópolis, para facilitar a chegada de visitantes à região e o escoamento da produção agropecuária. As obras, reivindicadas há décadas, foram iniciadas em 1958, mas em 1959 foram paralisadas a menos de cinco quilômetros de Presidente Soares.<sup>243</sup>

Em 1958, o deputado federal Lourival de Almeida lançou na Câmara o projeto nº 3.674 de criação do Parque que, apesar de receber apoio da bancada capixaba, também foi relegado ao segundo plano. Esse projeto salientava que, além do objetivo de preservar as reservas florestais da região, o Parque era de extrema importância para o excursionismo brasileiro.

---

242 FERNANDES, Sebastião. *A luta pelo turismo e conservação da natureza em Minas Gerais*. Manhuaçu: Livraria e Gráfica Expansão Cultural, 1974. Trecho do projeto apresentado pelo deputado João Bello à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1955, págs. 7 e 8.

243 Paralisação da ligação Manhumirim-Rio-Bahia. *Correio da Manhã*, 12 de fevereiro de 1959.

Concretizando-se a ideia da criação do Parque Nacional do Caparaó, a vitória não será apenas de um grupo, de um clube, mas sim de todos – do excursionismo brasileiro - de excursionistas e de desportistas que há muito se batem, pessoalmente, e em suas excursões pela auspiciosa realização [...].<sup>244</sup>

Vemos que o enfoque principal de todos os artigos de jornais e projetos de lei era o desenvolvimento através do turismo. Além disso, as pessoas acreditavam que a criação do Parque, por si só, incentivaria o turismo e viria a acabar com o desmatamento na região. O que era um equívoco.

Os jornais noticiavam tudo a respeito desses projetos, e os excursionistas usavam de todos os artifícios para a sensibilização dos membros da esfera legislativa. Em 1958, os excursionistas da região de Caparaó planejavam levar uma comitiva de parlamentares ao Pico da Bandeira, mas a ideia, apesar de noticiada nos jornais e revistas, não foi à frente<sup>245</sup>. Nem por isso desistiram, antes, continuaram utilizando os meios de comunicação para disseminar as suas ideias e críticas a respeito do descaso e da falta de vontade política para com os problemas relacionados à natureza confirmado pelo artigo publicado no *Correio da Manhã*.

O *Correio da Manhã* trouxe a seguinte manchete em 30 de dezembro de 1958: “Agonizante a região da Serra do Caparaó: Mofa na Comissão de Finanças da Câmara Federal projeto que cria o Parque Nacional do Caparaó – Enquanto flora e fauna exuberantes são dizimadas pelo desflorestamento”.<sup>246</sup> Em 1959, o *Diário Carioca* apresentou à bancada do Espírito Santo na Câmara dos Deputados um memorial que lhes foi dirigido por estudantes e professores do município de Alegre, em prol da criação do Parque. Em resumo, o memorial

---

244 Vitória Coletiva. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1958.

245 “Lagartixas” vão levar comitiva de parlamentares ao Pico da Bandeira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1958.

246 Agonizante a região da Serra do Caparaó. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1958.

tentava elucidar todas as vantagens da criação de uma área de preservação e o perigo que representava a falta de proteção dessa região.

Os benefícios que advirão para esta zona do Estado, com iguais reflexos na orla corresponde de Minas Gerais, são de tal ordem que justificam os esforços para tornar em breve realidade a criação do Parque Nacional do Caparaó[...]. De há muito que presenciamos contristados a devastação insensata que se faz das matas que cobrem a belíssima região que circunda o ponto culminante do sistema orográfico brasileiro. Até há bem pouco tempo, aqueles cumes graníticos, cujos pescoços hercúleos são enfeitados de alvas golas de nuvens, tinham como roupagem condigna às florestas virgens que desciam pelas suas encostas, quais verdes mantos reais a estenderem-se pelo imenso salão da natureza. Hoje, o machado insensato e destruidor, vem desposando aquela região das suas vestes milenares, substituindo-as por Campinas, desnudas, abandonadas, entregues à erosão implacável e perniciosas.<sup>247</sup>

Depois de falar do desmatamento como responsável pela extinção de bichos e da diminuição do nível de água dos rios, o memorial terminava dizendo que:

a destruição implacável e desordenada desse grande patrimônio do país, cuja beleza panorâmica, pela sua diversidade de aspectos, e incomparável, o levará, dentro de pouco tempo, se medidas enérgicas e urgentes não forem tomadas, a figurar na história como um imenso tesouro desbaratado pela ingenuidade do povo e incúria dos governantes.<sup>248</sup>

Em muitos momentos, constatamos também uma ansiedade generalizada de todos aqueles que almejavam a criação do Parque. Era como se temessem que, se demorasse mais um pouco, poderia ser tarde demais, nada mais restando a preservar. Nota-se uma preocupação com o uso imprevidente dos recursos naturais e a ideia de que era preciso conservá-los para lucrar com o turismo e, ao mesmo tempo, deixá-los como herança para as futuras gerações.

O machado – essa primeira e terrível arma que o homem criou – já se vai abeirando, de ano para ano, das encostas dos pontões: caem cedros e jequitibás centenários; a fauna retrai-se espavorida; os mananciais dentro em pouco começarão a minguar. É tempo ainda, Sr. Presidente, mas curto esse tempo, para atalhar a ameaça que em três anos consecutivos, o

---

247 DC levará à Câmara manifesto do Caparaó. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1959.

248 DC levará à Câmara manifesto do Caparaó. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1959.

signatário vem constatando. Salvemos o Caparaó; preservemos para a posteridade aquilo que recebemos dos outros [...].<sup>249</sup>

Em 1960, os excursionistas da AMPS escreveram um manifesto chamado “O excursionismo em Alto Caparaó”. Denunciavam que, juntamente com o aumento do interesse pelas excursões à Serra do Caparaó, estava crescendo a depredação da região. O turismo começava a mostrar a sua outra face, fazendo com que fosse contestada a ideia de que turismo e conservação representassem a mesma coisa.

O abrigo Narciso Rabello, conhecido como rancho novo, todo ano é destruído parcialmente e a cerca de arame que o envolve é cortada e jogada ao solo. As setas que indicam altitude, distância e direção servem de alvo para os falsos caçadores. Alguns marcos do IBGE foram destruídos. O teto de zinco do abrigo foi furado a bala. E até mesmo a Bandeira Brasileira, construída de metal, com suporte giratório, ofertada pelo Centro Excursionista Pico da Bandeira de Alegre, desapareceu. Assim, ao invés de uma ideia de construção, tem imperado uma índole destruidora. (...) E sem nenhum auxílio governamental, um grupo insiste (...) anualmente em reparar as ruínas produzidas pro vaqueiros sem escrúpulo e falsos excursionistas.<sup>250</sup>

Verificamos, através desse manifesto e de diversas falas de depoentes<sup>251</sup>, que havia um embate velado entre esses excursionistas e os moradores da região. Esses últimos usavam o Campo – como também era chamada a Serra do Caparaó - com outros objetivos. A AMPS culpava as pessoas que levavam o gado para o Campo de destruírem as benfeitorias. A ideia da AMPS era que, cuidando das benfeitorias da Serra e preservando a natureza, atrair-se-ia mais visitantes e trar-se-ia desenvolvimento para a região. A destruição desses abrigos, marcos e setas de direção, colocavam em risco o sonho de transformar aquela região num polo turístico. De acordo com a opinião dos moradores, a destruição das benfeitorias não era

---

249 FERNANDES, Sebastião. *A luta pelo turismo e conservação da natureza em Minas Gerais*. Manhuaçu: Livraria e Gráfica Expansão Cultural, 1974. Trecho da carta de um excursionista ao presidente do Centro Excursionista Brasileiro, págs. 10 e 11.

250 *O excursionismo em Alto Caparaó*. Divulgação popular da Associação dos Moços de Presidente Soares - AMPS. Manhumirim: Gráfica A União. 1960.

251 Principalmente nas entrevistas 18, 46. 50.



obra da população local. Pelo contrário, ela fazia o possível para manter tudo limpo e organizado, não porque serviria para os visitantes, mas porque era importante para os campeiros aquelas benfeitorias e a Serra.

Quando a gente mexia com criação, você não via lixo em lugar nenhum. Você podia tomar água em qualquer lugar, você podia rodar o dia inteirinho que você não achava um papel. Toda pessoa que levava o papel trazia embora. E o rancho, tudo era varridinho. Você podia chegar dentro do rancho, você podia sentar, você podia dormir ali dentro do Rancho, tinha que varrer toda tarde, quando saía. A cama nossa era de capim. Nós fazíamos a cama de capim, estendia a coberta ali em cima, ou senão capa se estava a cavalo e dormia ali. Pra sair no outro dia. *AGB, morador de Alto Caparaó, com aproximadamente 75 anos.*

Apesar de isso não estar explícito em nenhum documento pesquisado, poderíamos concluir que os excursionistas lutavam pela criação de um parque sem moradores no seu interior. A ausência de uma posição mais explícita a respeito disso nos leva a pensar que eles não queriam se indispor com a população local antes da criação do Parque.

Os embates entre a AMPS e os moradores de Alto Caparaó eram apenas indiretos. Na realidade, a AMPS não teria procurado fazer qualquer tipo de contato com a população local (de Alto Caparaó), mas apenas com aqueles que, como o Sr. Inimá, estavam à frente do movimento pela criação do Parque.

Eu acho que o objetivo da AMPS era criar o Parque. Não tinha uma preocupação de mobilizar a população e sim criar em si o Parque, porque achavam que criando o Parque estariam resolvidos muitos problemas não é? Só que não foi bem assim! *MBE, funcionário do Parna Caparaó, com aproximadamente 55 anos, 2002.*

A partir de 1960, em virtude dos resultados negativos, a campanha em prol da criação do Parna Caparaó enfraqueceu. Com a proximidade das eleições presidenciais, todas as atenções do país estavam voltadas para este evento no qual Jânio Quadros era a atração principal. Foi durante uma visita de campanha a Manhumirim, município próximo à Serra do Caparaó, que o presidente se deparou com um grupo de excursionistas da AMPS e da cidade de Alegre, tentando expor suas ideias de criação do Parque Nacional do Caparaó. De

acordo com os depoentes, Jânio ouviu atentamente as explicações dos jovens. Em seguida, teria torcido o bigode e dito: “Escreve isso aí num bilhete”. Os excursionistas assim o fizeram. Pegando o bilhete, Jânio o embolou e o colocou no bolso. Essa atitude praticamente acabou com a esperança dos excursionistas, que imaginavam que aquele papel embolado iria rapidamente para o lixo. Nunca imaginariam que esse mesmo homem decretaria a criação do Parna Caparaó, em maio de 1961.

Depois que acabamos de expor nossas ideias, o Jânio disse: Escreve isso aí num papel. Nós escrevemos e o entregamos e sabe o que ele fez? Embolou o papel e jogou no bolso, pensei que nunca mais ele pensaria no assunto, mas, para a surpresa de todos, no ano seguinte o Parque estava decretado. *SG, um dos fundadores da AMPS, com aproximadamente 70 anos.*

Em 15 de junho de 1960, um dos fundadores da AMPS recebeu um telegrama do Serviço Florestal, requerendo a sua presença no Rio de Janeiro a fim de discutir a respeito da criação do Parque e que áreas abrangeria.<sup>252</sup>

Em 1961, o presidente da República Jânio Quadros, através de seu secretário particular, telegrafou ao presidente da Associação Rural de Presidente Soares, informando que o Chefe de Governo determinou às autoridades competentes o estudo da possibilidade de criação do Parque Nacional do Caparaó. O então Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Abel Rafael Pinto, em ofício de 24 de março, comunicou as primeiras providências para o levantamento das áreas que deveriam ser doadas ao Ministério da Agricultura para a instalação do Parque Nacional do Caparaó. Além disso, o estado do Espírito Santo já havia se disposto a doar uma área já legalmente reservada para esse fim, de cinco mil hectares, de acordo com o Secretário da Agricultura Napoleão Fontenele da Silveira. Também na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado Batista Miranda fez um projeto

---

252 Telegrama enviado pelo Serviço Florestal a um dos fundadores da AMPS, 15 de junho de 1960.

autorizando a doação de terras devolutas estaduais ao Ministério da Agricultura, para a criação do Parque.

### ***5. A criação do Parque Nacional do Caparaó***

Finalmente, anos de luta pareciam chegar ao fim. O Decreto Federal nº 50.646, de 24 de maio de 1961, criando o Parque Nacional do Caparaó, instaurou um clima de euforia entre todos aqueles que batalharam por isso. Em comemoração à criação do Parna Caparaó, a AMPS, por sugestão do ex-presidente da União Brasileira de Excursionistas - UBE - em combinação com o Colégio Evangélico de Presidente Soares, organizou uma Concentração de Excursionistas no Caparaó. Foi escolhido o mês de julho por ser o mais propício para excursões ao Pico da Bandeira. Para incentivar a vinda dos excursionistas foram oferecidas hospedagem e alimentação gratuitas a 300 “lagartixas” – como também eram chamados os montanhistas ou excursionistas.<sup>253</sup> De acordo com o diretor da AMPS, uma vitória como essa não poderia ficar sem comemoração. Eles sabiam que a criação era apenas o começo, restava agora a aprovação das verbas e a criação de toda uma infraestrutura que viabilizasse a visitação ao Parque e à região. Caminhavam agora para uma outra batalha que, mal sabiam eles, seria muito mais difícil.

Quando da criação do Parna Caparaó, foi incluída uma verba de dez milhões de cruzeiros no orçamento da União para a sua implantação.<sup>254</sup> Porém, ela nunca foi liberada. À revelia do diretor do Parque, o engenheiro agrônomo João Maria Belo, a verba foi reduzida para 5 milhões e depois para 2 milhões e meio. Mesmo assim, o então diretor reclamava que esse dinheiro ainda não havia sido liberado.

---

253 Caparaó. *O Globo*. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1961.

254 Verba de 10 milhões para o Parque de Caparaó. *Correio da Manhã*, 03 de Janeiro de 1959.

Em 1965, a AMPS continuava a denunciar o abandono em que estavam as obras para a instalação do Parque Nacional do Caparaó<sup>255</sup>. A verba prometida desde o início não era liberada, impedindo o prosseguimento das obras por falta de condições materiais. Indignados com essa situação, excursionistas de toda região organizaram um memorial ao ministro da Agricultura e aos governos mineiro e capixaba para reiterar os pedidos de providências em favor do turismo na região.<sup>256</sup>

De 1961 a 1978, o Parque só existia no papel. As desapropriações ainda não haviam sido feitas e o Parque não estava efetivamente implantado. Entretanto, em meados da década de 1970, começaram os estudos para demarcação da área do Parque e possíveis desapropriações. Reacenderam-se as esperanças daqueles que, por tanto tempo, lutaram pelo Parque.

No final da década de 1970, com a possibilidade da verdadeira implementação do Parna Caparaó e da retirada das pessoas do seu interior, um dos fundadores da AMPS resolveu construir um grande hotel no então Arraial de Alto Caparaó, próximo à entrada do Parque. As obras se iniciaram em 1977. Em 1979, o hotel estava aberto ao público.

Aqui não tinha estrada, não tinha acesso nenhum! Eu lembro quando começou a construção desse hotel; foi uma verdadeira epopeia! E hoje está ai Tem asfalto, tem infraestrutura, o Parque foi criado, está completando a implantação da sua infra. Mas no princípio todo mundo achou uma loucura! Como podia construir um hotel daqueles num fim de mundo. *LM, funcionário do Parna Caparaó, com aproximadamente 55 anos.*

---

255 Esta foi a última notícia que conseguimos a respeito da atuação da AMPS. A Associação, aos poucos, foi se desfazendo e seus membros tomando outros caminhos.

256 Parque é só promessa no Caparaó. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1965.

## ***Conclusão***

Durante os três primeiros anos de pesquisa, tínhamos como pressuposto que o Parque Nacional do Caparaó havia sido criado por um decreto à revelia da sociedade civil, que nessa época era fraca e desorganizada. Mas, em dezembro de 2002, deparamo-nos com uma rica documentação mostrando uma história bem diferente. Em princípio, percebemos que cientistas tiveram mais interesse pela região do que outros visitantes. A região representava um imenso laboratório no qual poderia se apreender muito, principalmente, na área de biologia e geologia.

A partir da década de 1920, iniciou-se uma discussão sobre a necessidade de conservação da região para que ficasse protegida da devastação a que vinha sendo submetida. O próprio Serviço Florestal, na década de 1940, alertava sobre a devastação que estava ocorrendo na Serra, tornando –se mais difícil observar qualquer resquício de mata virgem na região.

Do final da década de 1940 a 1961, um pequeno grupo de pessoas, porém insistente, mobilizou-se em prol da criação do Parque Nacional do Caparaó, utilizando para isso os meios de comunicação e a esfera política. Descobrimos, então, que houve de fato uma mobilização de parte da comunidade do entorno para que o Parque fosse criado. Apesar de o governo ter se antecipado na década de 1940, com o Serviço Florestal, realizando excursões à Serra a fim de verificar as possibilidades de criação de um parque nacional. Foi a insistência dessas pessoas apressou a criação do Parque, já que não havia vontade política por parte dos diversos presidentes e do legislativo.

Em todo esse movimento ficou evidenciado o envolvimento mais substancial de pessoas de fora de Alto Caparaó. Para entendermos o porquê disso, temos que nos lembrar

que, nesse momento, Alto Caparaó era apenas um lugarejo e as pessoas, quase sem acesso aos meios de comunicação, não tinham contato com as novas ideias de proteção da natureza e incentivo ao turismo que circulavam pelo Rio de Janeiro. Diferente, no entanto, de Presidente Soares onde, o acesso a essas informações provocava a discussão e a reflexão a respeito desses temas.

A relação dos moradores de Alto Caparaó com a Serra dizia respeito à produção, pois dela tiravam o sustento, através da agricultura, extração madeireira e pecuária. Era difícil para essas pessoas aceitarem outro tipo de utilização dessas terras. Mesmo sendo comum elas se tornarem guias de eventuais visitantes, não se pensava que esse poderia ser um negócio lucrativo ou uma base viável de desenvolvimento para a região.

Por outro lado, o grupo que lutava pelo Parque não tinha esse tipo de relação com a Serra e, sim, de admiração e uso para a visitação. A Serra do Caparaó, desde o princípio, representava um lugar para se visitar e admirar. Não precisavam dela para a sua subsistência. Ao mesmo tempo, eram influenciados e incentivados pelas ideias conservacionistas e de incentivo ao turismo que circulavam pelos periódicos do Rio de Janeiro. Com a possibilidade de uma nova alternativa de desenvolvimento para a região, que fugisse do perigo da monocultura, agarraram-se à causa pelo Parque.

Os excursionistas, a partir da década de 1950, além de leitores atentos dos periódicos cariocas, tornaram-se autores de vários artigos, nos quais propagandeavam as belezas de Caparaó e seus objetivos de transformá-la num parque nacional.

Além da mídia, recorreram também 'política'. Realizaram estudos sobre as belezas e sobre a importância de se preservar a serra e entregaram esses relatórios para membros do legislativo com a esperança de que deputados estaduais e federais se mobilizassem em prol desse objetivo. Entretanto, a falta de vontade política do legislativo e do executivo frustrara

as esperanças dos excursionistas. Mesmo assim, continuavam escrevendo aos jornais cariocas com artigos sobre Caparaó. Além de realizar excursões à serra e mobilizações através de eventos e palestras para a comunidade de Presidente Soares, atual Alto Jequitibá. Em nenhum momento de nossa pesquisa, evidenciou-se qualquer tipo de relação da AMPS com a população de Alto Caparaó. Provavelmente, receavam a possibilidade de conflitos com os moradores que utilizavam a Serra para outros fins.

Em 1960, com a ida de Jânio Quadros a Manhumirim em campanha presidencial, os excursionistas aproveitaram a oportunidade para expor a ideia de criação do Parque Nacional do Caparaó. Só não imaginavam que no próximo ano aquele mesmo homem que embolara o papel onde estavam escritos os objetivos dos excursionistas com relação ao Parque e o colocara no bolso, seria o autor do decreto que, finalmente, criaria o Parna Caparaó.

Com a criação do Parque, muitas expectativas foram frustradas. O decreto que criava o Parque não viabilizava a sua concretização. As verbas não eram liberadas, a infraestrutura tão sonhada ficou apenas no papel e as estradas continuavam poeirentas e esburacadas, nada convidativo aos visitantes. Isso tudo fez com que esse grupo se desfizesse, se desencantasse dos seus sonhos e tomasse outros rumos. Além disso, a ditadura nos anos 1960 dificultava as movimentações e demandas civis. Só com a efetiva implementação do Parque, em 1979, e a melhoria das estradas na década de 1980 é que parte dessas pessoas voltou a acreditar naquilo por que tanto lutou. .

Pode-se concluir que o objetivo desse grupo não deixava de ser pragmático, apesar de seu discurso enfatizar a necessidade de proteção da natureza. Para eles, a preservação da Serra do Caparaó era imprescindível, não por seu valor intrínseco como natureza, mas por seu valor como um polo de atração turística. Se os dois fatores pudessem andar juntos, melhor ainda. Assim, a relação com a natureza permanecia utilitarista, mudando apenas o modo

como ela seria utilizada. Antes para o extrativismo, a criação de gado e as culturas agrícolas; agora para o turismo.

Com as desapropriações, os moradores da área onde foi criado o Parque tiveram de se mudar para outros lugares, levando consigo suas histórias e modos de vida. E são essas histórias e vivências anteriores à efetiva implantação do Parna Caparaó que abordaremos no próximo capítulo.



### ***Capítulo 3 – OS MORADORES E O PARQUE***

Este capítulo trata da visão dos moradores de Alto Caparaó, município onde se encontra a principal entrada para o Parna Caparaó. Faremos um estudo da cultura material de Alto Caparaó. Entendemos como cultura material<sup>257</sup>

a objetivação das necessidades do ser humano nas suas múltiplas relações com seu universo vivencial, de criar/produzir os insumos, artefatos, instrumentos/tecnologia que dizem respeito às suas experiências cotidianas que povoam e marcam a história. [...] Tecnologia, utensílios, objetos de adorno, utilitários, arte, ferramentas, receptáculos, maquinaria, insumos dos mais simples aos mais complexos.<sup>258</sup>

Dessa forma, o capítulo poderia ser considerado como uma breve análise de como foi a ocupação e o uso da área onde hoje se encontra o Parna Caparaó, no final do século XIX até a saída definitiva dos moradores do interior do Parque, no início da década de 1980. Essa análise contou com a ajuda de moradores do município de Alto Caparaó, alguns deles antigos moradores da área hoje pertencente ao Parque. Sem nos determos em uma ampla revisão bibliográfica, o que extrapolaria os limites dessa dissertação, procuramos, em fontes primárias, flashes da história de Alto Caparaó que poderiam auxiliar na compreensão da ocupação da região. Visando dar voz a essas pessoas, muitas vezes colocaremos no texto os seus próprios depoimentos transcritos, principalmente daqueles que forem mais representativos da visão geral da população.

---

257 Como excelentes exemplos de trabalhos que levam em consideração a cultura material podemos citar, entre outros, LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montailou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294 – 1324)*. Lisboa: Edições 70, 1975. DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (séc. VII – XII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

258 FUNARI, Pedro Paulo de Abreu (org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Coleção Ideias, 1998, p. 63.

Uma questão que se impõe é a de como seria a relação entre homem e natureza e o modo como eles se alteram mutuamente em Alto Caparaó. Trabalharemos com a ecologia cultural, ou seja, “o estudo de como se deram as adaptações humanas ao ambiente por meio de mecanismos culturais”.<sup>259</sup> Analisaremos, a partir das inter-relações humanas e dos processos naturais, muitas vezes convivendo harmonicamente, outras vezes em conflito, “os seus traços mais característicos, os seus tipos mais representativos [...] os seus métodos de exploração da terra, ou de seus animais pelos homens e dos homens uns pelos outros”.<sup>260</sup> De modo geral, enfocaremos a relação dessa comunidade com a região habitada, pois as regiões devem ser compreendidas “dado o que há nelas de efeito ou criação de influências humanas, isto é, históricas e de cultura, limitadas, é claro, pelas condições regionais de clima, de solo, de vegetação, de topografia, de vida animal”.<sup>261</sup>

De acordo com Drummond, “a espécie humana é tenaz exploradora de recursos e conta com uma ferramenta de eficácia única para isso, a cultura”.<sup>262</sup> Dessa forma, estudaremos como essa população buscou, ao mesmo tempo, adaptar-se às condições impostas pela natureza e usufruir de tudo aquilo que ela poderia oferecer ou possibilitar através da intervenção do homem. Analisaremos, então, como teria sido o manejo da Serra do Caparaó pela população local ao longo do século XX. Entendemos que manejo “refere-se

---

259 MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 394.

260 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. XX.

261 FREYRE, Gilberto. *Nordeste...* p. XXIII

262 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 26.

ao plano de ação, intencional ou não, com que uma população utiliza-se de recursos sociais e ambientais. Usado como sinônimo de estratégia ou ajuste de comportamento”.<sup>263</sup>

Abordaremos a história da cultura material desse município a partir das três formas principais que a população local encontrou para usufruir os recursos naturais da Serra do Caparaó: a exploração madeireira, a criação de gado e a plantação de café. Isso não quer dizer que não existiram outras formas, nem que elas não fossem importantes, e sim que foram essas três as que mais se refletiram na paisagem onde hoje se localiza o Parna Caparaó. Apesar de abordarmos separadamente cada forma de ocupação, elas não aconteceram de forma simultânea e interligada. Em diferentes épocas, uma ou outra adquiriu maior ou menor importância para a economia local. Através dessas três, acima citadas buscaremos mostrar qual foi a repercussão da criação e posterior consolidação do Parna Caparaó entre a população e como isso afetaria a vida dessas pessoas.

### ***1 - Viajando pela Zona da Mata***

Estudos realizados na Zona da Mata mineira concluíram que o revestimento vegetal nativo dessa região era o de mata contínua.<sup>264</sup> Foi devido a essa fisionomia da vegetação natural que essa região recebeu o nome tradicional que ela ainda conserva. No século XVIII, devido à exploração aurífera, todo o sertão leste de Minas Gerais, englobando a Zona da Mata, era considerado “área proibida” para permanência e para passagem. Ao longo desse século, a região serviu como barreira natural ao “descaminho do ouro”. Por um lado, devido à densidade das matas, por outro, por causa de seus moradores, índios botocudos e puris que

---

263 MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 397.

264 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

defendiam violentamente o seu território. Ao lado dessas questões, havia ainda, por parte do Estado, uma política de manter fechada essa região. Foram esses impedimentos políticos, muito mais do que os naturais, que seguraram por tanto tempo a ocupação da Zona da Mata. Prova disso é que, a partir do momento que optaram por seu desbravamento, os obstáculos foram “facilmente” transpostos.<sup>265</sup>

Entretanto, com a crise na mineração, a Metrópole buscou estimular outras possibilidades de aproveitamento da região, que havia perdido sua função. De acordo com CAMRAIA, diversos estudos foram realizados no intuito de se conhecer melhor as suas potencialidades. Visto que era possível e, também lucrativo, investir no leste mineiro, principalmente na área agrícola, ele assumiu um lugar de destaque no discurso oficial, na forma de um projeto colonizador. O projeto de Athayde Mello propunha que incentivos fossem necessários à colonização da região, desde isenção de dízimos e impostos, perdão de dívidas e, até mesmo, distribuição gratuita de terras ou a preços módicos.<sup>266</sup>

No entanto, não bastou a suspensão da interdição que havia em relação à Zona da Mata para começar o seu povoamento enquanto zona pioneira. Até o século XIX, a região continuou por muito tempo com baixa densidade demográfica. Faltava um impulso econômico que incentivasse o avanço pela região. A cafeicultura significou esse impulso em meados do século XIX.<sup>267</sup> Foi essa mesma cafeicultura, como extensão da que se instalou no

---

265 VALVERDE. Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais...

266 CAMBRAIA. Ricardo de Bastos, MENDES. Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, UFMG, nº 6, 1988.

267 VALVERDE. Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

Vale do Paraíba do Sul que conferiu uma unidade econômica à Zona da Mata, no contexto da região sudeste no oitocentos.<sup>268</sup>

Em 1840, o café “lançou alguns braços pela Serra do Mar acima, atingindo terras de Nova Friburgo, Cantagalo e Bom Jardim”<sup>269</sup>, na província do Rio de Janeiro. Nesses municípios, muitos dos ancestrais dos moradores de Alto Caparaó e de outros municípios da região tiveram contato com a rubiácea, fazendo com que levassem a técnica de plantio do café quando decidiram partir em busca de terras férteis e baratas pelas bandas da Zona da Mata mineira.

Do ponto de vista da fertilidade, pode-se considerar que, ao iniciar-se a exploração, os solos da Zona da Mata eram moderadamente férteis. Muito provavelmente seriam ácidos, mas com bom teor de húmus, proporcionado pela floresta. Tinham argilas compactas, resistentes à erosão, mas, ao mesmo tempo, os terrenos, por serem muito inclinados, facilitavam a erosão pela água<sup>270</sup> demandando, assim, cuidados.

A ocupação da Zona da Mata (FIG. 14) procedeu de duas frentes: uma vinda do oeste, e outra do sul, com direção ao nordeste, tendo como ponto final da marcha pioneira o atual município de Manhuaçu. Chegando ao vale do rio Carangola na década de 1870, o povoamento veio se alastrando por mais duas décadas até o vale do rio Manhuaçu, tornando-se essa região grande produtora de café, a ponto de ser constatada, em 1905, a primeira crise

---

268 LAMAS. Fernando Gaudereto, SARAIVA. Luiz Fernando, ALMICO. Rita de Cássia da Silva, A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia. [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)

269 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p.130.

270 VALVERDE. Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

local de superprodução.<sup>271</sup> Apesar dessa crise, em 1920, Manhuaçu e Carangola ainda eram considerados os principais municípios mineiros produtores de café.

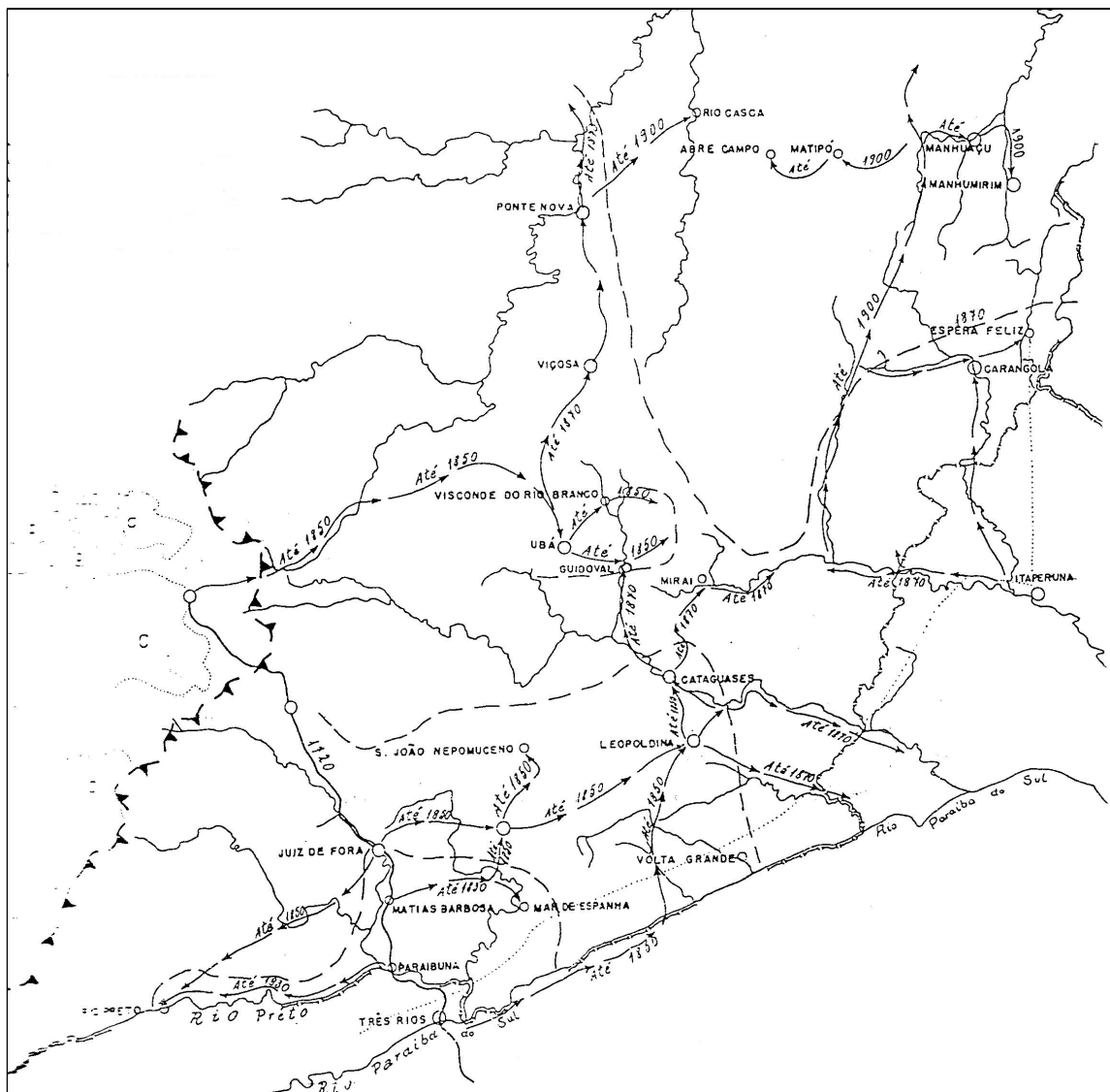


Figura 14 – Mapa da marcha de povoamento na Zona da Mata.

FONTE: VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

271 VALVERDE, Orlando, Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais...

A princípio, antes mesmo da exploração cafeeira, a região nordeste da Zona da Mata já estava sendo ocupada por imigrantes fluminenses<sup>272</sup> com uma economia ligada ao extrativismo. Entendemos por extrativismo “o sistema de manejo baseado na exploração periódica de recursos naturais renováveis, sem esforços de reinvestimento na região para assegurar sua produtividade ou desenvolvimento prolongado”.<sup>273</sup> Esses pioneiros extraíam da região principalmente ervas medicinais, as chamadas “drogas do sertão”. Entre as mais conhecidas estava a poaia, uma erva com propriedades eméticas, utilizada mundialmente no século XIX para tratar casos onde era necessário que o paciente provocasse vômitos. A sua exploração foi tão intensa que não conseguimos mais ver quase nenhum exemplar dela nos lugares onde outrora existia com fartura.<sup>274</sup>

A região nordeste, como grande parte da Zona da Mata, posteriormente foi ocupada por imigrantes fluminenses que sonhavam em enriquecer graças ao chamado ouro verde. O solo mineiro, considerado fértil e próprio para qualquer cultivo, era o chamado que faltava. Como o café partiu das regiões fluminenses para as terras da Zona da Mata mineira, podemos analisar que o fator natural teria facilitado essa empreitada: se o solo não fosse adequado à agricultura, talvez, a marcha pioneira não se daria da maneira como se deu.<sup>275</sup>

No decorrer do século XIX, as matas foram derrubadas para dar lugar às fazendas. Essas eram, tanto quanto possível, autossuficientes no que diz respeito a produtos

---

272 LAMAS. Fernando Gaudereto, SARAIVA. Luiz Fernando, ALMICO. Rita de Cássia da Silva, A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia, . [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)

273 MORAN. Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 395.

274 LAMAS. Fernando Gaudereto, SARAIVA. Luiz Fernando, ALMICO. Rita de Cássia da Silva, A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia. . [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)

275 MERCADANTE. Paulo, *Crônica de uma comunidade cafeeira*. Carangola: o Vale e O Rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

alimentares. Alguns produtos industriais como sal, tecidos, objetos de metal, fósforos, querosene, cordas tinham de ser comprados em municípios que já contavam com um centro comercial, como Carangola.<sup>276</sup>

A economia cafeeira da Mata colocou a região mais próxima do estado do Rio de Janeiro, já no século XIX.<sup>277</sup> Antes da chegada do trem à região, toda a produção agrícola era encaminhada para o litoral através das tropas de muares. Com a evolução ferroviária na Zona da Mata, a produção passou a ser transportada via férrea. De modo geral, essas vias de transporte construídas na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX contribuíram de maneira decisiva para o povoamento da região. Antes, porém, o trem seguia sempre o caminho das plantações de café, ou seja, só havia interesse em construir linhas ferroviárias em lugares onde houvesse demanda para o transporte da produção agrícola, principalmente do café. Áreas que não produziam ficavam relegadas a segundo plano e com baixo povoamento. Devido ao café, a Zona da Mata foi responsável, em 1870, por mais de 60% da arrecadação de provincial, chegando a 78,02% da arrecadação estadual em 1920<sup>278</sup>, adquirindo ainda mais importância no contexto estadual.

As estradas de ferro tornaram-se uma obsessão na Mata e em todo o Estado. Todos os mineiros compartilhavam a noção, tão comum no século XIX, de que a locomotiva prometia ser um agente da civilização e do progresso. Mas, pelos meados da década de 1880, somente a Zona da Mata comparando ao restante de Minas Gerais podia orgulhar-se de ter uma rede bem desenvolvida. [...] Já em 1890 a Mata podia apontar o crescimento

---

276 BLASENHEIM. Peter, A Zona da Mata Mineira...(1870-1906). In: V Seminário de *Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

277 BLASENHEIM. Peter, A Zona da Mata Mineira (1870-1906). In: V Seminário de *Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

278 LAMAS. Fernando Gaudereto, SARAIVA. Luiz Fernando, ALMICO. Rita de Cássia da Silva, A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia. . [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)



quadruplicado da exportação de café como justificativa da continuação do apoio público à expansão da rede regional.<sup>279</sup>

Apesar disso, devido a problemas financeiros, a qualidade do serviço da Estrada de Ferro Leopoldina sofreu uma queda brusca durante a década de 1890. A companhia declarou falência em 1897, sendo reorganizada no ano seguinte como empresa inglesa a Leopoldina Railway, prolongou seus trilhos até Manhuaçu, marco final da marcha pioneira pelo nordeste da Zona da Mata.<sup>280</sup>

Na Zona da Mata, o desmatamento nas encostas dos morros era feito com machado, fogo e técnicas rudimentares. O objetivo era ‘abrir’ terra para plantação de café, sem qualquer preocupação sobre os efeitos. Como já foi explicitado em capítulos anteriores, a imprevidência era característica comum não só na Zona da Mata, como em todo o país. Ao longo dos anos, a Zona da Mata, que recebeu esse nome devido à sua densa cobertura florestal, passou a fazer jus, cada dia menos, a esse nome, passando de mata contínua a pequenas formações de mata secundária<sup>281</sup>, separadas por vastas áreas cultivadas.

A Zona da Mata foi submetida a um desmatamento generalizado desde o século XIX, de forma que, ainda na década de 1950, só os cumes de algumas elevações tinham manchas acanhadas de matas. Mesmo assim, essas manchas de florestas residuais eram, todas elas, secundárias. Isso foi facilmente verificado por causa das numerosas copas de embaúbas (*Cecropia sp.*) brancas ou prateadas, que se encontravam em meio à formação florestal (como a embaúba precisa de luz solar para se desenvolver, nasce e prospera rapidamente justamente onde a floresta foi derrubada.) Em duas excursões de reconhecimento que o geógrafo Orlando

---

279 BLASENHEIM. Peter, A Zona da Mata Mineira (1870-1906). *Centro de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 05.

280 BLASENHEIM. Peter, A Zona da Mata Mineira...

281 VALVERDE. Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

Valverde realizou à Zona da Mata na década de 1950, incluindo a Serra do Caparaó, não observou, uma só vez, qualquer resto da mata virgem.<sup>282</sup>

## ***2 - Uma parada em Alto Caparaó***

No começo do seu povoamento, a partir da metade do século XIX, Alto Caparaó ainda era um lugarejo com algumas poucas casas e pequenos sítios (FIG. 15). Os moradores se dedicavam ao cultivo para a subsistência e à pequena criação de animais, como bois, porcos, cabritos, cavalos e galinhas. As grandes propriedades sempre foram mais exceção do que regra na Serra do Caparaó.<sup>283</sup>



FIGURA 15 - Exemplo de como era antigo sítio com paiol e curral.  
Observa-se ao fundo casa de esteio, suspensa para melhor proteção contra o frio.  
Foto da década de 1960, aproximadamente.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

A economia girava em torno dessa produção. As propriedades familiares eram praticamente autossuficientes e o que não podia ser conseguido da terra e dos animais como

---

282 VALVERDE, Orlando, Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais...

283 Informações obtidas a partir da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 11, 14, 19, 22, 23, 25, 31, 32, 33, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 54 principalmente.

sal, querosene, e tecido, era comprado em Carangola. Na maioria das vezes, as próprias famílias produziam também o algodão com o que teciam suas roupas.<sup>284</sup>

Aqui tinha umas oito casas, muito ruins. Não tinha estrada nem gente. A gente andava o dia inteiro nos trilhos, andava a cavalo, a pé e não encontrava ninguém. Como as coisas mudaram! As águas eram muito boas! A casa era cercada de mato. A gente andava o dia inteiro aqui para ir a qualquer lugar; Presidente Soares, Manhumirim ou Caparaó e para o lado de Carangola. NP, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 80 anos, 1992.

Em Alto Caparaó, a terra fértil, devido à cobertura vegetal recém-desmatada, garantia que quase tudo que fosse plantado dessem bons frutos. A água dos rios era abundante. Somada a uma boa distribuição orográfica, que permitia a irrigação natural das plantações.

A grande maioria das propriedades era de pequeno porte, os chamados sítios.<sup>285</sup> Além disso, o padrão de ocupação humana nos sítios de Alto Caparaó era “esquemáticamente o seguinte: a estrada seguia a parte inferior da encosta; a partir da casa, o cafezal ora com milho intercalado, ora separado do milharal, sobe o morro. Mais acima, pastos com pouco gado e, em seguida capoeirões e matas secundárias até o alto.”<sup>286</sup>

O tipo de ocupação de Alto Caparaó seguia o modelo mais frequentemente encontrado na Zona da Mata, *Strassendorf* (agrupamento linear, ao longo de uma rua).<sup>287</sup>(FIG. 16) No caso de Alto Caparaó, a avenida localizada ao longo do município que, atualmente, chama-se Avenida Pico da Bandeira, segue do início do município até a rua que

---

284 Informações obtidas a partir da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 11, 14, 19, 22, 23, 25, 31, 32, 33, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 54 principalmente.

285 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

286 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais..., p.59.

287 VALVERDE, Orlando, Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais...

vai para o Parque, como se fosse uma espinha dorsal do município. Foi a partir dessa avenida e ao longo dela, anteriormente uma pequena ruela, que se deu a ocupação do município de Alto Caparaó. Ela até hoje continua sendo a mais importante do município.



FIGURA 16 - Município de Alto Caparaó. Observa-se como a cidade segue o caminho da rua principal.  
Década de 1940.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

Mesmo com a cafeicultura, as propriedades, em sua grande maioria, eram pequenas. De acordo com Valverde, os cafeicultores de Manhumirim ao Caparaó foram os prenunciadores de um regime de propriedade baseada em pequenos sítios. Esse regime, posteriormente, se instalou e dominou mais ao norte, no Vale do Rio Doce.

### ***3 - Alto Caparaó: o campo e a madeira***

De acordo com Dean, na região da Zona da Mata mineira, desde 1850, havia um grande interesse pela extração de madeira de lei. Para tanto, nesse mesmo ano iniciou-se a fabricação de lâminas para serrar madeira na siderúrgica de João Monlevade,<sup>cidade</sup> localizada mais ao norte, na região do Vale do Rio Doce.

No então lugarejo de Caparaó Velho, como era conhecido Alto Caparaó, a extração madeireira teria sido a primeira atividade econômica voltada para a exportação com a chegada da estrada de ferro. Mas, mesmo antes de o negócio com a madeira se tornar lucrativo, os moradores já a utilizavam na confecção de casas e objetos de trabalho, como o carro de boi, o carretão, os engenhos, moinhos e teares. Praticamente todo o maquinário que existia na vida dessas famílias era produzido com madeira, o que nos traz uma indicação da síntese entre cultura e natureza e da interrelação entre o homem e o meio ambiente.<sup>288</sup> Além disso, não podemos nos esquecer de que a abertura de sítios e fazendas também exigia o desmatamento da região.

FIGURA 17 - Casa de pau-a-pique e com esteios de madeira na região do Caparaó, elevada para proteger do frio e da umidade..  
Década de 1960, aproximadamente.

FONTE: acervo do Projeto Caparaó, Coltec/UFMG.

As casas eram feitas de madeira, do assoalho ao esteio. Até o telhado era construído com pequenas tábuas de madeira. Tudo era feito com madeira bruta, cortada ou rachada dentro da mata pelos próprios moradores. As paredes eram de pau-a-pique. Trançavam as ripas umas nas outras e, quando estava tudo pronto, inclusive os marcos das portas e janelas, partiam para a colocação do adobe, material de construção preparado com argila seca ao

---

288 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

sol.<sup>289</sup> Nesse momento, o futuro morador podia contar com a ajuda dos vizinhos para finalizar a casa. Era a hora de barrear a casa. Os homens buscavam o barro perto do rio. Escolhiam o mais apropriado, aquele que daria a melhor liga. Na hora de barrear, era necessário que uma pessoa ficasse do lado de fora e outra do lado de dentro da casa. Os dois jogavam o barro e o aparavam com as mãos, tirando o excesso e dando o acabamento. Isso era feito até que toda madeira fosse tampada.<sup>290</sup>

Enquanto os homens trabalhavam na casa, as mulheres preparavam quitandas e quitutes para todos. Faziam cubu, rapadura, bolos, broas, queijos e arroz doce. Dessa forma, a ocasião de barrear a casa transformava-se num momento de sociabilidade. Chegavam a se reunir mais de 40 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. De acordo com os depoentes, mesmo sendo um trabalho exaustivo, o fato de estarem reunidos trazia uma grande euforia. Era um misto de trabalho e festa.<sup>291</sup>

A exploração da madeireira visando a exportação iniciou-se a partir de 1914, impulsionada pela instalação da Leopoldina Railway, estrada de ferro que ligava o Rio de Janeiro à Zona da Mata mineira, seguindo o caminho das fazendas de café. Alto Caparaó, que nesse momento, pouco cultivava o café, contribuía com a madeira que os moradores retiravam da mata para a instalação dessa estrada de ferro e da estação de trem no lugarejo ao lado, hoje Caparaó.

---

289 MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 390.

290 Observações feitas a partir da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFGM. Entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 31, 32, 33, 38, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 54, principalmente.

291 Observações feitas a partir da análise de entrevistas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFGM. Entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 31, 32, 33, 38, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 54, principalmente.



FIGURA 18 - Rua principal de Caparaó. Estação Ferroviária com vagão ao centro. Desta estação era despachada a madeira de Alto Caparaó para o Rio de Janeiro. Foto da década de 1960, aproximadamente.  
FONTE: Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

As madeiras aqui, eu fico até admirado! Tinha muita madeira; cedro, ipê, peroba, toda espécie de madeira boa! E eles tiravam as toras muito grossas e levavam no carretão. Tinha estrada mas levava arrastando, de qualquer maneira, levava para a Leopoldina para despachar. Se eles não pudessem levar uma tora de seis a oito metros, eles levavam de dois metros, dois metros e meio! Eles a acarretavam no carretão, punham dez, doze juntas de bois, se não desse, iam pondo mais juntas de bois, até vinte, trinta juntas, puxavam e iam embora! Aquela tora, “torona” grande mesmo e iam embora! Então, acabaram com as madeiras! As outras menores que tinham foram tiradas todas por serradores; serrando para dormentes da estrada (de ferro), aí foi acabando! *GSV, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.*

Nesse momento, a área do Parque Nacional do Caparaó e todo lugarejo eram cercados por matas de árvores imensas. Observando a paisagem hoje, essas árvpres praticamente inexistem. Alguns depoentes, com pouco mais de cinquenta anos de idade, atestaram que nunca viram madeira de lei em Alto Caparaó. Mas, antigamente, a região onde hoje se encontra o Parque era explorada, e o mesmo ocorria com toda a área circunvizinha, que podia oferecer esse tipo de madeira.

Tornou-se rara a existência dessas árvores dentro dos limites do Parque, principalmente no lado mineiro, área que foi mais devassada.

É, arrancavam daqui mesmo. Esta aba de serra aí tinha tora mesmo! Você vê; os jovens de hoje não acreditam nisso! Porque eles não viram! Eles só veem as árvores fininhas! *JBO, morador de Caparaó, aproximadamente 85 anos, 2000.*

De acordo com os antigos moradores, a região tinha uma grande diversidade e quantidade de madeira de lei que, a princípio, foi utilizada na confecção de dormentes para a linha férrea. Posteriormente, toda essa madeira foi sendo transportada pelo trem de ferro para o Rio e, depois, exportada.<sup>292</sup>

Aqui era mata virgem, depois que pegou a devassar, tirando muitas toras não é? Era garapa, peroba, ipê, braúna...E devassou muitos anos! *AMB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 1992.*

Ah! Madeira. Toda madeira que o povo encontrava. Era Capixingui. Peroba para esteio. Era Capixingui, era dragua. Muita coisa de madeira fraca, branca, para depois servir para lenha. Mas tinha toras de cedro, de um homem não enxergar o outro do outro lado! Saía daqui, ia para Caparaó Novo e botava nas pranchas para fazer a tal estrada de ferro! Aquilo lotava cada uma besta medonha de madeira e saía, ia para o Rio, para São Paulo. Ia para todo lado! Era espantoso o Caparaó de tanta madeira que saía! Três, quatro, cinco carretões, com até vinte juntas de bois, quer dizer, tinha madeira tão pesada que podia gastar até 40 bois para aguentar puxar. *OLB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 80 anos, 1992.*

Toda essa madeira era cortada na própria mata, pois o transporte era feito no lombo de burros e nos carretões de bois e, de forma alguma, esses animais suportariam o peso, que podia chegar a toneladas, antes de as árvores serem cortadas em vários pedaços menores. Para trabalhar com a madeira na mata, os madeireiros construía estaleiros, o que facilitava o corte e o beneficiamento da madeira. A madeira era cortada de acordo com a sua utilidade

---

292 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 28, 32, 33, 38, 42, 44, 46, 50, 51, principalmente.



final: lenha, esteio, dormente, etc. Era um processo rudimentar, mas demandava técnica e atenção para que ficasse bem feito.<sup>293</sup>

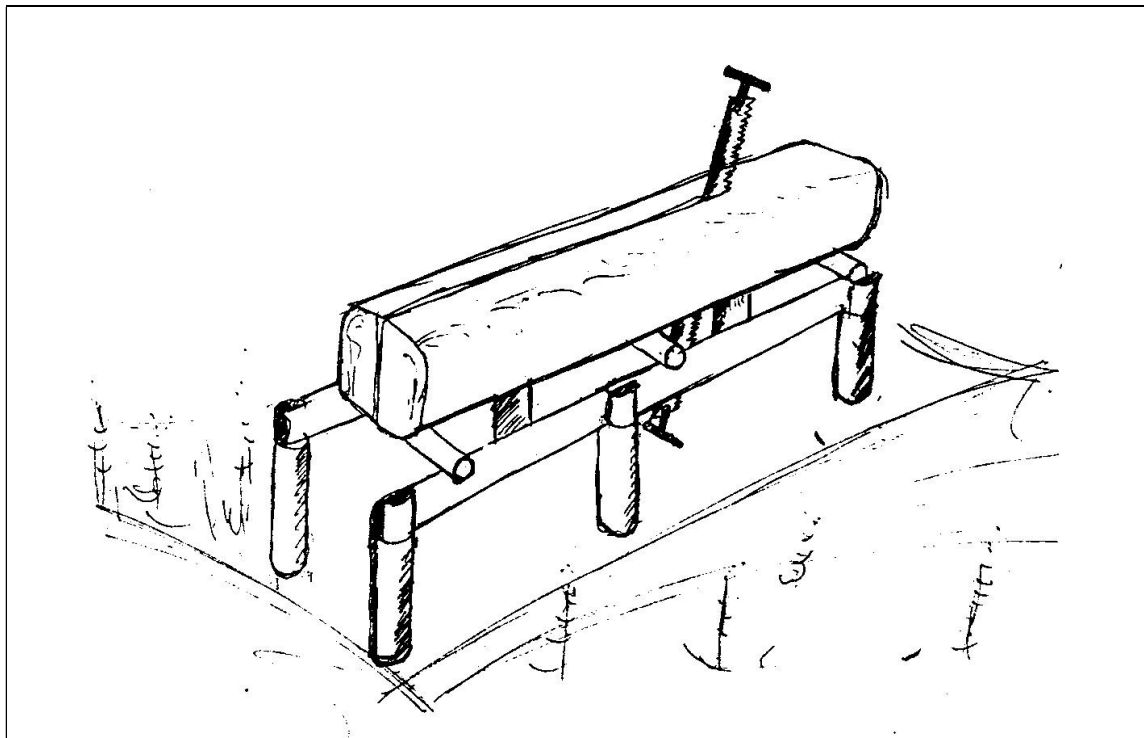


FIGURA 19 – Modelo de estaleiro construído dentro das matas da Zona da mata, usado para cortar madeira.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó. Coltec/UFMG.

A madeira podia também ser trabalhada nas serrarias que aos poucos foram sendo montadas próximas ao lugarejo, desde a década de 1940 até mesmo depois da criação do Parna Caparaó.

---

293 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 28, 32, 33, 38, 42, 44, 46, 50, 51, principalmente.



FIGURA 20 - Serraria em Alto Caparaó. Nota-se a grande quantidade de árvores cortadas.  
Foto da década de 1940.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

A falta de infraestrutura do município de Alto Caparaó tornava tudo mais difícil. Caminhos apertados, esburacados e cheios de pedras dificultavam o transporte da madeira pela tropa de burros, pelos carros de boi e carretões.

Levavam nos burros, assim dos lados, eles tiravam, amarravam o dormente assim, amarravam uma corda aqui, outra aqui assim e punha nas cangalhas penduradas no burro, um do lado, outro de outro. *GWO, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.*



FIGURA 21 - Transporte realizado pela tropa de burros no Parna Caparaó. Exemplo de como era o transporte antigamente. Para o transporte de madeira não utilizavam as cangalhas, amarravam os dormentes de cada lado do animal.

Década de 1990.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

O carro de boi tinha dois metros de comprimento e um metro de largura. A base de ele trabalhar eram quatro juntas de boi, mas quatro juntas de boi boas! Então o camarada lotava um carro de boi daquele para levar madeira lá no Caparaó, lá embaixo. Ele para dar duas viagens tinha que sair daqui no escuro e chegar com escuro em casa. E o boi também chegava, coitadinho, até meio bambo de tanto trabalhar, mas sempre era muito bem tratado, no outro dia o bicho estava bom outra vez. *SB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.*



FIGURA 22 – Muitas juntas de boi eram necessárias para carregar um único pedaço de tronco. Década de 1940.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

Não era nada fácil retirar toda essa madeira de dentro da mata. Os caminhos, em forma de trilhas, eram estreitos e difíceis de serem percorridos pelas tropas e carros de bois, principalmente com uma carga tão grande e pesada. Como muitos caminhos eram estreitos demais para os carretões, parte da madeira era tirada de dentro da mata pelas próprias pessoas e arrastadas até as estradas mais largas. Além disso, não podemos nos esquecer que a região é muito montanhosa e qualquer deslizamento poderia significar essa madeira rolar pela montanha, passando por cima de tudo que estivesse à sua frente.<sup>294</sup>

Era trilho. Eu trabalhei aqui desde que começou a tirar cedro aqui, porque chegou a estrada de ferro, começou a tirar cedro, não tinha caminho nenhum, era tudo arrastando! *FE, morador de Espera Feliz, aproximadamente 80 anos, 2002.*

---

294 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 27, 32, 33, 38, 42, 44, 46, 50, 51, principalmente.

Para os troncos maiores o ideal era a utilização do carretão.

O carretão é o mesmo tipo de um carro de boi, só tem que leva a tora arrastando. Aquilo era para puxar madeira nos matos; arrastar tora. Arrastava cada tora menina! A hora que o boi acabava de passar com a tora arrastando assim, se você pisasse em cima, queimava o seu pé. A tora ia correndo assim e via aquele canudinho de fumaça atrás porque esquentou o terreno e estava evaporando e dando aquela fumaça. A tora vinha arrastada. Uma parte dela vinha no chão, outra parte era em cima do carretão. *SB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.*

O ato de trabalhar com as mulas e os carros de boi vinha imbuído de todo um ritual.<sup>295</sup>

A primeira mula que seguia à frente da tropa tinha uns badalos no pescoço, o cincerro, para ir guiando o restante dos animais. Era preciso fazer o carro de boi da maneira correta, para fazer um determinado barulho enquanto andasse. Era como se ele cantasse. Isso era de muita importância para aqueles tropeiros e muito valorizado entre a população local:<sup>296</sup>

A gente atava meia dúzia de cincerros no burro da guia; esse burro da guia, ele ia andando e aquilo ia... piririm... piririm... piririm... (onomatopéia do cincerro (sinete) tocando). Naquele tempo, quando você escutava o cincerro batendo, era um burro que vinha puxando mercadoria. Os bichos tinham que ser bem cuidados. A tropa tinha que ser bonita, principalmente, a madrinha. Além disso, ia o carro de boi cantando... uuuuuu... uuuuuu... De longe você escutava, fazia tudo no capricho e a madeira que não cantasse não servia para fazer o carro. Tinha que cantar para dar prazer...(*GA, morador de Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.*)

A principal unidade de trabalho era a família e todos participavam do corte e do transporte da madeira, incluindo mulheres e crianças.<sup>297</sup>

Eu era uma menina que fazia serviço de homem, eu puxava dormentes, Essa mata do lado Vale Verde, aí do outro lado, era do meu pai. Meu pai serrou

---

295 Para saber mais sobre carros de bois ver: DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João Del Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 17, p. 71-79, 1997.

296 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFGM. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 28, 32, 33, 38, 42, 44, 46, 50, 51, 54, 55 principalmente.

297 Informações obtidas através da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFGM. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 28, 32, 33, 38, 42, 44, 46, 50, 51, principalmente.

muito ipê e fez dormentes para essas linhas de ferro que tinha aqui. Caparaó, Manhauçu, Vista Bela, por aí tudo. Eu puxava dormente, eu pegava aquilo pesado mais o meu irmãozinho menor do que eu; colocava aquilo nas cordas, na cangalha, para trazer para levar para as estradas de ferro! Meu pai derrubou muitas matas aí! Naquele tempo ninguém sabia que não podia, não é? Mas podia. Pois é, mas... eu acho que não devo falar mais; devo? Pode falar? (VRN, moradora de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 1992.)

Com essa última fala podemos notar como as pessoas se policiam ao falar sobre a derrubada das árvores. Na época em que aconteceu o desmatamento, não havia constrangimento algum em dizer que estavam cortando as árvores, mas, como hoje essa prática seria condenada, mesmo falando de um tempo passado, as pessoas passaram a ter medo do julgamento da sociedade. Durante o processo de entrevista, vários depoentes pediram que desligássemos o gravador quando iam falar sobre o desmatamento, como se o presente condenasse o passado e redimensionasse seus valores.

Para o corte de uma única árvore eram necessárias cerca de quatro pessoas, devido ao grande porte das árvores.

Na Serra do Caparaó tinha cedro lá que você podia fazer salão em cima dela, para dançar! De tão grande! É uai! Gastava três, quatro machados para derrubar em volta dela. Porque hoje tem motosserra. Naquele tempo era machado! Depois ia para o estaleiro...grande... Era uma trabalhadeira danada e precisava de sincronia para a madeira ficar certinha. Tinha que ter ciência. (DVS, morador de Espera Feliz, aproximadamente 80 anos, 2002.)

Além disso, o trabalho com o corte e o transporte da madeira era exaustivo e perigoso. Durante o corte, a madeira podia pender para o lado errado e cair em cima de alguém. Como colocou Dean, numa floresta como a Mata Atlântica, muitas vezes o corte de uma árvore acarretava a queda de outras que não se estava esperando.<sup>298</sup> Isso podia causar graves transtornos físicos e materiais. Além disso, as árvores eram cortadas com machados e serradas com grandes e afiados serrotes, não sendo raros acidentes com esses objetos

---

298 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

cortantes. Como o morador de Espera Feliz afirmou, era preciso ter ciência, ou seja, ter conhecimento sobre o que estavam fazendo para diminuir as possibilidades de erros e acidentes.

A exploração madeireira durou, do início do século XX à década de 1970, aproximadamente, e só acabou com a quase extinção dessas espécies de madeira. Nas décadas de 1950 e 1960, já era difícil ver estas árvores gigantescas na região. Revestidas outrora de mata tropical, as condições primitivas foram profundamente alteradas pela devastação. A mata tropical foi transformada numa *ghost landscape*.<sup>299</sup>

Como pudemos observar com as entrevistas e pesquisas de campo, a imprevidência fazia parte do pensamento dessas pessoas e era reforçada pela própria cultura brasileira, talvez por dois motivos. Primeiro, num país com tantos recursos naturais, as pessoas podiam ter a impressão de sua inesgotabilidade. Segundo, a tradição ibérica reforçou a ideia de que a natureza teria sido criada em função do ser humano, dando a impressão de que ele não precisaria se preocupar em cuidar dela, apenas usufruir dessa natureza:

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteava a criação da riqueza no país, não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, ‘só para a desfrutarem e a deixarem destruída’<sup>300</sup>

O Parque Nacional do Caparaó dificultou um pouco o trabalho das serrarias, mas apenas quando ele foi realmente implementado, quase 20 anos depois de sua criação, em 1961. Através do estudo da paisagem, observamos que a maioria das árvores de lei já havia sido cortada antes mesmo da criação do Parque.

---

299 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

300 HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 23 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 21.

Através da observação do Vale Verde, uma das áreas mais visitadas dentro do Parna Caparaó e um dos lugares de onde mais foi retirada a madeira, vemos que a mata secundária que se formou tem menos de 25 anos e não possui mais árvores de grande porte, como cedros, braúnas e perobas. Entretanto, não podemos ignorar o fato de que, apesar de a mata nunca mais voltar a ser exuberante como outrora, esses anos de regeneração provocaram grandes mudanças na paisagem, fazendo-nos lembrar do período anterior ao desmatamento.

Ah, a madeira, acabou quase tudo! O Parque demorou a entrar aqui e eles devassaram mesmo! Porque saía para fora! Saía para fora! Cedro, peroba, iihhh, saíram muitos carretões de peroba daqui para Espera Feliz. Caparaó Novo e Espera Feliz. (*JLM, morador de Alto Caparaó, 1992.*)

Com o início do Parque eles começaram a proibir o desmatamento, porque estava acabando árvore pura para a pessoa hoje ver lá, porque o mato, ele produz o ar que faz muita falta na respiração da humanidade. Até para a própria criação fazia falta. (*SB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.*)

Hoje em dia, as árvores com madeira de lei são tão raras que só podemos vê-las em algumas pequenas áreas preservadas. Uma dessas áreas foi transformada em Área de Proteção Ambiental<sup>301</sup> - APA - no ano de 2001. O corte dessas árvores foi proibido e algumas foram cadastradas, para assegurar que não sejam cortadas.

Oh, lá em casa, na minha fazenda, eu tenho lá umas vinte árvores já cadastradas. Aquelas lá não pode mexer. Angico, Cedro, Ipê. Estão todas cadastradas! *JBO, morador de Caparaó, aproximadamente 85 anos, 2000.*

Foi, foi tudo embora! Mas ainda existe muita mata aqui! Aqui tem o Grumarim, onde passa o asfalto lá, tem madeira mesmo! Essa aba de serra aí tem muita madeira! [Área onde se encontra a APA – Caparaó.] *MAB, moradora de Caparaó, aproximadamente 90 anos, 2000.*

---

301 Pela nova definição do SNUC, art. 15, a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Leis, decretos. LEI N° 9.985, de 18 de junho de 2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, p.4. [www.redeprouc.org.br/snuc](http://www.redeprouc.org.br/snuc)



#### *4 - Alto Caparaó: o campo e o gado*

Outra atividade econômica realizada na Serra do Caparaó foi a criação de gado. Como a cidade era dividida em pequenos sítios, não havia muito espaço para pasto dentro das propriedades. Devido a esse fato, os moradores, desde o início do povoamento do lugarejo, utilizaram a Serra do Caparaó como um grande pasto coletivo. (FIG. 23)



FIGURA 23 – Bois pastando aos pés do Pico do Cristal.

FONTE: Revista *O Cruzeiro*, 14 de março de 1973.

A partir da leitura de Thompson<sup>302</sup>, podemos analisar que as leis de uso e ocupação do Campo pelo gado eram baseadas em “direitos costumeiros”, ou seja, normas e valores socioculturais produzidos fora do âmbito positivo da lei. Mesmo que as regras básicas de

---

302 THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.



utilização da Serra do Caparaó não estivessem registradas em nenhum lugar, podemos dizer que elas estavam introjetadas naquelas pessoas e, na maioria das vezes, eram seguidas.

A área do Parque Nacional do Caparaó, chamada de “o Campo” pela população local, era utilizada coletivamente por pessoas de toda região. Para não haver problemas com a troca ou mistura das criações, todos os animais eram marcados a ferro e identificados com a marca do dono.<sup>303</sup>

Eles levavam o gado lá para a montanha. Mas para levar o gado para lá eles usavam um ferro de marca que queimava o pelo do animal com ferro quente, para não misturar a criação. Porque todos levavam, que lá é do governo, então a montanha aí o povo não pagava nada, então eles levavam e lá o gado misturava, então tinha que ter esse gado todo marcado, com aqueles ferros de marcar para não dar nenhum problema. (*MGA, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.*)

Não havia nenhum controle governamental sobre as terras e nenhuma taxa era cobrada. O pasto era farto e, nesse momento, não havia qualquer preocupação com a devastação das matas, principalmente nas altitudes mais elevadas, como o Terreirão, local hoje usado como *camping* para visitantes do Parque e que, anteriormente, era o local mais usado pelos campeiros quando precisavam passar vários dias no campo.<sup>304</sup>

O alimento preferido dos animais era uma planta conhecida como “bengala”, ainda numerosa em toda região, e para aumentar sua produção, faziam queimadas, pois acreditavam que isso fertilizaria o solo. Entendemos manejo das queimadas como o “uso intencional ou não do fogo para provocar modificações desejáveis na cobertura vegetal com o objetivo de eliminar os resíduos e acelerar sua conversão em nutrientes úteis, eliminando o crescimento

---

303 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG, principalmente entrevistas nº 02, 04, 05, 06, 09, 12, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 27, 32, 35, 38, 41, 43, 44, 53, 55.

304 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG, principalmente entrevistas nº 02, 04, 05, 06, 09, 12, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 27, 32, 35, 38, 41, 43, 44, 53, 55.

de arbustos e favorecendo o crescimento de ervas preferidas por animais de pasto”.<sup>305</sup> A queimada é outro fator que faz parte de nossa história e cultura. Em todos os momentos podemos verificar a sua utilização.<sup>306</sup>

Além da vantagem de se ter pasto bom e grátis, o Campo tinha uma característica *sui generis* que atraía ainda mais os criadores. Com um clima frio e uma altitude onde o oxigênio é mais rarefeito, o Campo tornou-se um lugar pouco propício para infestação dos animais por bernes, pulgas e carrapatos. Pelo contrário, as condições naturais controlavam ou eliminavam esses parasitas.

É. Mas lá, o gado, lá não dava aquele bicho que dá: o berne, então o gado ficava limpinho. É o clima! E lá muito alto, então esses bichinhos não prosperavam. Caiam todos. Chegava lá, com oito dias o gado ficava todo limpo! Ia caindo tudo. (*HGF, morador de Espera Feliz, aproximadamente 70 anos, 2002*).

Além do pasto, eram necessários outros cuidados com o gado. Havia um rodízio entre os criadores. De tempos em tempos, um grupo de pessoas se revezava para dar sal aos animais. Eram esses campeiros que também construíram ranchos para se abrigarem do frio, que se tornaram espaços de sociabilidade, onde os criadores se encontravam para contar “causos” e trocar experiências. (FIG. 24) Os laços de solidariedade entre essas pessoas eram fortes. Sempre cooperavam uns com os outros, independentemente de compensação financeira.<sup>307</sup>

---

305 MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 397.

306 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

307 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG, principalmente entrevistas nº 02, 04, 05, 06, 09, 12, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 32, 35, 38, 41, 43, 44, 53, 55.



FIGURA 24 – Casa de pedra no Terreirão. Originalmente construída para abrigar os campeiros. Tornou-se um importante espaço de sociabilidade. Década de 1950.  
FONTE: IBGE/RJ

Esses homens também cuidavam da aclimação do gado novo que chegava ao campo. Ajustes de aclimação seriam “discretos ajustes fisiológicos reversíveis, em virtude das modificações ambientais ou de estresse”.<sup>308</sup> No início, os animais emagreciam e só voltavam a engordar quando estavam acostumados ao clima. O clima, de acordo com os depoentes, era muito mais frio e rigoroso que hoje em dia.

E lá, as criações eram cuidadas também. Pessoas iam lá assim de quinze em quinze dias, de oito em oito dias, botavam sal para o gado e lá tinha os campeiros que chegavam. A criação... eles escutavam o toque da buzina, o toque da buzina que o campeiro tocava, eles já sabiam que era para dar sal. O gado já vinha berrando pelo campo. O sal era posto naquelas lajes assim, então o gado vinha, para o lugar de comer o sal. (*MGA, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.*)

Um dos problemas acarretados pela criação de gado no campo era a necessidade de se abrir trilhas cada vez maiores e mais numerosas para tratar o gado ou passar com ele; outro era o pisoteamento da vegetação pelo gado. O estrago era grande, apesar de, em nenhum momento, essa atividade ser usada em larga escala por latifundiários para exportação. Havia

---

308 MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 390.

muitos criadores que deixavam seu gado lá e, apesar de muitas vezes, a criação ser, apenas, uma complementação da alimentação e da renda familiar, o conjunto de todas as cabeças somavam milhares em todo o Campo e isso colaborava para um maior desgaste na vegetação.<sup>309</sup>

Aí o pessoal pegou levar o gado e aí eles faziam um mutirão e todo ano eles limpavam a trilha, limpava bem limpinha a trilha e eles todos iam a cavalo porque era difícil. Mas tinha animal por todo campo, até lá bem no alto, tanto do lado mineiro, quanto do lado capixaba. (PH, morador de Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002)

A criação de gado no campo durou décadas, desde o final do século XIX. Mesmo com a criação do Parque, em 1961, as pessoas se recusaram a tirar os animais (FIG. 25). Como era uma prática antiga não entendiam a repentina proibição. Só com a efetiva instalação do Parque, quase vinte anos depois, é que a prática foi realmente proibida e os animais foram retirados do campo.<sup>310</sup>



FIGURA 25 – Tronqueira, com cerca e porteira. Nessa época ainda se criava gado na área do Parna Caparaó. Década de 1960.

FONTE: Acervo do Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

---

309 Informações obtidas pela análise das entrevistas feitas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 05, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 38, 43, 44, 45, 51, 52, principalmente.

310 Informações obtidas pela análise das entrevistas feitas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 04, 09, 11, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 38, 43, 44, 45, 51, 52, 54, 55, 56 principalmente.

## ***5 – Alto Caparaó: o campo e o café***

Antes do século XX, o café já era plantado em Caparaó e nas partes mais baixas de Alto Caparaó, em pequena escala, se compararmos o plantio ao das grandes plantações da Zona da Mata. Nas maiores altitudes de Alto Caparaó, o café não prosperava devido às baixas temperaturas e à incidência de geadas. Como se sabe, “as geadas são subitamente letais para o café”.<sup>311</sup> De acordo com Dean, basta uma exposição dos cafezais a meia hora com 0° de temperatura, com o ar parado e úmido, para estragar toda plantação.<sup>312</sup> Com o tempo, o café passou a ter cada vez mais importância para a economia de Caparaó e Alto Caparaó, aumentando a área e a altitude em que era plantado.

Com o passar dos anos, houve, de acordo com os moradores, um aumento da temperatura e diminuição das geadas até 1.200m de altitude. O frescor da altitude passou a provocar efeitos positivos nas plantações, embora o café se desenvolvesse melhor em lugares mais sombreados.<sup>313</sup> Provavelmente, o sombreamento, provocado por uma montanha sobre a outra, na região de Caparaó, unido à altitude, representavam um incentivo ao crescimento das plantações de café. O escritor Orlando Valverde escreveu para a Revista Brasileira de Geografia em 1958 que, em Alto Caparaó, “se encontram os mais altos rendimentos dos cafezais da Zona da Mata. Não porque apliquem sistemas agrícolas superiores, mas devido à

---

311 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 130.

312 DEAN. Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

313 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

influência exclusiva de fatores naturais: altitude de 1.000 metros e solos de latossolo humoso”.<sup>314</sup>

O café era plantado até a altitude em que ele suportasse o clima. Dessa forma, grande parte das áreas com altitude menor que 1.200 m da região da Serra do Caparaó foi tomada por plantações de café. As queimadas se tornaram constantes e, principalmente, nos períodos secos e com ventos forte, o fogo se alastrava alcançando até o pico da Bandeira.

Então, em cima, o café se adaptou melhor. Ih! Muito melhor! É tanto que nós fomos arrancando lavoura nas vargens lá para fazer pasto e plantando para o alto! Adaptou melhor. A gente cortava as árvores maiores e depois colocava fogo para limpar o terreno. A terra ficava boa, só você vendo! Só não podia deixar o fogo escapar senão... (*NBS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2001*).

A cultura de café, além da queimada, demandava certas técnicas de cultivo<sup>315</sup>. Antes da plantação, utilizavam-se as balizas para demarcar a direção do cafezal que seguia morro acima.

Baliza era a direção da carreira. Para você não perder a direção. Você olhava assim: a primeira tinha que tampar as outras duas que estavam lá na frente, aí você batia a enxada e fazia a marca, aquilo ali era a linha para a plantação de café ficar toda certinha. (*SB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002*.)

Depois, era necessária uma limpeza completa do terreno. Arrancavam as árvores maiores que poderiam ser utilizadas nas benfeitorias da fazenda ou usadas como lenha. A seguir efetuavam a queimada e a limpeza final, retirando pequenos galhos e tudo que pudesse prejudicar o desenvolvimento do pé de café. Em segundo lugar, preparavam as covas para o plantio das mudas, morro acima. (FIG. 26)

---

314 VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / n.º 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958, p. 7

315 Para saber mais sobre estas técnicas de cultivo do café, a preparação do terreno até o beneficiamento, ler: DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.



FIGURA 26 – Café plantado morro acima (ao fundo) em Alto Caparaó.  
Década de 1940.  
FONTE: Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

Essas covas mediam no mínimo 20 cm de profundidade e 60 cm de largura.<sup>316</sup> Frequentemente, as mudas, com até 50 cm eram cultivadas em outros lugares. Quando chegava a hora do plantio, eram transferidas para essas covas em balainhos de taquara feitos por artesãos da própria comunidade. Essa nova opção de trabalho - a fabricação desses balainhos - serviu de ocupação para inúmeras pessoas em Alto Caparaó. Caso as mudas replantadas nas covas precisassem de adubação, usava-se esterco. Entretanto, se o solo ainda estivesse fertilizado devido à queimada, deixava-se a árvore se desenvolver por conta própria.<sup>317</sup> Em locais recentemente deflorestados, a própria biomassa queimada da floresta podia suprir as necessidades de nutrientes dos cafezais por algum tempo, dispensando adubação.<sup>318</sup> Esse era o caso de Alto Caparaó no início das plantações de café.

---

316 Informações e medidas conseguidas através de entrevistas, principalmente entrevista 02, 05, 10 e 15.

317 Informações obtidas pela análise das entrevistas feitas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 05, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 38, 43, 44, 45, 51, 52, 55, 56, principalmente.

318 DEAN. Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Quando chegava a época da colheita, aproximadamente três a quatro anos depois do plantio, todos se uniam para realizar a tarefa, homens, mulheres e adolescentes. Mesmo aqueles que não trabalhavam todo o ano na lavoura se dedicavam nesse período à colheita do café ou a tarefas complementares. No início da plantação de café em Caparaó e Alto Caparaó, o pé de café era alto, podendo chegar a mais de dois metros, assim a colheita demandava “braços longos e mãos fortes”. Bancos ou escadas eram usados para alcançar os galhos mais altos.<sup>319</sup> De acordo com Dean, o grande crescimento do pé de café se devia à baixa densidade dos cafezais nas propriedades.<sup>320</sup>

Era preciso grande número de pessoas para a colheita, proporcionando emprego, apesar de sazonal, para pessoas de toda a região. Com o crescimento da produção e a necessidade de pessoal para o trabalho, pessoas de municípios vizinhos eram chamadas no período da colheita, aumentando a circulação de pessoas na Serra do Caparaó. “Tinha vez que vinha gente de longe só para a apanha de café, muitos acabavam pegando gosto pela cidade e iam ficando...” (*ROS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 1992.*)

Depois de colhidos, os frutos eram peneirados, para separá-los dos gravetos, das folhas e de tudo que pudesse atrapalhar o beneficiamento do café ou empobrecer sua qualidade. Posteriormente, o café recém-colhido era transportado para o terreiro, espaço próximo ao local de armazenagem na fazenda, que servia para a secagem do café. Nesse terreiro, o café ficava exposto ao sol durante vários dias. Diariamente, os grãos eram remexidos para que secassem igualmente. Ao final do dia, eram recolhidos a fim de se evitar

---

319 Informações obtidas pela análise das entrevistas feitas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex. funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 05, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 38, 43, 44, 45, 51, 52, principalmente.

320 DEAN. Warren, A ferro e fogo...



o sereno da noite. Qualquer possibilidade de chuva também era motivo para o recolhimento do café.<sup>321</sup>

O problema desse tipo de plantação “morro acima” era que “os solos instáveis e o húmus florestal, localizados em encostas íngremes, quando expostos diretamente à ação das chuvas tropicais, dissolviam-se facilmente em enxurradas de lamas e detritos vegetais. As enxurradas tomavam a rota vertical da ‘paisagem fabricada’ e facilitava ainda mais a erosão maciça”.<sup>322</sup> Além disso, provocavam o assoreamento dos rios.

Até os anos 1950, principalmente, o café era plantado de forma intercalada com outras culturas, como feijão e milho, diversificando assim, as culturas e melhorando a alimentação das famílias.

Essas culturas competiam com o jovem cafezal pelos nutrientes [...] mas elas se pagavam porque produziam alimentos localmente consumidos (em regiões de difícil acesso) ou pagavam serviços de desmatamento. De outro lado, as culturas de subsistência tinham um efeito de conservação, pois cobriam trechos de solo que de outra forma ficariam expostos à luz solar, às chuvas e aos ventos.<sup>323</sup>

Em relação ao transporte do café, os muares eram os mais eficientes para esse tipo de região, onde predominam as formações montanhosas. As mulas conseguiam alcançar altitudes impensáveis para os carros de boi, ótimos para o transporte em lugares planos. Cada mula podia suportar até 130 kg de café distribuídos em dois sacos colocados no dorso do animal. Chegavam a vencer de 20 a 25 km por dia em trechos montanhosos.<sup>324</sup>

---

321 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Principalmente entrevistas 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 32, 34, 41, 43, 44, 51, 55.

322 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 107.

323 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro...* p. 111.

324 DEAN, Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Nos terrenos planos, os carros de boi eram insubstituíveis. Levavam cargas mais pesadas, eram capazes de ultrapassar caminhos enlameados. Além disso, os bois precisavam de menos pastagem, e a carga podia servir de cama para os condutores e, caso chovesse, esses podiam se abrigar debaixo do carro.<sup>325</sup>

A ferrovia representou uma verdadeira revolução no sistema de transporte brasileiro e, em consequência, na relação do homem com o que ainda restava de Mata Atlântica. Primeiro, porque as ferrovias faziam suas próprias exigências à floresta. Para que o trem pudesse seguir seu caminho, eram necessários dormentes para as linhas e lenha para a fornalha. Segundo, a ferrovia colaborou indiretamente com a devastação, pois permitia que lugares longínquos fossem ligados, dando continuidade à agricultura extensiva, principalmente do café.<sup>326</sup>

Na década de 1960, o governo federal financiava os produtores que se dispusessem a plantar somente café sem intercalar com outros produtos e implementou uma nova técnica de plantio – a plantação em curva de nível (FIG. 27), ou seja, cada fileira plantada numa determinada curva de nível, na horizontal. Os técnicos do governo garantiam que esse novo sistema proporcionava maior produção, menor erosão e menor desgaste do solo.<sup>327</sup>

---

325 DEAN, Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira...*

326 DEAN, Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira...*

327 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Principalmente entrevistas 01, 02, 06, 12, 17, 22, 28, 41, 44.



FIGURA 26 - Casa embaixo e cafezal plantando em curva de nível. Cada vez mais, as pessoas aumentavam a altura em que o café era plantado.

Década de 1990.

FONTE: Projeto Caparaó – Coltec/UFMG

Para dar início à nova plantação, foi preciso erradicar as antigas plantações, ou seja, os antigos pés de café deveriam ser arrancados pela raiz para que os novos pudessem ser plantados de acordo com a nova técnica - essa era uma das condições exigidas para se conseguir o financiamento. De acordo com sua função, o Instituto Brasileiro de Café - IBC impôs o café como monocultura.<sup>328</sup>

Dessa forma, o café, como o engenho do *Nordeste*<sup>329</sup>, repeliu tudo que não servia a ele, fazendo com que a monocultura se acentuasse cada vez mais e os poucos latifundiários da região acumulassem mais terras e lucros. Isso não impedia que mesmo os pequenos proprietários de Alto Caparaó se arriscassem no plantio do café. Quase todos os moradores se dedicavam ao café.

Na medida em que o preço do café subia, aumentava o número de pessoas que desistiam de plantar outras culturas para se dedicarem à cafeicultura. Nas últimas três

---

328 PROJETO DOCES MATAS. O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.

329 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

décadas, podemos dizer, que a cidade caminhou de acordo com o valor do café: se o preço subia, a cidade prosperava; se caía, muitos chegavam até a ir à falência. Pensando também a respeito da diversidade cultural valorizada por Freyre, podemos dizer que a monocultura do café acarretou um empobrecimento cultural inimaginável. As outras técnicas de cultivo foram se perdendo ou ficando restrita a poucos, como o cultivo de cereais, de fumo e de árvores frutíferas. Tudo passou a girar em torno do café, inclusive a prosa na praça do município.<sup>330</sup>

Aqui tinha muito terreno com outras culturas e com pastagens. Depois foi tomando o terreno, planta café... planta café... foi diminuindo! Paramos de investir em outras plantações e no gado. Eu mesmo tinha umas quinhentas reses, agora, estou com cem reses só! Que vem plantando café... plantando café e diminuindo as pastagens. Os novos não sabem da nossa lida na fazenda antigamente, quando a gente tinha que saber um pouquinho de cada coisa, agora é só café. Caparaó a vida dele é o café. Nós todos aqui vivemos do café! (*AEH, morador de Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2000.*)

Hoje é café. Mas antigamente tinha também inhame, mandioca, batata inglesa, batata doce, milho, feijão, cana, legumes e verduras de todo o tipo e tudo o quanto há de coisa para comer. Você ia daqui para o Jequitibá, você podia descer que você não passava fome. De certa em certa distância tinha uma tacha fazendo rapadura, o sujeito dava rapadura para você comer; tudo quanto há; cacho de banana madura na beira caminho, você apanhava; laranja em quantidade; hoje você não vê mais! Só café! (*AGB, morador de Alto Caparaó, com aproximadamente 75 anos.*)

Juntamente com os incentivos advindos com a nova técnica de plantar os cafezais, vieram os agrotóxicos, levando ano após ano a um uso indiscriminado, provocando uma provável contaminação de toda a região da Serra do Caparaó.<sup>331</sup> Além disso, as queimadas das matas para o plantio do café se tornaram constantes e, principalmente, nos períodos secos

---

330 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Principalmente entrevistas 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 32, 34, 41, 43, 44, 51, 55.

331 Já foram feitos estudos pela equipe do Meio Ambiente do Projeto Caparaó sobre a contaminação por agrotóxico de água e solo de Caparaó e Alto Caparaó. Os resultados ainda não foram publicados mas tudo leva a crer que inclusive a área do parque já teria sido contaminada.

e com grandes ventos, quando o fogo se alastrava alcançando algumas vezes até o pico da Bandeira.<sup>332</sup>

Paralelamente, a plantação do café em muitas propriedades ocasionou outro inconveniente para a área do Parque: ele, aos poucos, foi sendo cercado por todos os lados de plantações de café, transformando-o numa ilha natural. Isso provocou grandes transtornos à natureza, pois impossibilitava trocas genéticas de fauna e flora com espécies de outras regiões através de um corredor natural. O espaço para os animais ficava, cada vez mais restrito, limitando a sua capacidade alimentar e reprodutiva. As onças, antes numerosas, agora são poucas. Mesmo outros animais, como o macaco barbado, o mono, que eram numerosos, hoje são raros.

Lembro, tinha barbado, tinha anta, tinha queixada, porco do mato. Muitas vezes a gente via os bichinhos caírem no meio do fogo, aí não escapava, e, outras vezes, a fome fazia com que eles chegassem pertinho da gente. Tinha muito bicho com fartura! Agora acabou tudo. (*AMB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 1992.*)

## ***6 - A criação do Parque Nacional do Caparaó***

Com a efetiva implementação do Parque Nacional do Caparaó, no final da década de 1970, a desapropriação de sítios e fazendas causou revolta e indignação. A relação da população local com aquele lugar ultrapassava a utilização econômica: era o modo de vida que eles conheciam. Não era nada fácil aceitar não poder mais fazer o que se acostumou a fazer a vida inteira, principalmente naquele momento, em que o pensamento ecológico não tinha um significado na vida de grande maioria dos brasileiros. Pensar em preservar aquela área para desfrute dos visitantes e para ser objeto de estudo dos cientistas, ao invés de ocupá-

---

332 Informações obtidas através da análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-COLTEC/UFMG. Principalmente entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 13, 16, 17, 23, 27, 29, 32, 41, 43, 46, 51, 53, 55.

la como sempre fora ocupada, era inconcebível e, até mesmo, inaceitável para aquelas pessoas.

A retirada dos animais domésticos do Parque causou grande desespero entre os moradores. Quase todas as famílias tinham animais pastando no Campo, dentro da área do Parque e não tinham outro lugar para criá-los. Logo após a retirada dos animais, apenas as propriedades maiores continuaram com as criações. Os outros tiveram de vender tudo.

Aí casei e fui lutando com a vida. Pelejava de um lado, do outro. O último sítio que eu comprei foi no Vale Verde. Comprei cinco alqueires de terra ali. Ali que eu consegui aprumar um pouco. Ali eu consegui comprar, pagar, fazer casa, assentar luz, fazer pasto, curral, assentar engenho para moer cana, a gente tinha de tudo ali. E tinha uma cabritada no campo que os meninos tomavam conta, a gente tinha sempre... chegava a uma média de duzentas, duzentas e cinquenta cabeças, aí a gente vendia. Vinha para sessenta cabeças, cinquenta, deixava. Aquilo criava outra vez, foi o que me ajudou a comprar o sítio lá. Foi a criação de cabrito. Depois veio o Parque, esses troços e atrapalhou tudo. Acabou a criação de cabrito e até a propriedade que a gente gostava muito teve que vender. Aí vim, comprei aqui na rua e fiquei quieto aqui. Aqui tem vinte anos que estou morando nesta casa! (*NBS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2001.*)

De acordo com antigos diretores do Parna e moradores de Alto Caparaó, proprietários que se sentiam injustiçados ateavam fogo na fronteira de suas propriedades com o Parque, ocasionando grandes prejuízos ambientais. Até mesmo aqueles que não tinham como objetivo incendiar o Parque propositadamente o faziam, usando a coivara em suas propriedades.

É nessas serras todas, para fazer plantação! O sujeito roçava e punha fogo e ia queimando toda vida! Arrasou isso tudo! E era época de vento! Ih, queimava muita coisa! Vou te falar, minha filha, o maior destruidor da natureza é o homem! Porque se tivesse naquela época...eu sempre falo: “- Olho furado não tem cura! Furou, acabou!” (riso) Naquela época, se tivesse uma polícia para olhar isso, pessoas para controlar a turma, para não deixar botar fogo e deixar isso queimando toda vida não é? Isso ainda tinha muita coisa da natureza até hoje! Mas não, o sujeito fazia uma roçada aí para plantar uma quarta de milho, ele queimava terreno para três a quatro quartas de milho, ou mais. Estragava tudo, não é? E assim foi arrasando, acabou isso tudo! Quando eu vim para aqui, isso tudo era mata formada mesmo!

Acabou tudo a poder de fogo! (NBS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2001).

Quando da criação do Parque, em nenhum momento houve interação entre governo e comunidade. As pessoas nem ao menos sabiam o que era um parque nacional. A todo momento, os funcionários do IBDF agiam de forma fria, distante e autoritária, como se aquele lugar que sempre fez parte da vida daquelas pessoas fosse agora uma área proibida para eles.<sup>333</sup> Poderíamos pensar que, preocupados com a preservação da diversidade natural, se esqueceram de se preocupar com a diversidade cultural.<sup>334</sup> Entretanto seria anacrônico esperar isso deles numa época em que essa interação não era relevante, nem imperativo.

Só a partir de meados da década de 1980 e início da década de 1990, juntamente com toda uma movimentação mundial reivindicando a participação das populações próximas às áreas naturais protegidas o IBAMA, novo órgão responsável pelas unidades de conservação, juntamente com Ongs e outras instituições preocupadas com a questão ambiental, iniciou um novo relacionamento com tais comunidades, tentando chamá-las a participar da preservação e manutenção dessas áreas, buscando outros modos de usufruir da região, de uma maneira mais sustentável<sup>335</sup>, com ênfase no turismo.

---

333 Conclusões tiradas a partir da análise de entrevistas com antigos funcionários do Parna Caparaó e moradores de Alto Caparaó e Caparaó. Principalmente entrevistas 01, 03, 05, 09, 11, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 25, 33, 38, 43, 44, 45, 50, 51, 53, 55.

334 DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

335 Em 1980 ocorre a sistematização da ideia de desenvolvimento sustentável, que seria a necessidade de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento: satisfazer as necessidades atuais mantendo uma “reserva” para as gerações futuras. O turismo ecológico passou a ser uma destas formas.

## ***Conclusão***

Para evitar o contrabando de ouro, todo o sertão leste de Minas Gerais era considerado “área proibida” no século XVIII. A mata densa e os índios bravios aliados a proibições governamentais, contribuíam para tornar ainda mais difícil o desbravamento dessa região.

No século XIX, com a queda da produção aurífera e a necessidade de se encontrar outras formas de arrecadação, a metrópole abriu as fronteiras da Zona da Mata e de todo leste mineiro, além de incentivar o seu povoamento. Terras consideradas férteis e baratas serviram como atrativo para vinda de pioneiros, principalmente do estado do Rio de Janeiro. A exploração agrícola era o principal negócio e o café o principal produto.

O aumento das plantações de café nas últimas décadas do século XIX, impôs a necessidade de um transporte mais adequado. Até a implantação da ferrovia que, iniciou-se em meados do século XIX, toda produção era transportada para o litoral do Rio de Janeiro pelas tropas de muares. A estrada de ferro que ligava a Zona da Mata ao Rio de Janeiro seguia o caminho das plantações de café, e seu ponto final era Manhuaçu, um dos maiores produtores de café, na época.

No caminho para Manhuaçu estava a região do Caparaó, onde o trem chegou em 1914, um pouco antes de alcançar Manhuaçu. Alto Caparaó, que ainda produzia pouco café, abastecia a estrada de ferro com a madeira retirada da Serra.

Antes mesmo da chegada do trem à região, a extração madeireira já era realizada na Serra do Caparaó. As casas, os currais e praticamente todo maquinário era feito de madeira. A chegada do trem, aumentou a demanda.

A estrutura de trabalho era familiar e, diferente do ocorre normalmente em outros lugares quando se trabalha no corte e transporte de madeira, até mulheres e crianças ajudavam



no trabalho. A madeira podia ser trabalhada dentro da mata em estaleiros construídos pelos próprios moradores ou levadas para as serrarias que existiam em toda a Serra. O transporte era feito pelas tropas de burros ou carros-de-boi. Os últimos eram mais utilizados para as toras mais pesadas. Muitas vezes, os moradores precisavam arrastar a madeira para fora da Mata para, só depois, colocá-la nos carros-de-boi, pois esses eram muito grandes e não conseguiam chegar aos pontos onde a madeira era cortada. Para o transporte de lenha e dormentes, os muares eram perfeitos, podiam alcançar lugares mais difíceis e eram mais rápidos.

O trabalho com a madeira era exaustivo e perigoso e os acidentes previsíveis, tanto no corte quanto no transporte. Dessa forma, os moradores valorizavam aqueles que tinham mais conhecimento sobre o manejo da madeira, possibilitando a diminuição de erros e acidentes.

A exploração madeireira foi tão intensa que levou à quase extinção das ‘madeiras de lei’ da região. Elas só sobreviveram em alguns pontos isolados da Serra. A real implementação do parque, no final da década de 1970, dificultou o trabalho dos madeireiros, mas já não havia muito que se preservar das frondosas árvores de outrora.

A criação de gado foi outra atividade econômica que deixou suas marcas na Serra do Caparaó. Como não havia controle governamental sobre aquelas terras, a população da região utilizava a Serra coletivamente como um grande pasto, partilhando de “leis costumeiras”.

Além do pasto, o gado necessitava de outros cuidados. Esse era trabalho dos campeiros que davam sal ao gado de quinze em quinze dias e cuidavam de sua aclimatação. Todos os dias eles se reuniam nos abrigos localizados na Serra, tornando esses lugares importantes espaços de sociabilidade.

A criação do parque em 1961, não significou profundas mudanças para os criadores, mas em 1979, com as desapropriações e a real implementação do parque, os animais domésticos tiveram de ser retirados, provocando revolta e indignação por parte dos criadores.

O café também tomou fôlego nesse período com o aumento da temperatura e a diminuição da incidência de geadas em Alto Caparaó. Pouco a pouco, o café tornou-se o produto mais importante do município. Em princípio, plantado morro acima, foi erradicado como exigência dos órgãos financiadores que estabeleceram que o café fosse plantado em curva de nível. Dessa forma, a produção aumentaria e diminuiria o desgaste do solo.

Cada vez que o preço da saca de café aumentava, mais pessoas se dedicavam à sua plantação, aumentando a altitude em que era plantado, demandando mais terra e mais devastação. O fogo para a abertura de novas plantações chegou, muitas vezes, à área do parque, causando danos irreparáveis. Ainda hoje o parque está cercado por plantações de café impedindo as trocas genéticas entre as espécies da flora e da fauna do Parna Caparaó com outras regiões.

Na hora de lidar com as populações do entorno das UCs, uma questão que se impõe é a da necessidade de abandono do romantismo, como se elas fossem conservacionistas natas, pois a realidade nos mostra uma outra postura, pelo menos em Alto Caparaó – a do uso imprevidente dos recursos naturais. Após a análise das entrevistas percebemos uma relação da população local com a natureza, na maioria das vezes, utilitária. Pode-se dizer que para ela, como para toda sociedade ocidental, a natureza foi criada para servir ao homem, sem que tenham obrigação com sua preservação. Ainda hoje isso pode ser comprovado: 70 a 95% das atividades do entorno do Parque Nacional do Caparaó se resume à cafeicultura, criação de

gado e agricultura de subsistência,<sup>336</sup> praticadas sem manejo sustentável. De acordo com o projeto Doces Matas, na região do entorno do Parque Nacional do Caparaó, o café e a pecuária foram, e ainda são, os maiores responsáveis pela degradação ambiental causada, pelos desmatamentos, queimadas, erosões, perda de fertilidade do solo, assoreamento dos rios e pela redução e poluição dos cursos d'água.<sup>337</sup>

Por outro lado, devemos levar em consideração que a criação do Parque Nacional do Caparaó restringiu importantes práticas de sociabilidade e solidariedade daquelas pessoas ligadas à Serra do Caparaó. O modo como o Parque foi constituído acabou por configurá-lo como uma “ilha”, o que acarretou a diminuição considerável da sua eficácia na conservação da biodiversidade.

Durante muitos anos, os funcionários do Parna Caparaó não se preocuparam em manter um diálogo e um intercâmbio com a comunidade local. Sua relação era mais de força e de coerção do que qualquer outra coisa. Isso se deveu em parte à falta de treinamento especializado para esses funcionários. As pessoas que moravam no entorno não eram chamadas a participar do manejo do Parque. Para os funcionários, essa era a atitude mais correta, pois, afinal, segundo eles, a população local era culpada pela devastação da região do Parque. Isso acabou fazendo com que o Parque se tornasse não só uma ilha natural, mas também uma ilha para as pessoas, intransponível, cercada de funcionários do IBAMA por todos os lados.

---

336 PROJETO DOCES MATAS. O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.

337 PROJETO DOCES MATAS. O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação...

Entretanto, através da observação *in loco*, ficou claro a improcedência de se culpar a população local pelo desmatamento. Importa entender os porquês desse desmatamento, procurando novas formas sustentáveis de lidar com a natureza. Só uma relação mais próxima entre Parque, seus funcionários e a população fará com que o “Campo” volte a ter significado para os moradores locais; do contrário, permanecerá apenas uma ilha natural sem sentido real para essas pessoas.

É preciso que se invista na mudança das práticas dos moradores do entorno do Parna Caparaó, pois, segundo as entidades preservacionistas, as unidades de conservação representam uma maneira fundamental e talvez única de salvar o que resta da natureza dos efeitos da expansão urbana e industrial. Mas é necessário que essa mudança seja feita com respeito às necessidades e à cultura da população local. Esse equilíbrio certamente é difícil, mas não impossível. Por um lado, isso aumentaria o potencial de conservação da natureza, viabilizando os corredores ecológicos que tanto desejam os funcionários do Parque; por outro, criaria novas perspectivas para a população local, que passaria a ver a conservação com outros olhos (como um projeto também seu), aumentando a possibilidade de conciliar homem e natureza, impedindo que o Parque seja, meramente, uma “ilha” permanentemente ameaçada pelo entorno.

Há ainda muito que se pensar sobre o manejo dessas áreas de preservação. Certamente essa não deve ser uma incumbência só governamental, mas, sim, de toda sociedade brasileira.

## ***Fontes***

### ***1) Instituições pesquisadas***

Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte.

IBAMA – Belo Horizonte.

Hemeroteca Pública de Minas Gerais – Belo Horizonte.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Museu Nacional – Rio de Janeiro.

Arquivo da Matriz – Nova Friburgo.

Biblioteca Pública Municipal – Manhumirim.

Arquivo Público Municipal – Manhumirim.

IBAMA – Vitória

Arquivo Público do Espírito Santo – Vitória.

Biblioteca da Assembleia Legislativa do Espírito Santo – Vitória.

IBAMA – Brasília.

### ***2) Jornais***

*Estado de Minas*. Belo Horizonte. 1950-1996

*O Carangola*. Carangola. 1920-1922

*Folha de São Paulo*. São Paulo. 1980-1996

*O Globo*. Rio de Janeiro. 1950-1970

*Hoje em Dia*. Belo Horizonte. 1990

### ***3) Recortes de revistas e jornais e correspondências***

Missão belgo-brasileira em excursão nos campos de Caparaó. *O Carangola*, Carangola, 17 de fevereiro de 1922. (Recorte)

CAMPOS, Inimá. Cópia da carta ao presidente Getúlio Vargas em 1953, manuscrito.

Parque Nacional do Caparaó. *Folha da Mata*, Carangola, 29 de abril de 1954. (Recorte)

Em Presidente Soares, “moços” tem associação. *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1958. (Recorte)

Vitória Coletiva. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1958. (Recorte)

Agonizante a região da Serra do Caparaó. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1958. (Recorte)

Capixabas e mineiros querem Parque Nacional no Caparaó. *O Globo*. 02 de setembro de 1958. (Recorte)

Parque Nacional do Caparaó. *Correio da Manhã*, 05 de setembro de 1958. (Recorte)

Excursão ao Parque Nacional do Caparaó. *Correio da Manhã*, 12 de setembro de 1958. (Recorte)

“Lagartixas” vão levar comitiva de parlamentares ao Pico da Bandeira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1958. (Recorte)

Verba de 10 milhões para o Parque de Caparaó. *Correio da Manhã*, 03 de Janeiro de 1959. (Recorte)

Paralisação da ligação Manhumirim-Rio-Bahia. *Correio da Manhã*, 12 de fevereiro de 1959. (Recorte)

Lagartixas contra o deserto. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1959. (Recorte)

DC levará à Câmara manifesto do Caparaó. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1959. (Recorte)

Parque Nacional do Caparaó – incentivo ao turismo. *Correio da Manhã*. 17 de junho de 1960. (Recorte)

O excursionismo em Alto Caparaó. Divulgação popular da Associação dos Moços de Presidente Soares - AMPS. Manhumirim: Gráfica A União, 1960. (Recorte)

Pico da Bandeira, o maior. *O Globo*, 06 de junho de 1961. (Recorte)

Caparaó. *O Globo*. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1961. (Recorte)

MA cruzou os braços e fogo destruiu vales no Caparaó. *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1962. (Recorte)

Parque é só promessa no Caparaó. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1965. (Recorte)

DANTAS, Graciano. Reportagem especial sobre o Parque Nacional do Caparaó. *Revista ES*, Vitória, 01 a 30 de junho de 1981. (Recorte)

População vai ajudar a proteger o Caparaó. *Estado de Minas*, 07 de outubro de 1984. (Recorte)

Mais de 60% dos parques nacionais do Brasil estão fechados. *Folha de São Paulo*, 19 de maio de 1988. (Recorte)

Trecho pavimentado favorece o acesso ao Parque do Caparaó. *Estado de Minas*, 02 de julho de 1988. (Recorte)

GUIDUGLI, Graziela. Parques. *Folha de São Paulo*, 06 de outubro de 1988. (Recorte)

SENA, Alberto. Os parques nacionais vão de mal a pior. *Estado de Minas*, 26 de setembro de 1989. (Recorte)

IBAMA quer reativar convênio dos parques. *Estado de Minas*, 25 de maio de 1990. (Recorte)

Parque Nacional do Caparaó faz 29 anos e está fechado. *Hoje em Dia*, 25 de maio de 1990. (Recorte)

Por uma política de preservação. *A Gazeta*, 03 de agosto de 1993. (Recorte)

#### **4) Documentos oficiais**

MA. Serviço Florestal. Correspondência do administrador do Parque Nacional da Serra dos Órgãos ao Chefe da Seção de Parques Nacionais. Relatório em anexo, outubro de 1948.

MA. Serviço Florestal. Correspondência do Chefe da Seção de Parque e Florestas Nacionais ao Sr. Inimá Novais Campos sobre o Parque de Caparaó, em 08 de julho de 1955.

*Relatório da SETA Empreendimentos sobre as desapropriações na área do Parque Nacional do Caparaó*, 1978.

IBDF. *Relatório do Parque Nacional do Caparaó*. 1978.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil, IBDF, 1978.

IBDF. *Levantamento de áreas de Parques Nacionais e reservas equivalentes*. 1979.

IBDF. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó*. Brasília. 1981.

Universidade Federal de Viçosa. *Proposição de limites do Parque Nacional do Caparaó: relatório final*. Viçosa, 1988.

MMA. IBAMA. *Questionário com informações gerais sobre o Parque Nacional do Caparaó*. 1989.

MMA. IBAMA. *Questionário com informações gerais sobre o Parque Nacional do Caparaó*. 1992.

MMA. IBAMA. Ofício do Chefe do Núcleo de Unidades de Conservação para o Superintendente Estadual de Minas Gerais avisando do encaminhamento do “Documento de alerta ao IBAMA sobre atividades em áreas não indenizadas no Parque Nacional do Caparaó”. 1994.

MMA. IBAMA. Parque Nacional do Caparaó. Documento de alerta ao IBAMA sobre atividades em áreas não-indenizadas no Parna Caparaó, 29 de maio de 1995.

MMA. IBAMA. *Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Caparaó*. Brasília, 1995.

### **5) Legislação**

BRASIL. Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934. In: *Código Florestal Brasileiro*. São Paulo, 1958.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 1713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia. In: *Legislação de Conservação da Natureza*, São Paulo: FBCN, 4ª ed., p. 10-12, 1986.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 03, de 13 de fevereiro de 1948. Aprova a Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países da América. In: *Legislação de Conservação da Natureza*, São Paulo: FBCN, 4ª ed., p.25-31, 1986.

BRASIL. ESPÍRITO SANTO. Decreto n.º 55 de 20 de setembro de 1948. Ficam delimitadas para o fim de constituição de reservas florestais os terrenos devolutos do estado do Espírito Santo (...) nos municípios de Iúna e Alegre: uma reserva de flora alpina na Serra do Caparaó, Pico da Bandeira, com área aproximada de 5000 hectares. [www.redeprouc.org.br](http://www.redeprouc.org.br)



BRASIL. Decreto Legislativo n.º 50.646, de 24 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional do Caparaó e dá outras providências. In: *Legislação de Conservação da Natureza*, São Paulo: FBCN, 4ª ed., 1986.

BRASIL. Lei n.º 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. In: *Coletânea de Legislação Ambiental*, Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, 2ª ed., p. 40-50, 1990.

BRASIL. Decreto n.º 58.054, 23 de março de 1966. Promulga a Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países da América. In: *Legislação de Conservação da Natureza*, São Paulo: FBCN, 4ª ed., p.122, 1986.

BRASIL. Lei n.º 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. In: *Legislação de Conservação da Natureza*, São Paulo: FBCN, 4ª ed., p. 132-138, 1986.

BRASIL. Decreto n.º 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. In: *Coletânea de Legislação Ambiental*, Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, 2ª ed., p. 84-92, 1990.

BRASIL. Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o Corte, a Exploração e a Supressão de Vegetação Primária ou nos Estágios Avançado e Médio de Regeneração da Mata Atlântica, e dá outras Providências. [www.redeprouc.org.br](http://www.redeprouc.org.br)

BRASIL. Decreto de 20 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a definição dos limites do Parque Nacional do Caparaó, criado pelo Decreto 50.646, de 24 de maio de 1961, e dá outras providências. [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

BRASIL. Leis, decretos. LEI Nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [www.redeprouc.org.br/snuc](http://www.redeprouc.org.br/snuc)

## **6) Entrevistas**

- AEH, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2000.
- AGB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.
- AGB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.
- MGA, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 80 anos, 2000.
- OLB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 80 anos, 1992.
- OLB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 90 anos, 2000.
- MAB, moradora de Alto Caparaó, aproximadamente 90 anos, 2000.
- AJS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 65 anos, 2001.

- NBS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente, 74 anos, 2000.
- NBS, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2001.
- BBC, morador de Caparaó, aproximadamente 60 anos, 2002.
- PN, morador de Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.
- PN, morador de Caparaó, aproximadamente, 2001.
- GA, morador de Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.
- FE, morador de Espera Feliz, aproximadamente 80 anos, 2002.
- SB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.
- JBO, morador Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2000.
- MBE, morador de Alto Jequitibá, aproximadamente 55 anos, 2002.
- EL, moradora de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2001.
- HJF, morador de Espera Feliz, aproximadamente 70 anos, 2002.
- GH, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 67 anos, 1992.
- VM, morador de Caparaó, aproximadamente 65 anos, 2002.
- NO, morador de Caparaó, aproximadamente 65 anos, 2001.
- DVS, morador de Espera Feliz, aproximadamente 80 anos, 2000.
- JCB, moradora De Caparaó, aproximadamente 88 anos, 2002.
- PH, morador de Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.
- VI, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2001.
- VRN, moradora de Alto Caparaó, aproximadamente 65 anos, 1992.
- CJ, morador de Caparaó, aproximadamente 55 anos, 2001.
- NP, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 80 anos, 1992.
- JC, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 60 anos, 2002.
- ALS, morador de Vitória – ES, aproximadamente 50 anos, 2002.
- WM, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 1992.
- WMF, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 35 anos, 2002.
- AJV, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2000.
- FJ, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 65 anos, 1992.
- MVV, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 60 anos, 1992.
- MCS, moradora de Alto Caparaó, aproximadamente 60 anos, 2001.

- MFM, moradora de Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2001.
- CM, moradora de Alto Caparaó, aproximadamente 65 anos, 2001.
- MMA, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 65 anos, 1992.
- JLM, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 70 anos, 1992.
- OGA, morador de Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.
- GW, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.
- DB, morador de Matozinhos, aproximadamente 75 anos, 2001.
- AMB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 1992.
- COP, morador de Belo Horizonte, aproximadamente 65 anos, 2001.
- SR, morador de Manhumirim, aproximadamente 75 anos, 2000.
- SG, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.
- RSO, moradora de Caparaó, aproximadamente 65 anos, 2000.
- DAV, morador de Caparaó, aproximadamente 55 anos, 2002.
- MVS, moradora de Caparaó, aproximadamente 55 anos, 2000.
- LM, morador de Alto Jequitibá, aproximadamente 55 anos, 2001.
- GSV, morador de Caparaó, aproximadamente 75 anos, 2002.
- ROS, morador de Caparaó, aproximadamente 70 anos, 2002.
- *JAS*, morador de Alto Caparaó, aproximadamente, 66 anos, 2002

## ***Referências bibliográficas***

ALVARENGA, Roberto de Mello. Problemas da Conservação da Natureza: conceituação e legislação. *Brasil Florestal*. Brasília, n.º 15, p. 18 a 29, 1973.

ARNT, Ricardo. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo (1895-1990)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

BARBOSA, Livia Neves de Holanda. DRUMMOND, José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 7, n.º 14, p. 265 a 289, 1994.

BLASENHEIM, Peter, A Zona da Mata Mineira (1870-1906). *Centro de Estudos Mineiro*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

BORGES, Maria Eliza Linhares. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Separata do n.º 73, Belo Horizonte, 173-201, 1991.

BRADE, Alexander Curt. Excursão à Serra do Caparaó. *Rodriguésia – Revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. v. 6, n.15, p.87-92, jun. 1942.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. In: VEIGA, José Eli (org.) *Ciência Ambiental: primeiros mestrados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e Natureza*. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos, MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, UFMG, n.º 6, 1988.

CASTORIADIS, C. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova Ideologia/Utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, p. 59-101, 1991.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.), *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COOLIDGE, H. Evolution of the Concepts, Role and Early History of National Parks. In: World National Parks. Progress and Opportunities. Ed. Osten, R. Hayes, 1972. apud QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua

relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983.

Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América. *Boletim Informativo da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN*. Rio de Janeiro, n.º. 03, 1968, p. 30.

CORBUCCI, Eliana Maria, *Em busca da construção do espaço público na gestão de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional do Jaú*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Mestrado em Geografia)

CRONON, Willian. *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*. New York: Hill & Wang, 1983.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

CUNHA, Carneiro Manuela. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820–1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DERBY, Orville A. Os picos altos do Brasil. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, SG-RJ, 1889-1890, t. V e VI, p. 129-149 e 69-70.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio ambiental do Saco de Managuá*. RJ, SP: NUPAUB/USP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo e BRUHNS, Heloísa Turini (orgs.) *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas. SP: Papirus, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

DOUROJEANNI, Marc J. Conflictos socio-ambientales en unidades de conservación de América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 36-56.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa, In: *Estudos Históricos*, RJ: Fundação Getúlio Vargas, vol. 4, n.º 8, 1991, p. 127-149.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

DRUMMOND, José Augusto. *O sistema brasileiro de parques nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental*, Niterói: EDUFF, 1997b.

DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (séc. VII – XII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ECHEVERRIA, Thaís Martins. As relações homem-natureza e o dilema ecológico. *Revista Temáticas*. Ano 4, nº 7, 1996.

FEAM. *A Questão Ambiental em Minas Gerais: Discurso e Política*. Belo Horizonte:FEAM/SEMAD/FJP/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

FERNANDES, Sebastião. *A luta pelo turismo e conservação da natureza em Minas Gerais*. Manhuaçu: Livraria e Gráfica Expansão Cultural, 1974. Trecho do projeto apresentado pelo deputado João Bello à Câmara de Deputados de Minas Gerais, em 1955.

FERNANDEZ, Fernando A. S. As ações humanas sobre a natureza na pré-história, ou o poema imperfeito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 162-173.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. *Varia Historia*, nº 26, Belo Horizonte: Depto de História da Fafich, p. 77 – 96, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu (org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Coleção Ideias, 1998.

GÓMES-POMPA, Arturo. KAUS, Andréa. Domesticando o Mito da Natureza. In DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

GRIPP, Cel Roberto. et all. História da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá. Belo Horizonte: Editora Betânia, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARROY, J. P. National Parks – a 100 year Appraisal, In: OSTER, R. *World National Parks. Progress and Opportunities*. Hayez, Brussels. apud QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr/maio/jun. 1983

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IUCN – União Internacional para conservação da natureza e recursos naturais. *Boletim Informativo da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 52 a 53, 1978.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294 – 1324)*. Lisboa: Edições 70, 1975.

LAMAS, Fernando Gaudereto. SARAIVA, Luiz Fernando. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia. [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. SP: Unicamp, 1990.

LEITE. Maria Ângela F. P., *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994.

MAGNANINI, Alceo. Política sobre as unidades de conservação – dificuldades e sucessos no pensamento de Alceo Magnanini. In: MILANO, Miguel Serediuk (org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, p.151 – 160.

MANNINGEL, Elke. PARAÍSO, Luciana Braga. PARREIRAS, Charles Pierre. Participação como estratégia para resolução de conflitos na gestão de três unidades de conservação ambiental da Mata Atlântica em Minas Gerais, Brasil. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 433-442.

MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira*. Carangola: o Vale e O Rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MILANO, Miguel Serediuk. BERNARDES, Ângela Tresinari, FERREIRA, M. Lourdes. *Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das unidades de conservação*. Brasília: IBAMA, 1993.

MILANO, Miguel Serediuk. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 1, p. 11-25.

MILANO, Miguel Serediuk. Por que existem as unidades de conservação? In: MILANO, Miguel Serediuk (org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, p.193 – 208.

MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, 1993.

OLMOS, Fabio. (et al) Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional – as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (org.), *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.



PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. Áreas de preservação: parques nacionais e reservas biológicas. *Brasil Florestal*. Brasília, no 31, p. 6 a 14, jul./ ago./ set. 1977.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. COIMBRA, Ademar F. *Os parques nacionais do Brasil*. Coleção: A natureza na Iberoamérica. Instituto de Cooperação Iberoamericana, edição especial do IBDF, 1979.

PEREIRA, Osny. Direito Ambiental, apud ALVARENGA, Roberto de Mello. Problemas da Conservação da Natureza: conceituação e legislação. *Brasil Florestal*. Brasília, nº 15, p. 18 a 29, 1973.

PIMBERT, Michel P. PRETTY, Jules N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo 'participação' no manejo de áreas protegidas In: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

PROJETO DOCES MATAS. *O trabalho com comunidades rurais no entorno de Unidades de Conservação*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.

PYNE, Stephen J. *Fire in America: a cultural history of wildland and rural fire*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*. Brasília, no 54, p. 13 a 28, abr./ maio/ jun. 1983.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova Ideologia/Utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, p. 59-101, 1991.

ROCHA, Leonardo G. M. da. *Os parques nacionais do Brasil e a questão fundiária: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

RODMAN, J. What is living and what is dead in the political philosophy of T. H. Green, *The Western Political Quarterly* 26, p. 566-586 apud DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo e BRUHNS, Heloísa Turini (orgs.) *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas. SP: Papyrus, 1997.

RUSHI, Augusto. Mamíferos e aves do Parque Nacional do Caparaó. *Boletim do Museu de Biologia*. Série Zoologia, nº 95, Espírito Santo, 25 de outubro de 1978.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. apud SUERTEGARAY, Dirce M. A., Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona, nº 23, 15 de julio de 2001.

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1987.

SCHAMA. Simon, *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Tomo I e II.

SONTAG, S. Ensaio sobre a fotografia. 2 ed. Rio de Janeiro: Arbor, 1981. apud ALVES, Paulo & MASSEI, Roberto. Fotografia e História. *História*, São Paulo, nº 8, 81-86, 1989.

SOUZA, Jessé. (org). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona, nº 23, 15 de julio de 2001.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

URBAN, Tereza. *Saudade do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR, 1998.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da zona da mata de minas gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX / nº 1, 03 - 88, Janeiro – Março de 1958.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/ IUPERJ, 1987.

VIOLA, Eduardo J. LEIS, Héctor R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In VIOLA, Eduardo J. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez/UFSC, 1995.

VON SIMSON, Olga R. M. Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica: reflexões de pesquisa. *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP*. Campinas, v. 3, nº 5, 14-24, jan./jun.,1991.

WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

WHELAN, R. J. *Wild in woods: the myth of the noble eco-savage*, IEA Studies on the Environment 14, London: Institute of Economic Affairs, 2000.

WORSTER, Donald. *Rivers of empire: water, aridity and the growth of the American West*. New York: Pantheon, 1985.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricos*, RJ: Fundação Getúlio Vargas, vol. 4, n.º 8, 1991, p. 198-215.

ZHOURI, Andréa. Ambientalismo e antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais. *Teoria – Sociedade*, n.º 8, p. 10-29, 2001.

ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional. As dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. *Revista de Antropologia*, volume 44, n.º 1, São Paulo: Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2001.